

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

FERREIRA, Yedo . Yedo Ferreira (depoimento, 2003). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (6h 40min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Yedo Ferreira
(depoimento, 2003)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Levantamento de dados: Amilcar Araujo Pereira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 30/10/2003 a 03/12/2003

Duração: 6h 40min

Fita cassete: 7; MiniDV: 9;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha do entrevistado se justificou por ser um militante do Movimento Negro de grande representatividade.

Temas: África; Angola; Comunismo; Descolonização; Direito civil; Discriminação racial; Governo Getúlio Vargas (1951-1954); Governo João Goulart (1961-1964); Imprensa alternativa; Inquérito policial militar; Moçambique; Movimento negro; Movimentos sociais; Racismo;

Sumário

1ª Entrevista: 30.10.2003

Fita 1-A: origens familiares; o trabalho da mãe; lembranças da era Vargas e impacto da Lei dos 2/3 (1931) na vida familiar; a vinda para o Rio de Janeiro (1940); formação escolar em escolas públicas da Zona Sul do Rio de Janeiro (início da década de 1940) e no colégio interno Instituto Profissional Getúlio Vargas (1948-50); serviço militar voluntário na Aeronáutica, no Campo dos Afonsos (1950-51); o trabalho no palácio do Catete, como encarregado de limpeza do serviço médico da Guarda Pessoal de Getúlio Vargas (1951-54).

Fita 1-B: influências políticas e ideológicas sofridas no Instituto Profissional Getúlio Vargas, na Aeronáutica e no contato com a Guarda Pessoal de Vargas; o trabalho no Departamento de Correios e Telégrafos (entre os governos Juscelino Kubitschek e João Goulart) e a inclinação ao comunismo por influência dos colegas; a polaridade entre comunistas e anticomunistas no ambiente de trabalho nos Correios (governos Jânio Quadros e João Goulart); experiência de trabalho como suboficial eletricitista na Companhia de Navegação Costeira (durante o governo João Goulart).

Fita 2-A: a filiação ao Partido Comunista do Brasil (PCB) (1955); contatos com as Ligas Camponesas, na Paraíba; a continuação do trabalho na Companhia de Navegação Costeira e nos Correios, no Rio de Janeiro; relato da reação do entrevistado ao golpe de 1964; a instauração de Inquérito Policial Militar (IPM) nos Correios e o "confinamento" do entrevistado para Chapecó (SC), cidade na qual era o único negro em 1964; o retorno ao Rio de Janeiro, em 1965, onde foi transferido para a agência dos Correios de São Cristóvão, e a decisão de prestar o vestibular para o curso de matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Fita 2-B: as discussões sobre questões raciais na universidade, onde conheceu Amauri Mendes Pereira; a encenação de peça de teatro por grupo de atores negros, no Rio de Janeiro, em reação à novela de televisão A cabana do pai Tomás, cujo protagonista era um ator branco pintado de negro (1968); referência ao grupo de teatro negro Ação e à organização Hífen, ambos de curta duração; primeiras reuniões no Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Cândido Mendes, e a atuação de José Maria Nunes Pereira; a importância do CEAA para a fundação da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba); a discussão em voga nos anos 1970 em torno da diferença entre as lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos e as lutas pela libertação africana; questões envolvidas na implantação de um projeto político do povo negro, discutido em um congresso do Movimento Negro Unificado (MNU) realizado em 1993, em Goiânia (o assunto continua no início da fita 3-A e na fita 6-B).

2ª Entrevista: 05.11.2003

Fita 3-A: breve trajetória do grupo Hífen, formado em 1970, reunindo universitários e

profissionais liberais negros em Niterói (RJ); referência aos bailes soul do clube Renascença, no início da década de 1970; importância de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Teresa Santos para o movimento negro; as reuniões no Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), na Faculdade Cândido Mendes, em Ipanema, em 1972-73; as diferenças de opinião quanto à necessidade de se criar, naquele momento, uma organização de negros; análise da dificuldade do movimento negro estabelecer-se em organizações e referência ao Teatro Experimental do Negro, organizado por Abdias do Nascimento na década de 1940; contatos com o jornalista José Rufino, Rubens Confete e Nei Lopes, durante as reuniões no CEAA; menção à Companhia dos Homens Pretos, origem do primeiro sindicato de estivadores da história do Brasil; o fim das reuniões no CEAA.

Fita 3-B: relato detalhado da criação da Sinba, em 1974: relações com o CEAA, o apoio do cônsul geral do Senegal, o desenvolvimento de atividades culturais, como espetáculo de dança Olorum baba mi, para arrecadar fundos para a legalização da entidade, o funcionamento na sede inicial, em Guadalupe, e as divergências entre os participantes; opinião do entrevistado sobre a ausência de perseguição ao movimento negro por parte dos órgãos de repressão durante o regime militar.

Fita 4-A: reunião de membros da Sinba com outros grupos, na tentativa de fundar uma entidade única, que teve lugar no Teatro Opinião; contatos com o músico Candeia; a criação do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN); razões do grande número de entidades do movimento negro e de seu esvaziamento progressivo; as formas de atuação da Sinba e sua paulatina extinção; o uso das dependências do IPCN para a produção do jornal Sinba e a venda do jornal nas manifestações políticas do período da Abertura; outros jornais produzidos nas décadas de 1970 e 1980: Coisa/Koisa de Crioulo e Frente Negra; as características da imprensa negra no Brasil desde a década de 1930: vida efêmera dos jornais, tiragem reduzida e dificuldade de distribuição; o projeto de levantamento dos remanescentes da Frente Negra Brasileira realizado com apoio do Ibase e do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho (o assunto continua no início da fita 4-B).

3ª Entrevista: 03.12.2004

Fita 4-B: reuniões realizadas pelo IPCN no Instituto Cultural Brasil-Alemanha (ICBA), no Centro do Rio de Janeiro, até a compra da sede do IPCN, em 1977; as desavenças e o esvaziamento do IPCN após a compra da sede; o ato público em frente ao Teatro Municipal de São Paulo em julho de 1978, que deu origem ao MNU; descrição da participação do entrevistado e de Amauri Mendes nas reuniões de criação do MNU, em São Paulo, em julho de 1978.

Fita 5-A: formação da comissão interestadual (São Paulo e Rio de Janeiro) encarregada de elaborar a carta de princípios e o anteprojeto de estatuto do MNU; participação do entrevistado na elaboração das propostas da carta de princípios e do estatuto, junto com Amauri Mendes; utilização dos modelos de estatuto da Frente pela Libertação de Moçambique (Frelimo) e da carta de princípios da Organização das Nações Unidas (ONU); relato das divergências ocorridas na assembléia realizada no IPCN, no Rio de Janeiro, em 9

de setembro de 1978, para a escolha da carta de princípios e do estatuto; realização da primeira assembléia do MNU após sua consolidação, no ICBA de Salvador, na Bahia, no final de 1978; a situação do IPCN em 1979.

Fita 5-B: o IPCN entre 1979 e 1983; a eleição da diretoria do IPCN em 1983; explicação para a ausência de repressão policial ao ato público contra o racismo realizado no dia 7 de julho de 1978 nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo; casos de membros de órgãos de informação do regime militar que estiveram no IPCN no final dos anos 1970 e início dos 1980.

Fita 6-A: casos de membros de órgãos de informação que estiveram no IPCN nos anos 80 (continuação); a repressão à Marcha contra a Farsa da Abolição, ocorrida em maio de 1988, no Rio de Janeiro; formas de articulação entre entidades do movimento negro de diferentes estados no início da década de 1970 e a possibilidade de reconhecer militantes em locais públicos; relato de viagem do entrevistado e outros militantes para Brasília, em 1977; os encontros regionais da década de 1980; dificuldades engendradas pelas disputas políticas no interior do movimento negro.

Fita 6-B: críticas à organização do I Encontro Nacional de Entidades Negras (Enen), realizado em São Paulo, em novembro de 1991; razões das divergências entre o MNU e a Coordenação Nacional das Entidades Negras (Conen); o retorno do entrevistado ao MNU, em 1993, em função de resoluções da entidade tomadas em congresso nacional realizado em Goiânia; interpretações sobre diferenças entre o movimento negro na década de 1970 e na década de 1980, quando, na visão do entrevistado, surgiu a necessidade de traçar um objetivo político mais claro; opinião sobre políticas de ação afirmativa (o assunto continua na fita 7-A).

Fita 7-A: críticas ao sistema de cotas para ingresso de negros nas universidades; análise do conceito de reparação e defesa da reparação dos negros pela escravidão; transferência para a Rádio MEC após a Anistia, em 1980; análise da questão racial no Brasil: a dificuldade da percepção do racismo por parte dos negros.

Fita 7-B: Análise da questão racial no Brasil (continuação); balanço da trajetória do movimento negro da década de 1970 até a época da entrevista; menção à sede do MNU adquirida no Centro do Rio de Janeiro à época da entrevista.

1ª Entrevista: 30.10.2003

Verena Alberti – Então, nós estávamos já conversando um pouquinho com o sr. Yedo, e ele estava nos explicando sobre o seu nascimento. Se o senhor pudesse repetir um pouquinho porque deu um problema na gravação. O senhor nasceu na Bahia, que o senhor disse...

Yedo Ferreira – Eu nasci na Bahia, na cidade de Santo Amaro da Purificação, no ano de 1933. Minha mãe, evidentemente por parte materna todos os meus parentes são baianos, e por parte paterna não, porque meu pai ela conheceu aqui no Rio de Janeiro, porque ela veio para cá com quinze anos, com dezesseis anos, depois conheceu meu pai, foi morar com ele, teve a primeira filha, minha irmã em 1930, depois teve...

V.A. – Teve novinha então, com uns vinte anos ela já teve a sua irmã...

Y.F. – É, e depois teve a segunda filha, a Vanda...

V.A. – A primeira filha, como era o nome?

Y.F. – Teresa, a primeira filha dela era a Teresa, a segunda Vanda, todo mundo falecido. E, evidentemente, quer dizer, quando eu estava para nascer, estava para nascer não, ela grávida, meu pai saiu, foi embora, abandonou, e, ela não teve alternativa a não ser voltar para a Bahia por que lá estavam os parentes. Ela voltou para a Bahia, grávida de meses. Essa é a razão de eu ter nascido na Bahia e ter ficado lá até 1940, quando minha avó faleceu, e nesse caso então, ela teve que ir lá buscar, eu e a minha irmã Vanda, que tínhamos ficado lá aos cuidados da minha avó.

V.A.- Então espera aí, deixa ver se eu entendi: Quando ela voltou para a Bahia, ela voltou com as duas irmãs, a Teresa e a Vanda também, e o senhor na barriga. O senhor nasceu lá, e ela voltou e deixou o senhor...

Y.F. – Exato, ela voltou só com a Teresa, e deixou a Vanda lá e eu também. Ficamos lá, eu e a Vanda, aos cuidados da minha avó e, pelo menos, das tias que estavam lá, e ela voltou para trabalhar, porque ela tinha que trabalhar, não é?

V.A. – Ela trabalhava em quê?

Y.F. – Casa de família. Então, um caso até que vai estar ligado a isso, praticamente...Certa vez, nós estávamos conversando com vários amigos sobre o Getúlio Vargas, aquele período de Getúlio Vargas, aí, depois que eles foram embora ela falou assim: Olha, você não pode falar assim de Getúlio Vargas porque teu pai era marceneiro, nunca conseguiu trabalho, vivia com todas as dificuldades, e ele só conseguiu trabalho quando Getúlio entrou e colocou uma Lei, e ele conseguiu entrar para a Light e ser condutor da Light.

Amilcar Pereira – A Lei dos dois terços?

Y.F. – Isso, a Lei dos dois terços. Ela não sabia qual era a Lei, mas sabia que foi uma Lei... E que ele conseguiu entrar. Então ele entra para a Light, por isso que eu vou dizer que há uma ligação, ele entra para a Light, e na Light, evidentemente, passa a ter salário regular... E por conta disso ele já achou que não poderia mais ficar com família, e foi embora [risos]...

V.A. – Estava bom demais para ficar com família? [risos]

Y.F. – Claro [risos], esses são os fenômenos, não é? Então, foi por isso que ele acabou deixando ela, foi embora e depois foi casar com outra mulher, e ela ficou com esses três filhos.

V.A. – E ele ajudava os três filhos?

Y.F. – De jeito nenhum, ajudava coisa nenhuma. E depois disso também, nós fomos para a Bahia, ficamos lá, e só em 1940, depois do falecimento da minha avó, então voltamos para o Rio de Janeiro, viemos de navio, o navio Itaquicé...

V.A. – O que é itaquicé?

Y.F. – Itaquicé, o navio.

V.A. – Ah... Itaquicé, daqueles “Itas” do Norte, um era Itaquicé?! Esse eu não conhecia.

Y.F. – Exato, Itaquicé, ele foi torpedeado na Guerra, anos depois ele foi torpedeado. Então, voltamos no Itaquicé, e aqui nós fomos morar, primeiro em Copacabana, porque naquela época era permitido morar em Copacabana, nem que fosse em um quartinho. Moramos em Copacabana e depois mudamos para Ipanema, onde, lá em Ipanema, também em um quarto, maior... Ela então trabalhava e mantinha os três filhos. E, como ela era uma baiana muito orgulhosa, ela prometeu que nós jamais iríamos ver o pai, e nós nunca vimos. Soubemos, depois que ele tinha morrido, que ele tinha até pedido para ver os filhos, mas ela não consentiu, nem nada, nem permitiu que minha madrinha levasse. Isso eu só fui saber depois de adulto, porque tinha aquela velha tradição: Em conversa dos adultos as crianças não se metiam. Então a gente nunca sabia. Eu me lembro apenas que minha tia, minha madrinha, foi lá, conversou... Eu as vi conversando. Minha madrinha não era de ir lá regularmente. Foi, conversou, conversou, mas ela não deixou e minha madrinha voltou...

V.A. – E sua madrinha era parente do seu pai, não?

Y.F. – Não, é porque morava perto, e ele tinha pedido a ela para que ela fizesse isso, para ver se ela levava, porque ele estava meio adoentado e queria ver se pelo menos nos víamos, porque condutor de bonde naquela época, era um trabalho, que quase sempre eles morriam de tuberculose. Por que tuberculose? Porque eles tomavam chuva e sol, porque viviam pelo balanço do bonde. Não tinha cobertura, não tinha nada, e eles morriam realmente tuberculosos.

V.A. – Com quantos anos, o senhor sabe dizer?

Y.F. – Não, eu poderia talvez calcular. Porque se minha mãe falou que quando ela tinha... Deixe-me ver, ela nasceu em 1913, aliás, ela veio para o Rio de Janeiro em 1926 com quinze anos. Quer dizer, quando ela foi ter Teresa ela tinha dezenove anos. Ela falou que ele era mais velho que ela dois anos. Então, quando ela tinha dezenove anos ele tinha vinte e um. Ele morreu em 1947. Então, quarenta e sete vezes dez... Dezesete... Vinte e um mais dezesete, vai dar trinta e oito anos.

V.A. – Muito novo.

Y.F. – Trinta e oito anos. Então, ele...

V.A. – Então o senhor nunca conheceu seu pai?

Y.F. – Não, nunca conheci, nunca conheci... E provavelmente...

V.A. – E, em Ipanema ela continuava trabalhando em casa de família?

Y.F. – Ela sempre trabalhou em casa de família...

V.A. – E os filhos ficavam no apartamento, no quatinho?

Y.F. – Era o quarto, é... Nós ficávamos, porque aí a minha irmã mais velha que estava com a idade de, mais ou menos, onze anos... Então ela tomava conta de mim e da outra irmã, a Vanda. Então nós íamos para a escola regularmente, fomos para aquela escola Nascimento Silva...

V.A. – Onde ficava essa escola?

Y.F. – Primeiro, deixa eu ver... Olha, em 1940 fomos primeiro estudar... Estudamos na... Meu Deus do céu, como é que era a escola que fica ali na... General Tromposco, me parece que fica... Em Copacabana. Aí quando nós fomos para Ipanema, fomos estudar na Nascimento Silva, que é uma escola que fica bem atrás de onde nós morávamos. Nós morávamos na rua Visconde de Pirajá 188, e hoje não existe mais nada

lá. E não poderia existir mesmo. E essa escola ficava atrás... E essa escola ainda existe, Nascimento Silva. Fomos para a Nascimento Silva, que era uma escola velha...

V.A. – E a sua irmã mais velha também ia?

Y.F. – Ia.

V.A. – Iam os três para a escola.

Y.F. – É, porque o que acontece é o seguinte: Minha mãe botou... Eu estudava de manhã e as minhas duas irmãs estudavam à tarde, justamente para poder ter sempre gente em casa. Depois da Nascimento Silva nós fomos lá para o... Jardim de Alá, que era escola Henrique [Ubaldo]¹. Aí fomos lá para escola Henrique [Ubaldo], lá estudamos, depois eu fui transferido para a Corso Barcelos.

V.A. – Para onde?

Y.F. – Corso Barcelos, essa que tem ali na... Barão de... Copacabana ou Ipanema talvez...

V.A. – Acho que eu sei qual é. E ela passava o dia trabalhando?

Y.F. – O dia todo trabalhando. Ela trabalhava o dia todo... O trabalho dela era esse trabalho... Quase diarista, porque ela não podia deixar de estar com os filhos.

V.A. – E trabalhava em casas diferentes?

Y.F. – Casas diferentes. Duas ou três casas. Quando veio a Guerra ela trabalhava em uma casa que era da... Que era a viúva do general Waldomiro Lima, aquele que foi interventor em São Paulo, amigo de Getúlio Vargas... Bom, e essa Dona Edith, que era a viúva...

¹ O mais próximo do que foi possível ouvir.

V.A. – Edith?

Y.F. – Edith, que era viúva, ela... Vem o período da Guerra, então, como acontecia muito naquela época, as pessoas alugavam as casas, porque vieram muitos americanos para o Brasil. Aí, ela alugou a casa dela, o apartamento dela, que fica ali na rua Visconde de Pirajá, e como minha mãe era a empregada de confiança, então, ela a apresentou para esse americano, para que minha mãe ficasse tomando conta do apartamento e, ao mesmo tempo, trabalhasse para os americanos. Eram três americanos. Aí minha mãe ficou trabalhando para esses três americanos durante o período todo da Guerra, e nós fomos morar no apartamento, ali na rua Visconde de Pirajá número três. É, rua Visconde de Pirajá número três, apartamento vinte e cinco. Aí que era dela.

V.A. – E ela foi para onde?

Y.F. – Quem?

V.A. – A viúva do...

Y.F. – Ah, ela veio morar em um hotel que tinha aqui no Catete, que era o Hotel dos Estrangeiros. Aí ela morava ali no Hotel dos Estrangeiros, ela e o Paulo, que era o neto dela, com o qual eu sempre brincava. Por eu ser mais velho que ele dois anos, então nós brincávamos sempre juntos, e fomos praticamente amigos de infância. Então, por conta disso, minha mãe ficou esse período todo, período de Guerra, e... Até quando a Guerra acabou os americanos voltaram, e ela resolveu depois sair da casa onde ela estava para pegar outro emprego. Aí nós já estávamos maiores, eu pelo menos, já tinha praticamente terminado quase o primário e ela foi trabalhar na casa de um casal refugiado de guerra, austríaco, judeu austríaco, dr. Oswaldo Van Loo...

V.A. – Como que é, Oswaldo?

Y.F. – Van Loo, L e dois O. Ela trabalhava lá, e como eu já tinha terminado praticamente o curso primário, quarta série, mas não tinha outra ocupação a fazer, não

fazia coisa nenhuma, vivia tomando banho de mar porque morava ali na praia, aquele negócio todo... E ela com aquela preocupação dela, então resolveu que eu deveria ir para o colégio interno. Aí, eles vão apoiar, para eu ir para o colégio interno... E eu vou para o colégio interno Instituto Profissional Getúlio Vargas que pertenceu ao abrigo Cristo Redentor.

V.A. – Onde ficava?

Y.F. – Ficava em Bonsucesso, não sei se vocês sabem, ali naquele viaduto perto daquele depósito da aeronáutica, do lado de cá, onde surgiu aquela Universo. Ali atrás, justamente ali, ali atrás não, aquela área todinha pertencia ao Instituto Profissional Getúlio Vargas, que era ligado ao abrigo Cristo Redentor, eram várias escolas no qual Getúlio Vargas tinha colocado o dr. Levir Miranda, que era conterrâneo dele...

V.A. – Quem? Dr. Levir Miranda.

Y.F. – É, que era o provedor desses colégios, inclusive o João Lins Alves, que hoje pertence a Funabem. João Lins Alves, outros mais. Mas, eu era maiorzinho e fui lá para o Instituto Profissional Getúlio Vargas, fiquei no Instituto Getúlio Vargas. Eu ia para a Marambaia, mas resolveram que era melhor eu ficar ali e eu fiquei naquele colégio até a idade de dezesseis para dezessete anos.

V.A. – O que o senhor ia fazer em Marambaia, não entendi?

Y.F. – Não, é porque eles viram o seguinte, os maiores, na certa idade, porque eu entrei praticamente com... Eu entrei em 1948, então estava... Nasci em 1933... Com quase quinze anos, quatorze anos. Então, já pela idade, eles preferiram mandar para a escola da Marambaia, para a Ilha da Marambaia, porque lá tinha uma escola, a primeira escola de pescadores pela idade. Quando era menor, mais ou menos uns nove anos, oito anos, eles preferiam deixar aqui, para mandar para outros colégios, Instituto Profissional, para a escola João Luís Alves. Os maiores que entravam, eles geralmente mandavam para a Ilha de Marambaia ou então para a Sacra Família, Sagrada Família, lá em Minas Gerais.

A.P. – Mas o senhor estudou... Qual a profissão?

Y.F. – Não, o Instituto Profissional Getúlio Vargas tinha apenas o nome de Instituto Profissional Getúlio Vargas, então, ele era um colégio interno pobre como outro qualquer, era uma alternativa para a antiga escola Quinze. Porque tinha a escola Quinze que era do governo, e o Instituto Profissional Getúlio Vargas era semelhante a escola Quinze, mas era simplesmente para ser um local de internato para pobres. Praticamente o que eu aprendi lá: Coisa alguma. [risos]

A.P. – Na Escola Quinze, todo aluno tinha uma profissão, no caso, vassoureiro, sapateiro...

Y.F. – Não, lá também tinha. Lá tinham as oficinas. Mas, uma das coisas interessantes, isso é até bom... É porque o interno, geralmente, é um sujeito, uma pessoa revoltada. Eu, fui praticamente com quatorze anos, comecei a dar a minha liberdade que eu tinha para ir a praia etc. Então, eu não estava bem no colégio interno [risos], e não tinha nenhum interesse de agradar em coisa alguma. Então, lá tinha... Sapateiro, marceneiro, mecânico, funileiro... Outra profissão... Para cozinheiro. Tinha várias profissões, que dava para as pessoas aprenderem. Torneiro mecânico mesmo. Mas eu não estava a fim de aprender coisa nenhuma, então, eu fui para... Estive muito tempo na oficina mecânica, mas, a característica que tem é a seguinte: É que meu macacão nunca ficava sujo na frente, ficava sujo somente na parte de trás, porque a única coisa que eu ficava fazendo era ficar sentado em cima da bancada. [risos] Aí o pessoal dizia: “Pô, o seu macacão só suja do lado errado!” Eu ficava sentado em cima da bancada porque eu não estava a fim de coisa alguma. E lá no colégio interno, um colégio interno de grande influência da igreja católica, era missa todo dia... Outra coisa que também me saturou de ver missas todo dia é que: Na época de... Mês de maio, era missa de manhã e novena na parte da noite. Aquilo era um verdadeiro “saco”, não havia quem aguentasse! [risos] Mas, agente era obrigado a ir, se não fosse ficava de castigo, então, no período em que eu fiquei lá ficava submetido a isso, e ouvindo aqueles sermões daqueles padres. Porque uma coisa, talvez que a senhora não saiba: o Getúlio Vargas tinha, praticamente, como o pessoal de confiança dele o pessoal do Rio Grande do Sul. E quando ele veio para o Rio de Janeiro, ele trouxe todo o pessoal do Rio Grande do Sul, todo o pessoal era gaúcho,

qualquer local era gaúcho... E o provedor era o dr. Levir, mas o superintendente das escolas era o dr. Fux, que era um descendente de alemães, e o dr. Fux como um descendente de alemão, como um bom descendente de alemão, então, a escola servia muito para ser local de refugiados de guerra, não só refugiados de guerra, tinham muitos alemães, italianos, e na verdade ele era um pouco nazista [risos]. E os padres que vinham também, eram padres que não eram brasileiros, a maioria era italiana, e a doutrina que eles ficavam jogando nas nossas cabeças era justamente aquela, que os comunistas devoravam criancinhas etc. E a gente passava a acreditar. Tanto assim, que quando eu saí do colégio, e por isso eu coloco até nos meus depoimentos, eu saí do colégio eu era um anti-comunista ferrenho, para mim o comunismo era a pior coisa do mundo...

V.A. – O senhor saiu do colégio em que ano?

Y.F. – Eu saí do colégio em 1950, porque... Um outro fenômeno interessante é que a aeronáutica, que era uma arma praticamente nova na década de 1940, fazia o seguinte: Ela, com um pouco de tendência racista, não pegava soldados daqui do Rio de Janeiro, ela só trazia o pessoal do Sul, então todos os soldados eram trazidos do Rio Grande do Sul para servir no Rio de Janeiro. Isso não era estranho porque a P.E., Polícia do Exército, era todo pessoal de Santa Catarina, não sei se vocês sabem disso, então, para a Polícia do Exército eles traziam somente descendentes de alemães, eram os chamados “catarinhas”. Era um tipo de polícia do Exército repressiva. Ela ficou assim até, parece, início da década de 1950 ou 60, depois eles acabaram modificando... Mas, nessa parte da aeronáutica, trazendo pessoal do Sul e, não sei porque, talvez por questões de erros, ou finanças, ou qualquer coisa, eles resolveram, então, abrir para incorporar jovens do Rio de Janeiro, tendo assim que encaminhar a turma, que eram mais ou menos, trezentos e poucos soldados. Nós fomos os primeiros do Rio de Janeiro, como soldados, a entrar para a aeronáutica naquele período.

V.A. – Isso quando o senhor teve que se alistar, é isso? O senhor se alistou então na aeronáutica, é isso que eu estou entendendo?

Y.F. – Não, deixe-me explicar. Acontece o seguinte: no colégio interno tinha um oficial do exército. Esse oficial do exército tinha a função de encaminhar aqueles que já tinham

uma certa idade para servir ao exército, principalmente ao exército, até aquela época era o exército, então mandavam para o exército. Muitos passavam da idade de dezesseis, dezessete anos, dezoito anos, ficavam lá no colégio mesmo até dezenove anos. E, quando a aeronáutica abriu uma espécie de voluntariado, então ela passou a admitir os voluntários com dezesseis, dezessete anos. Aí, quando eu soube disso, eu que não queria ficar em colégio interno, já estava com o “saco cheio”, falei então: “é a minha oportunidade de me mandar daqui”. Aí fui, procurei logo o oficial, falei para ele: “olha, eu gostaria de servir também.” Ele disse: “e a sua idade... Então está bom, vou encaminhar.” E me encaminhou para eu poder servir. Porque eu tinha informação da aeronáutica, ele falou assim: “é porque abriu o voluntariado”. Então me encaminhou. Aí eu fui servir na aeronáutica no Campo dos Afonsos. Na aeronáutica, no Campo dos Afonsos, aí eu entrei.

V.A. – Isso em 1950?

Y.F. – Em 1950.

V.A. – O senhor pegou, então, o fim do governo Getúlio lá, no Campo dos Afonsos?

Y.F. – Não, o início do governo de Getúlio...

V.A. – Pois é, mas na crise de 1954 o senhor estava lá?

Y.F. – Não, espera aí, vamos chegar lá... [risos]

V.A. – Já estou pulando... Estou curiosa. [risos]

Y.F. – Então, em 1950, o Getúlio entrou...

V.A. – Em 1951.

Y.F. – Exato. Eu entrei em 1950. Minha turma era 5005, 04, uma coisa assim... Era o número que eles davam. Eu entrei para a aeronáutica, e como voluntário eu teria que

servir dois anos, esse era o acordo, para servir dois anos. Mas no meio de ano de 1951, veio uma contra ordem dizendo que não, que era para dispensar o pessoal assim que completassem um ano, então deveria dispensar... Em 1951, completando um ano, como eu entrei em novembro de 1950, então em novembro de 51 já veio a ordem para que nós fôssemos dispensados. Desse baixa. Bom, era sempre um dinheiro regular que eu recebia, que ajudava a pagar o quarto que nós morávamos, ainda no mesmo quarto em Ipanema, então, já estava com a expectativa de... Que no final do ano... Essa comunicação veio, mais ou menos no mês de julho, em meados do ano... Então isso já preocupou minha mãe. Ela falou: “bom, daqui a pouco ele vai ficar desempregado, vai trabalhar onde, não sabe onde nem nada.” Quando chegou em novembro, nós daríamos baixa, eles falaram que, para não ter nenhum problema, já que nós tínhamos um contrato para ficar dois anos e nós estávamos saindo antes, então eles prepuseram que nós passássemos mais um mês, para podermos fazer todos os exames de saúde para que eles pudessem ter confiança que estávamos dando baixa, todo mundo em pleno gozo da sua saúde mental, física etc. E nós passamos mais um mês. Isso, de certa forma, foi até bom porque a minha mãe, preocupada porque eu ia ficar desempregado, tinha recorrido a filha da dona Edith, que era a...

V.A. – A viúva do sr. Waldomiro Lima.

Y.F. – Exato. Porque a filha, eles eram todos gaúchos, estava trabalhando no palácio do Catete com o Getúlio Vargas. Aí ela foi à filha dela, e pelo Paulinho ser meu amigo de infância, aquele negócio todo, então, ela se comprometeu a arranjar um local para eu trabalhar. E de fato ela arranjou para eu trabalhar no palácio do Catete. Aí fui trabalhar no palácio do Catete, dei baixa em novembro. Eu pretendia ficar, pelo menos, um mês dormindo, mas não foi possível... [risos]

V.A. – A sua mãe não deixou. [risos]

Y.F. – Não deixou. [risos] Eu ia me acostumar, depois não ia querer trabalhar. [risos] Então eu saí e imediatamente fui trabalhar no palácio do Catete.

V.A. – O senhor foi fazer o que, fazia o que no palácio do Catete?

Y.F. – Lá tinha uma... Espécie de serviço médico para atender o pessoal da Guarda Pessoal de Getúlio Vargas. Eu fui para lá para ajudar a fazer aquela limpeza, aquele negócio todo, porque eu não tinha localização. Isso porque o palácio do Catete não admitia emprego, não admitia empregados, porque todo mundo, todo o pessoal, era emprestado pelas repartições públicas...

V.A. – Cedidos, não é?

Y.F. – É, pessoal cedido. Então, para uma solução, a dona Lourdes, que era a filha da dona Edith, junto com a minha mãe, arranjaram para que eu fosse trabalhar lá, então ela conseguiu uma nomeação em uma repartição do governo. Então eu trabalhei de... Logo quando eu dei baixa, saí, em novembro, aí fui para lá e trabalhei até janeiro, quando ela conseguiu minha nomeação para o Correio e Telégrafos. Aí, a nomeação veio, registrado numerário etc. Guarda... Uma coisa assim, nem me lembro o que foi porque eu nunca trabalhei com esse negócio... Guarda fio. Era para a gente andar vendo os fios do telégrafo que poderiam arrebentar, qualquer coisa, podia andar pela cidade. Mas na verdade não trabalhei nisso porque continuei no Catete, mas aí eu já era uma pessoa localizada. Era funcionário do Correio cedido ao palácio do Catete. Eu fiquei no palácio do Catete até quando Getúlio morreu. Aí, quando Getúlio morreu...

V.A. – O senhor estava lá no dia vinte e quatro de agosto?

Y.F. - Estava. Eu acompanhei o enterro do Getúlio Vargas e tudo...

V.A. – Olha só que interessante.

Y.F. – Passei a noite toda para ver o corpo dele.

V.A. – O senhor estava lá trabalhando no dia que ele morreu?

Y.F. – Não, no dia em que ele morreu eu não estava trabalhando, porque eu acabei ficando doente, fiquei doente um tempo. Aí saí de licença um mês, foi quando ele

morreu em agosto, quando eu voltei depois já tinha praticamente mudado tudo, aquelas mudanças todas, então disseram: “olha, você vai retornar para sua repartição” etc. Mas no dia, então, o que eu fiz? Eu fui lá para poder ver o corpo de Getúlio Vargas.

V.A. – Que o senhor via provavelmente todos os dias, não é?

Y.F. – Via todo dia, ele, a Guarda Pessoal. E tem uma coisa engraçada nesse ponto, é que, como eu disse anteriormente, eu tinha saído do colégio interno e fui servir no quartel, aeronáutica, que era uma arma de elite onde a oficialidade, a elite não gostava muito de Getúlio, aquele negócio todo... Por causa do brigadeiro Eduardo Gomes, eles eram todos pelo brigadeiro Eduardo Gomes, e, se a minha cabeça era ruim quando eu saí do colégio interno por causa daquele negócio do anticomunismo ferrenho, na aeronáutica ficou até pior porque nós...

V.A. – O senhor virou udenista na aeronáutica?

Y.F. – Não.

V.A. – Quase virou eduardista, o brigadeiro?

Y.F. – É, quase isso. Mas minha mãe, que era getulista, evidentemente não deixava que eu mudasse de lado.

V.A. – Interessante.

Y.F. – Então... Mas quando eu fui trabalhar no palácio do Catete tinha o pessoal da Guarda Pessoal, que eram subordinados ao Gregório Fortunato, que foi quem assinou minha nomeação no palácio do Catete para eu poder trabalhar nesse serviço médico do palácio do Catete. Aí, eu trabalhando ali, então eu tinha conhecimento com o pessoal da Guarda Pessoal. E o Pessoal da Guarda Pessoal, que é uma das coisas que eu até coloco aí, eram homens, em sua maioria, do Rio Grande do Sul, e eram homens inteligentes, nacionalistas porque Getúlio Vargas era também nacionalista, e tinha até o sr. Serra que praticamente acabou mudando a minha cabeça, de ser anticomunista ferrenho e etc.

Porque eu chegava e achava que sabia muita coisa e ia discutir com ele, e ele aí me arrasava na discussão [risos] aí ele dizia: “Yedo, você é novo. Você tem que estudar. Você tem que saber as coisas. Não adianta você ficar falando que o americano é isso...” Porque todo mundo estava incorporado na campanha do “Petróleo é nosso”. Aí ele dizia: “Não. Você tem que defender pelo menos a Petrobrás, a coisa nossa...” Eu achava que não. Mas eu, toda vez que eu ia discutir com ele acontecia de eu ser derrotado sempre naquela discussão, porque eu realmente não sabia porcaria nenhuma, ele era muito mais formado que eu. Mas ele criava uma... Meu orgulho ficava ferido. Ele dizia: “Não. Você lê, lê o livro tal...”

[FINAL DA FITA 1-A]

Y.F. – Passei a ler os livros para poder me preparar para poder derrubar ele na discussão...

V.A. – Na argumentação...

Y.F. – Na argumentação. Só que dava o contrário: Eu lia e acabava me convencendo que eles é que estavam com a razão. [risos] É até engraçado.

V.A. – Mas o senhor trabalhava lá na limpeza desse serviço médico...

Y.F. – Isso. Serviço médico. Eu só trabalhava na parte da manhã. Era de sete, mais ou menos, dez horas, onze horas eu estava livre, aí ficava até mais ou menos meio dia depois ia embora para casa. Pegava o bonde, naquela época era o bonde, chegava e ficava em casa, e quando em 1950, aí já 52, eles falavam: “Você tem que estudar.” Aí eu voltei a estudar à noite, porque eu falei: “Bom, então vou passar a estudar à noite.” Porque eu também não tinha outra coisa para fazer. Então eu passei a estudar à noite e trabalhava de manhã, ficava a tarde, praticamente, sem fazer nada...

V.A. – Lendo os livros para se preparar para a discussão com o sr. Serra... [risos]

Y.F. – Exato. Com o Sr. Serra e outros, para poder derrotá-los na discussão com argumentos. E com isso então...

V.A. – De noite o senhor foi estudar o quê?

Y.F. – Fui fazer o ginásio, porque no colégio interno não tinha.

V.A. – Nem era ginásio então? Não era nada esse colégio interno.

Y.F. – Pois é. Ele tinha dois anos que eles chamavam... Quem terminava o primário, eles chamavam, dois anos... Tinha um nome lá qualquer. Eram dois anos só. Então você fazia aqueles dois anos.

V.A. – Era admissão, não? Não tinha admissão...

Y.F. – Não era admissão. Não era um ginásio, não era coisa nenhuma, mas era simplesmente uma enrolação qualquer. Então se ele ficava aqueles dois anos, e quando terminava, geralmente, se ele já estava com a idade de ir para o quartel, qualquer coisa, ou mesmo até concorrer para ser funcionário lá para dentro, então, ficava nisso mesmo. Esses dois anos não serviam rigorosamente para coisa alguma. Então quando eu saí, fui fazer o ginásio, primeiro ano, segundo ano, aquele negócio todo. E com isso, eu fiquei no período do Getúlio, até o Getúlio vir a falecer. Estudava a noite, trabalhava de manhã e a tarde eu já me incorporava nesse negócio todo dia para... Ler, e passei a ser frequentador de bibliotecas... E depois comecei a me interessar pela parte política. Já haviam aqueles comícios sobre a Petrobrás etc. E eu já ia participar etc. E com isso eu acabei mudando a minha cabeça, daquele anticomunista ferrenho, católico praticante de ir a missa e aquele negócio todo... Nunca mais fui à igreja, porque eu já não gostava muito pelo tempo que eu passei no colégio interno. E até o falecimento de Getúlio, quando eu retornei para o...

V.A. – Os Correios...

Y.F. – Quando eu retornei não. Porque eu nunca tinha trabalhado nos Correios. Quando eu fui para o Correio. Aí, quando eu fui para o Correio, lá tinha... Quando eu cheguei no Correio, que era ali na Praça Quinze, atual Paço Imperial...

V.A. – Ah, sei... Aquele prédio grande que tinha dentro do paço, não era? Eles fizeram, construíram um prédio depois.

Y.F. – Tudo ali era o... Como a capital do Brasil era aqui, então a diretoria geral do Correio era ali. E ali existia um serviço de telégrafo, o telégrafo nacional e o regional. O regional era no segundo andar e o telégrafo nacional era no terceiro, nessa parte onde eles tinham construído, depois eles tiraram, então funcionava lá em cima o telégrafo nacional. Quando eu voltei eles então me mandaram o seguinte: Como eles não sabiam para onde me mandar, me mandaram... Eu fui cedido do Correio para lá, mas daquela forma como foi colocado: Fui nomeado e fiquei lá mesmo no palácio do Catete. Então, na hora de retornar, eles não sabiam para onde retornar, pensaram então: “Bom, então vamos mandar para a diretoria geral do Correio, lá ele resolve onde vai ficar.” Aí eu fui para a diretoria geral. Aí, chegando lá... tinha um rapaz, esqueci o nome dele, ele era o assessor do pai dele, que era um dos diretores. Ele até me perguntou: “Vem cá, você veio de onde?” Eu falei: “Vim do palácio do Catete.” Ele disse: “Você vai ficar onde?” Eu falei: “Não sei.” Ele falou: “Vou fazer o seguinte, vou te localizar aqui na sala de aparelhos, está bom?” eu falei: “Está legal.” Nem sabia o que era, mas tudo bem, sala de aparelhos. Aí fui para lá. Então na sala de aparelhos, era a parte telegráfica que era do telégrafo nacional, porque o Correio e Telégrafos era dividido em telégrafo nacional e...

V.A. – Internacional...

Y.F. – Não. Era Telégrafo Nacional e o serviço de correio, porque o Getúlio Vargas juntou os dois. O que existia antes era o Telégrafo Nacional e o Departamento Geral dos Correios. Ele juntou e ficou o Departamento de Correios e Telégrafos, mas os dois sempre caminharam separados, paralelos. Então eu fui para o Telégrafo Nacional porque era da minha área, já que eu era guarda-fio, era ligado à parte telegráfica, então fui para o Telégrafo Nacional. E na parte do Telégrafo Nacional, então eu fiquei na sala de aparelhos, que era onde fazia a comunicação do Brasil e internacional. Internacional

era Portugal, que eles falavam, Portugal e Uruguai, me parece. E lá na sala de aparelhos, que tinha muitos funcionários porque a transmissão era por... Aquelas máquinas de alta velocidade, teletype, teleimpressora. E como naquele período eu não fazia coisa nenhuma na parte da tarde, eu aprendi datilografia, então era um ótimo datilógrafo. Então eles pensaram: “Então você vai trabalhar nesse aparelho.” Que era totalmente diferente, e logo na primeira vez eu acabei quebrando a cara porque a máquina era de alta velocidade, você batia o dedo em uma letra e imprimia mais de mil...[risos] Então eu falei: “Eu tenho que me adaptar devagar.” E fui me adaptar primeiro devagar naquelas máquinas para poder saber depois como trabalhar com elas. Mas, fiquei naquela sala. Ali eu era um nacionalista, mas só que ali a maioria era comunista. Então, os caras... Sempre combatiam, faziam aquelas campanhas todas, por uma visão talvez até europeia, eles eram internacionalistas, eu era nacionalista, e tinham aquelas campanhas... Bom, conclusão: Eu tinha saído do colégio interno um anticomunista ferrenho, um católico praticante etc. Fui para o palácio do catete e me transformei em um nacionalista arraigado não muito clerical. Aí, depois saí dali e fui para o Correio, no Correio deixei de ser nacionalista passei a ser internacionalista...

A.P. – E comunista...

Y.F. – Comunista, internacionalista, passei a ser comunista, pronto. Aí eu já ficava mais tranquilo com o pessoal, estava tudo bem porque todo mundo ali era comunista mesmo...

V.A. – Quantas pessoas trabalhavam, mais ou menos, na sala de aparelhos?

Y.F. – Eram, deixe-me ver... Eram seis turmas, porque era em horário de rodízio, era: Tarde, manhã, noite e folga; tarde, manhã, noite e folga; isso era geral. O que caísse; se caísse no natal e você trabalhasse de noite, era de noite mesmo, não tinha coisa nenhuma. Carnaval era a mesma coisa. Então eram, praticamente, seis turmas, porque tinham... Não, cinco turmas, quatro turmas que faziam esse rodízio e uma de madrugada. Cada turma dessas tinha quase trezentas pessoas.

V.A. – Nossa, muita gente!

Y.F. – Porque falava com todo o Brasil. Só para São Paulo nós tínhamos, dessas máquinas de teleimpressoras, quase vinte máquinas. São Paulo, Recife, Bahia, que eram capitais centro. Então, essa turma toda... a parte de Morse, a parte de rádio, isso tudo.

V.A. – O senhor teve que aprender tudo isso?

Y.F.- Eu tive que aprender. A teleimpressora, aprendi porque já tinha, pelo menos, o curso de datilógrafo, de datilografia. E depois, quando entrou o coronel Bitencourt, isso mesmo, cel. Bitencourt, ele entrou como diretor geral do Correio. Era sempre um oficial do exército que entrava como diretor geral do Correio. Então lá, existia uma coisa: As pessoas trabalhavam ali e tinha também aqueles que trabalhavam nas companhias telegráficas estrangeiras, que eram a Radiobras, Radional, a Wester, que era inglesa, a América, a Vitalcab que era italiana... Essas companhias todas. O que acontecia? Acontecia o seguinte: O sujeito trabalhava lá e trabalhava no Correio. Então quando o horário coincidia no Correio com o horário na companhia, o cara fazia o seguinte: “Bom, você faz o meu trabalho aí, que eu te pago para você fazer o meu trabalho.” E isso “rolava”, o sujeito pagava o outro, o outro ficava lá trabalhando, defendendo aquela grana, e ele ficava lá na empresa, porque a empresa também permitia isso, ou ele pagava lá na empresa ou pagava no Correio. Mas, quando entrou esse cel. Bitencourt, ele falou: “Espera aí. Que negócio é esse? Isso é um absurdo! Vamos acabar com isso.” E como ele era um camarada explosivo, ele chamou o pessoal lá, e aí, quando ele falou: “Não, vamos acabar, não é permitido.” Aí, tinha um pessoal que tinha uma boa base com o ministro, que não tinha papa na língua, disseram: “Vamos falar com esse coronel. Que negócio é esse? Essa é a nossa grana.” Aí, todo mundo foi para lá falar com o cel. Bitencourt, para dizer para ele que a gente não concordava. Aí deu uma discussão danada, ele dava soco na mesa e o pessoal dava soco na mesa também, xingava, xingavam também... [risos] E eu ficava de longe olhando, falei: “Meu Deus, que negócio é esse?” [risos] Alguns eram até ex-pracinhas. Ele alegava: “Eu sou oficial!” e respondiam: “E daí, eu sou ex-pracinha. Fui para a Guerra!” E deu aquela briga toda! No final ele falou assim: “Vocês continuam fazendo isso, que eu vou abrir um concurso para telegrafista. Vou querer que vocês passem no concurso...” Porque concursado ganhava mais. E disse: “E com isso então, não vai mais haver esse negócio de ficar

pagando serviço.” E disseram: “Então tudo bem. Mas até lá nós vamos ficar fazendo.” Aí ele disse: “Até lá vocês vão ficar fazendo, mas eu vou abrir um concurso.” E ele, de fato, abriu um concurso e todos nós fizemos o concurso e passamos, a maioria passou. Passamos, mas não acabou coisa nenhuma. [risos] O pessoal dizia: “Não, não vamos acabar com isso não.” Depois ele acabou saindo e continuou a mesma coisa: Todo mundo pagando serviço e em uma situação até melhor. Por isso então, eu fui, para fazer o concurso... Ele marcou... Essa briga toda foi... Quando Juscelino entrou foi em 1955, me parece...

V.A. – 1956.

Y.F. – 1956. Então ele falou: “Vou fazer esse concurso para 1957, para o início de 1957. Então, vocês se preparem!” Aí, nós fomos nos preparar. Aí que eu fui aprender o Morse, aquele negócio todo, para poder fazer o concurso. Então colocaram escolas no Correio, e eu fui aprender, fizemos as provas, passamos e ficamos... Aí eu passei a ser telegrafista, em vez de continuar sendo guarda-fio, conforme eu era. Aí fui para o quadro de telegrafistas, com uma situação melhor porque era concursado, trabalhando ali no Correio. Com isso, nós já estávamos no ano de... Na época de Juscelino, e a época de Juscelino foi um período que deu para amainar algumas coisas, mas também era um período de grande efervescência política, de discussões políticas. Então a gente discutia politicamente, aquele negócio todo, aquelas participações todas que se tinha de política. Quando Juscelino saiu, aí veio o Jânio Quadros. O Jânio Quadros entrou e ficou aqueles oito meses. Aí, quando Jânio Quadros saiu deu aquele reboiço danado também... Eu estava trabalhando a noite. Jânio Quadros renunciou, e eu fui trabalhar a noite. Quando fui trabalhar a noite, que eu entrei: Tudo tomado pelos soldados, aquele negócio todo. Aí eu fui chamado lá na superintendência, e me falaram assim: “Você pode ir para casa.” Eu falei: “Eu?! Minha turma está trabalhando!” E disseram: “Mas pode ir para casa.” Eu fui, mas quando desci, cheguei e encontrei outros colegas...

V.A. – Mas era só o senhor ou a turma?

Y.F. – Me chamaram e falaram isso: “Você pode ir para casa.” Eu falei: “Ir para casa... Tudo bem.” Na hora eu não estranhei, não liguei uma coisa à outra. Aí desci, e quando eu cheguei ali em frente a... Hoje é a Assembléia Legislativa...

A.P. – Palácio Tiradentes.

Y.F. – É, Palácio Tiradentes. Aí encontrei, mais ou menos, dois ou três colegas que estavam de folga. Eram comunistas também, e perguntaram: “O que houve?” Eu disse: “Vou embora para casa.” E disseram: “Vai embora? Não! Não vai embora não!” Eu falei: “Porquê?” e disseram: “Esses caras estão fazendo isso, e depois, se você for embora, eles vão dizer que você abandonou, não veio...” Eu falei: “É Mesmo?” Eles disseram: “Eles já fizeram isso com...” Aí eles foram falando sobre os outros colegas, com que eles tinham feito também. Disseram: “É melhor você voltar lá, diz que você tem que trabalhar...” Aí tudo bem, eu voltei. Fui lá e falei: “Não vou embora não, vou trabalhar.” Aí me colocaram em um local, não me deram aparelho nenhum para trabalhar, fiquei lá sentado, aí que eu fui notar como eu era queimado. Porque até aí então eu não sabia que eu estava tão queimado assim naquele “pedaço”. Aí eu falei: “Então realmente estou queimado mesmo”. Porque eles já tinham me identificado como um agitador, um subversivo, e nunca me passou pela cabeça, só fui perceber nesse dia, quando eles me afastaram e porque eu não vi o sentido deles terem me afastado, pelas discussões que se estabeleciam lá. Bom, aí: “Já estou queimado mesmo”, então continuei trabalhando lá, sentado sem fazer coisa nenhuma, fui embora, e depois eu passei a perceber justamente isso. Porque depois da renúncia do Jânio Quadros, dentro do Correio, ficou estabelecido realmente uma divisão, uma divisão mesmo: Comunista para lá e anticomunista para cá. Então, praticamente, não se davam, não conversavam, e eu, evidentemente estava do outro lado. E quando entrou o João Goulart, não... Aí eu trabalhava lá em cima, na sala de aparelhos, então, quando entrou o João Goulart... Eu continuei na sala de aparelhos. Porque tinha uma outra parte, que era um local chamado de retransmissão multiplexada, que era só para o sujeito fazer as conexões da sala de aparelho para a transmissora e para a receptora. Porque tinha receptora e tinha a transmissora, que pegava todos os sinais para mandá-los, porque naquela época o sistema era este. E, um detalhe aí, que estou vendo, quando foi mais ou menos no tempo... Bom, aí voltaram, alguns que pertenciam ao Correio no período do Jânio

Quadros e tiveram que sair, aquele negócio todo... Eles eram muito ligados ao Carlos Lacerda, aí saíram e assumiram o pessoal mais ligado com o pessoal comunista. Assumiram o poder, então nós voltamos realmente para trabalhar, ficamos ali tranquilamente trabalhando, aí, já depois da saída do Jânio Quadros e com o João Goulart. Bom, nesse período eu estava percebendo o quanto eu estava queimado, aquele negócio todo, mesmo assim eu consegui ser transferido para a transmissão multiplexada. Então, na transmissão multiplexada acontecia o seguinte: Como sempre, os nossos transmissores, principalmente os nossos receptores, os transmissores ficavam em Sarapuí e a receptora ficava na altura de São Bento...(*?*), onde fica o campo de antenas para eles mandarem aquele sinal. E eram fracos em relação a duas rádios que naquela época tinham grande divulgação: Uma era Havana, a rádio de Havana, e outra era a rádio da China.

V.A. – Eram fracos em que sentido, que o senhor está falando?

Y.F. – Eram fracos porque a potência das nossas receptoras, e principalmente transmissoras, era uma potência fraca em relação aos transmissores dessas duas rádios.

A.P. – De Havana e da chinesa.

Y.F. – Exato. Tanto assim, que elas entravam nas nossas receptoras. Então muitas vezes você estava com o fone no ouvido e estava ouvindo a rádio de Havana ou a rádio da China. E, como eu trabalhava na transmissão multiplexada, aí eu procurava dar força, mais ainda, a isso. E tinha uns caras que eram, justamente, ligados, tinham sido ligados ao Carlos Lacerda, o pessoal anticomunista, trabalhava com aquele povo, e de vez em quando eu gostava de fazer minha...

V.A. – Provocação.

Y.F. – Provocação, porque eu também tinha um companheiro lá no receptor, que também tinha a mesma coisa, esqueci até o nome dele, ele então falava: “Yedo, estou aqui recebendo muito bem a rádio de Havana, o discurso de Orti coz (*?*)”, que falava até muito bem porque era o presidente de Cuba, e ele tinha uma voz muito bonita e eu

até gostava porque... Muitas vezes eu até ligava só para poder ouvir, porque a voz dele era... O discurso dele era bonito e a voz também. Aí eu falava: “Então reforça aí e manda para cá”, ele mandava, aí eu ligava nos fones, e os fones iam nos ouvidos dos caras, aí, em vez de eles pegarem o sinal para recepção do telégrafo, não, eles pegavam a rádio de Havana. Então, eles tinham que ficar parados, sem trabalhar, ouvindo a rádio de Havana. Aí eles sabiam que era eu que estava lá mandando aquele negócio. Diziam: “Seu comunista!”, aí eu dizia: “Não meu amigo, não é não. A nossa transmissão está uma porcaria, está ruim.” Ele dizia: “Então desliga isso daí!” eu dizia: “Não vou desligar. Tem que ficar ligado. Quando melhorar vocês vão receber.” Isso geralmente a noite, muitos deles queriam ir embora, eles ficavam lá sentados. Isso também contribuiu para eu ficar mais queimado ainda porque eu estava irritando os caras. Então eu fazia tudo ali, botava... Muito bem, quando veio depois... A greve geral para restituir os poderes para o presidente João Goulart...

V.A. – O plebiscito...

Y.F. – O plebiscito. Aí eu resolvi fazer minhas agitações políticas. Porque, na verdade é o seguinte: Como todo mundo sabe era proibido, acho que ainda é proibido, você fazer qualquer agitação política dentro de repartição pública. Mas, nós fazíamos mesmo, não tinha isso não... E forçamos para que na greve, o Correio entrasse também. Que era uma coisa proibida, porque o Correio era uma repartição pública. E a última vez que o Correio tinha entrado em greve, tinha sido em 1939. Ele entrou em greve e o Getúlio Vargas, imediatamente depois da greve do Correio, então baixou um Decreto que ficou prevalecendo, depois entrou no estatuto de funcionário, era que repartição pública não poderia entrar em greve, não poderia fazer greve. Mas, nós acabamos fazendo com que o Correio fizesse greve e o telégrafo acabou também parando, isso foi uma vitória para a gente... Os anticomunistas ficaram “pau-da-vida” porque isso era uma subversão... Mais queimado ainda. E eu então, depois dessa greve, mais queimado ainda, eu vi uma coisa: Que eu estava muito queimado no Correio por conta disso, por causa dessa agitação política, aquele negócio todo... Aí eu falei: “ Quer saber de um negócio, eu vou fazer o seguinte: Vou dar um tempo”. Não, aliás, teve o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, aí houve o racha nos partidos comunistas. Então o partidão teve aquele racha, como todos os partidos comunistas de todo o mundo, teve aquele racha, os

que ficaram do lado da chamada linha chinesa e os outros que eram do outro lado, então eu resolvi ficar do lado da linha chinesa, do lado que era contra o Krushev, aquele negócio todo... Isso também... Eu fiquei um pouco ma dentro do partido, porque era aquele negócio: Quem era da linha chinesa, o partido achava que tinha que reformular... Aí como eu vi: “Pô, espera aí. Já estou mau aqui dentro do partido...” e mau com o pessoal todo, eu falei: “Quer saber? Vou dar um tempo e vou ver o que vou fazer.” Como eu estava precisando muito de grana, eu falei: “Quer saber de um negócio? Acho que vou trabalhar, pegar outra companhia, trabalhar...” aproveitando aquela facilidade que a gente tinha de pagar serviço, fui trabalhar em uma companhia de navegação costeira. E na companhia de navegação costeira, fui trabalhar lá para poder viajar e pagava o Correio, o colega que trabalhava para mim no Correio... E no período que fui trabalhar, isso, para mim foi bom porque eu viajava pelo Brasil, era navegação costeira, o máximo que nós fomos foi Buenos Aires, Montevideú, quando eu peguei navio de turismo, e o resto era do Rio Grande à Manaus. Então, os navios eram aqueles “itas”, os navios que iam... Levavam quase cem dias para chegar de um porto ao outro.

V.A. – E o que o senhor fazia nos navios?

Y.F. – Eu fui como eletricitista. Suboficial Eletricitista. Aí eu fui para lá trabalhar... Trabalhei no navio.

V.A. – Mas o senhor trabalhava também na comunicação com a terra, com telégrafo? Porque devia ter alguma coisa...

Y.F. – Tinha um telégrafo, mas eu não fui trabalhar com o telégrafo, eu fui admitido como eletricitista de bordo. Eu preferi eletricitista de bordo porque o telégrafo... Porque para eu ser telegrafista eu teria que fazer curso de adaptação na marinha, de quase um ano, que era no CIAW, e eu não estava a fim de fazer curso nenhum, eu estava a fim de ganhar dinheiro porque eu estava, praticamente, duro, porque naquela época eu já era casado, aí morava ali no Flamengo e não tinha filhos. Então, eu precisava realmente de dinheiro porque o dinheiro do Correio... A inflação da época de Juscelino, depois emendou com o período de João Goulart, com o negócio da inflação comer todo o dinheiro... Então a gente tinha realmente que se dedicar a dois empregos. Eu fui então

me dedicar a mais um emprego, e o emprego que eu vi era justamente esse, e eletricista, como eu já tinha algum conhecimento, e era mais fácil fazer essa prova na Capitania dos Portos, fazia-se um curso de poucos dias na CIAW, e então deu para fazer, aí eu fui ser eletricista de bordo, que era praticamente o cargo e correspondia ao salário de suboficial. Fui para lá e fiquei. Fui localizado nesse navio, o Itaquicé, Itaquicé não, o Itanajé, ainda eram os “itas”, veio o Itanajé, depois o Rosa da Fonseca, aí tem outro navio que eu não me lembro agora... Um dos “itas” também, depois eu vou lembrar. E, quando o... Foi o Itanajé. Aí ficou, ele quebrou lá em Recife. E esses navios eram velhos, coitados, viviam já a anos quebrados, então ficavam lá quebrados até concertar, mandar concertar, a companhia também já não tinha muito interesse, era companhia estatal... Então, para o marítimo era ótimo, o sujeito ficava lá, não fazia coisa nenhuma, e eu resolvi ficar então lá em Recife quase dez meses...

V.A. – Nossa! E a sua esposa no Rio?

Y.F. – Não sei... Esse que era o problema. Mas, como toda vez que eu viajava eu passava, praticamente, mais de um mês fora, então quer dizer, dez meses não era nada, ele concordava, coitada, ficou e depois isso me deu uma certa dor de cabeça, porque lá eu resolvi ir morar...

V.A. – Só um instante.

[FINAL DA FITA 1-B]

V.A. – Então, o senhor estava lá em Recife?

Y.F. – Em Recife. Aí, em Recife e tal, eu arranjei uma namorada, evidentemente, como seria de praxe [risos]. Ela morava lá no bairro de São José, que era uma favelinha... Então, tinha o navio... Mas a maioria também não ficava no navio. Desde o comandante até o carvoeiro, ninguém ficava no navio mesmo, cada um tinha a sua namorada. Em todos os navios era isso. Quando o navio subia, ia muito bem até Recife: a partir de Recife até Manaus, diariamente, ele ficava com duas equipagens, porque eram uns trinta e poucos tripulantes, e cada um com a sua acompanhante. Nesse caso, trinta e trinta dava sessenta, era um problema danado para a parte de intendência. Porque era um

gasto de comida! **[Incompreensível]** nunca entendeu: “Por que esses navios gastam tanto?” [riso] Porque além de comer – as mulheres iam para lá, comiam – e ainda levavam para casa também. É a necessidade do Nordeste. **[Incompreensível]** Então eu fui morar um tempo – morar, não, eu ia para lá – no bairro São José. Mas eu estava muito interessado, porque eu queria ver, pelo menos, as Ligas Camponesas, que era uma das coisas de que se falava e tal. E eu consegui entrar em contato com...

V.A. – Deixa eu só interromper o senhor um pouquinho? O senhor não explicou quando que o senhor se filiou ao Partido.

Y.F. – Ah! Me filiei ao Partido em 55. Porque quando eu saí do Catete – Getúlio Vargas morreu, em 54, eu ainda fiquei lá no Catete até o final –, eles viram que não tinha mais sentido aquele serviço médico, porque a guarda pessoal foi dissolvida, aquele negócio todo. Mas eu ainda fiquei até o final do ano. Era muito bom, porque a minha localização no Correio, me parece, foi em março ou abril. Então, isso já era 55. Fui para **[incompreensível]** conheci esse pessoal todo. No período de todo, aquele negócio de ser nacionalista, os comunistas não gostaram... O Antônio já tinha **[incompreensível]** a gente trabalhava junto: “Pó, você não quer participar do Partido?” Eu, meio assim: “Não quero...” E ele: “Não, vamos...” Se você não estivesse enturmado em alguma coisa, você realmente ficava deslocado – visto que nacionalista era [eu] sozinho, o resto todo era comunista –, então não ia ficar enturmado: “Então, tudo bem.” Fui ser filiado ao Partido Comunista, em 55. Levado por este colega, o... Depois eu vou lembrar o nome dele.

V.A. – Então, desde 55, o senhor estava filiado ao Partido. Ao PCB.

Y.F. – PCB. 1955.

V.A. – Então o senhor estava contando das Ligas Camponesas que o senhor quis conhecer.

Y.F. – Eu quis conhecer. Então, este compadre comunista, de Recife, falou: “Tudo bem, vamos lá, pelo menos para ver uma, para você ver como é.” Eu só sabia que era um pessoal que se reunia... Eu fui, realmente...

V.A. – Esse companheiro de Recife o senhor não explicou quem era. Era uma pessoa que o senhor conheceu lá em Recife?

Y.F. – Porque eu era comunista. Porque, na época, tinha um acordo: quando a gente chegava... Quer dizer, comunista ia muito procurar outro comunista. Então, teve que viajar para lá, eu não consegui entrar em contato, porque o Partido estava na clandestinidade e a gente não conseguia entrar em contato. Mas, como eu estava preocupado com isso, eu queria entrar em contato, eu conversei com um assistente de base aqui, que era o Elias – ele lutou na Guerra Civil Espanhola, tinha sido metalúrgico, foi preso em 35, torturado, a mulher dele também foi torturada, [parece] que morreu – e ele, quando saiu da prisão, depois de ser torturado pelo Getúlio Vargas, aquele negócio todo, a Internacional mandou para a União Soviética. Ele foi para a União Soviética, depois, como teve a Guerra Civil Espanhola, ele foi para a Guerra Civil Espanhola como comissário político. Então, estive lá como comissário político, [não] estive em toda a Guerra Civil Espanhola e tal. Quando ele veio ser assistente de base do Correio, que era o pessoal do telégrafo, aquele pessoal todo, eu passei a ter uma boa relação com ele justamente porque eu sempre me interessei muito pela Guerra Civil Espanhola, mesmo depois daquele período, nacionalismo **[incompreensível]** aquele negócio todo. E, como ele tinha passado uma boa experiência, eu ficava lá muitas vezes conversando, terminava a reunião do partido... Porque ele era assistente da base do partido que se reunia em determinado local. Depois, a gente ficava conversando, ele me contava como tinha sido a experiência dele. Então, a gente tinha uma certa amizade. Quando eu fui trabalhar e queria pelo menos um contato lá em Recife, eu o procurei. Ele não gostou muito, porque o partido proibia isso. Mas falou: “Tudo bem, eu vou te dar o nome de uma pessoa que você possa encontrar lá em Recife para você poder estabelecer um contato.” E me deu, eu fui lá, encontrei o companheiro, foi ele, então, que me encaminhou para eu poder visitar as Ligas Camponesas. Fui para a Paraíba.

V.A. – Sapé.

Y.F. – Exato. Era Mamanguape... Era outra, final de linha de trem, que a gente ia de trem. Eu tenho que me lembrar, a memória de vem em quando faz esses negócios.

V.A. – Estou achando a memória do senhor fabulosa.

Y.F. – Tem muita coisa que eu estou esquecendo. Como eu não lembro, estou passando por cima. Então, a gente ia de trem... Eu gostei muito, de ver aquele negócio todo. Tinha uma companheira até que era telegrafista, quer dizer, estava em uma das Ligas Camponesas. **[Incompreensível]** disse o seguinte: “Não, mas a ordem do Partido é que não podemos deixar que o pessoal radicalize a luta. A ordem do Partido é não deixar radicalizar a luta. Pelo contrário, mostrar que nós temos que esgotar, ainda, dentro sistema democrático, que vai ter eleição em 65...” Aquela besteira toda que acabou não tendo nada daquilo. Mesmo não tendo radicalização. Eu disse: “Tudo bem, eu não vim aqui para fazer discurso nem nada. Tampouco participar, eu só vim para conhecer.” Foi o que eu fiz, mas eu discordava daquilo: acho que se eles querem radicalizar, deixa eles radicalizarem, porque eles sempre que encaram **[incompreensível]**. Conclusão: eu só ficava visitando, então ficava ali, em Recife, uns dez meses. Depois, me tiraram do navio e eu regressei para o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, eu fui para outro navio – o Rosa da Fonseca –, que era um navio que eles tinham comprado há pouco tempo. Era um navio de passageiros, então eles estavam recolhendo o pessoal todo que estava parado por aí e [trazendo para esse navio]. Eles tinham comprado quatro navios de passageiros: o Rosa da Fonseca, Ana Néri, Princesa Leopoldina, Princesa Isabel.

V.A. – Todos nomes de mulher.

Y.F. – É. E nome de mulheres e de personalidades nacionais. Bom, eu fui para o Rosa da Fonseca. Eram quase duzentos que trabalhavam no navio, por isso eles estavam com necessidade, foram recolhendo o pessoal todo que estava parado. Aqueles que estavam naqueles navios que estavam caindo aos pedaços, eles pegaram todo mundo, trouxeram para o Rio de Janeiro, foram jogando todos nesses navios. E eu fiquei, então, no Rosa da Fonseca. Não gostei muito, mas não tinha outra alternativa. Daí, eu tinha esse navio de vez em quando: eu ia para Buenos Aires, para Montevidéu... E fazia aquele turismo, de

vez em quando vinha vazio, aquele negócio todo. E no Rio de Janeiro, eu voltei, mas continuei no navio, e pagando serviço no Correio. Quando deu o golpe, eu estava no navio – estava embarcado – e estava vindo de Santos para o Rio de Janeiro. Então, praticamente, pegamos o golpe na metade do caminho de Santos para o Rio de Janeiro. Quando chegou no Rio de Janeiro – chegamos de manhã – estava **[incompreensível]** o golpe, o João Goulart já tinha saído, aquele negócio todo. E eu preocupado, falei: “Alguma coisa aconteceu lá no Correio.” Porque a questão de pagar serviço era uma coisa ilegal. E a primeira coisa que os caras faziam, em qualquer mudança dessa, era proibir o revezamento. Falei: “Ih! Tudo bem, vou tomar falta lá, mas dá para segurar.” E foi o que aconteceu. Porque eu também não podia desembarcar de um navio e ir correndo para **[incompreensível]**, que não tinha condições. E o navio ficou fundeado aqui na Baía de Guanabara porque, segundo a informação que veio, ele ia levar tropas para o Rio Grande do Sul. Ele estava vazio, então ia pegar tropas para levar para o Rio Grande do Sul, porque no Rio Grande do Sul estava tendo uma reação feita pelo Leonel Brizola, que tinha ido para o Sul justamente para criar resistência.

Bom, e eu consegui observar uma coisa engraçada: os oficiais da divisão que se estabeleceu no navio – comandante, **[incompreensível]**, oficial de máquina – todos eram favoráveis ao Golpe, o resto da tripulação era contra. Os safados nunca falaram nada, nunca deixaram passar, mas quando deu o Golpe, que o governo Goulart caiu, eles resolveram botar no alto-falante: “Viva o Golpe!” Aquele negócio todo. E a tripulação toda pau da vida, porque... Tinha um companheiro que era maquinista, o [Creto], era de Santa Catarina, que falou: “Yedo, vamos fazer o seguinte: se esse navio for levar tropas, você vai desligar o motor auxiliar e eu vou abrir o tanque e esse navio vai a fundo. Porque esses caras vão...” [riso] Falei: “Tudo bem.” Mas realmente o navio não pegou tropas, não pegou nada, mas eu estava disposto a fazer isso e eu tenho certeza que ele ia fazer. Era só desligar o motor auxiliar e ele ia abrir o tanque de decantação e deixar o navio... Eu falei: “Tudo bem, Creto.” O Creto era um companheiro que, toda vez que a gente chegava no porto, ele saía para passear... Porque, embora nós regulássemos a mesma idade, ele estava a mais tempo do que eu como marítimo, aquele negócio todo.

Bom, aí, eu vi que tinha que voltar para o Correio. Eu voltei para o Correio dez dias depois. Me apresentei, a primeira coisa que ele viram foi: “Pô!” Porque já corria “Onde está Yedo?” Porque eles não sabiam. A idéia que corria era de que eu não estava no Brasil; eu tinha ido para a União Soviética porque eles me mandaram fazer um curso

lá. [riso] Eu estava na União Soviética para fazer curso e não sei o que mais... E, no entanto, eu estava era viajando, procurando tirar uns trocados. Nesses dez dias, tinha acontecido o seguinte: o Ato Institucional. Felizmente, no Correio aconteceu uma coisa, de certa forma, boa. Porque o general [Paulino] foi nomeado para ser da Comissão Geral de Investigação, a chamada CGI. General Paulino. Então, nós éramos chamados e entrevistados por aqueles oficiais. Ora, uma das orientações que o Partido deu era negar tudo, por uma questão de segurança. Então, cheguei lá para saber... Disse “Não, estava trabalhando e tal.” O [argumento] deles era que eu estava na União Soviética, tinha estado para Cuba...

V.A. – Eles era quem? Era essa comissão.

Y.F. – Oficiais dessa comissão.

V.A. – Porque já tinha entrado uma Comissão Geral de Investigação dentro do Correio?

Y.F. – Em todas as repartições públicas. Logo que foi assinado o Ato Institucional número um, instalaram-se comissões de militares...

V.A. – De investigação.

Y.F. – Exato. Dentro das repartições. Chamando todo o pessoal. E a ordem do Partido, a orientação do Partido, era negar. E negando não só por segurança do Partido, como também segurança da própria pessoa: “Não, não tem nada a ver. Defendo mais é que o Brasil seja um país independente.” Aquele discurso todo, que não dizia coisa alguma. E a comissão com o general Paulino não era muito rígida, até porque depois o filho dele foi preso, em Recife. Porque o filho dele era economista e era da Sudene, como o Celso Furtado era foi preso, o filho dele foi também. O general Paulino, parece, ficou chocado: porque ele, da Comissão Geral de Investigação, e o filho dele sendo preso como subversivo. Ele pediu demissão, saiu, **[incompreensível]** pela Comissão, não tinha mais implicação nenhuma.

E eles nomearam um outro general que, esse sim, era Linha Dura, o general Guedes. Mas nós já tínhamos sido entrevistados. Somente um companheiro,

Nascimento, cometeu um erro, não quis seguir a orientação do Partido disse que não – aquele velho discurso –, que ele tinha que estar do lado do povo... Por isso que ele foi demitido. Foi o único que foi demitido, o resto não foi. Mas, como eles não tinham – sabiam que todo mundo ali era comunista mesmo –, mas não tinham prova concreta... Porque houve um outro fenômeno que, no período do Juscelino, os órgãos de repressão não foram muito atuantes e alguns deles até ficaram praticamente desativados. Veio o governo João Goulart e, quando veio o governo militar, praticamente não tinha registro de subversivo nenhum. Tanto assim que eles só pegaram pessoas de 35, 36, as pessoas que tinham sido realmente... Que estavam lá e que, às vezes, eram idosos, já não tinha nada a ver. Como foi com uma professora, coitada, ela não tinha nada a ver, foi demitida... Ela já estava aposentada, mas ela tinha implicação [em 39]. Foram poucas pessoas. E o Nascimento foi demitido por causa disso. Ele falou isso **[incompreensível]** e foi encaminhado para ser demitido. Nós, não. Então nós ficamos em duas coisas: aposentadoria compulsória, aqueles que exerciam função de direção, e confinamento, aqueles que não exerciam função de direção, mas eram considerados subversivos. Então, como eu não exercia função de direção nenhuma – até porque nem estava no Correio nesse período, eu estava viajando na Marinha –, fui para o confinamento.

V.A. – Mas o senhor, então, era considerado subversivo?

Y.F. – Mas claro que era!

V.A. – Mas o senhor passou por essa comissão sem nenhuma denúncia.

Y.F. – Não, denúncia tinha: “Esse daí é um subversivo perigoso.”

V.A. – Não tinha provas.

Y.F. – Não tinha provas. O Ato Institucional, não sei se vocês sabem disso, era o seguinte: como não tinha condições de provar contra as pessoas, ele era **institucionário[?]** Dizia: “Você é subversivo. Tem que punir?” Aí punia. Mesmo que você procurasse provar, não tinha como recorrer. Quando eles fizeram essa divisão, **era se baseando[?]** justamente nisso. Por quê? Para demitir, eram aqueles que estivessem

realmente implicados. Foi o caso do Nascimento. Em todo o Brasil, só foi Nascimento demitido. O resto, eles colocaram como aposentadoria compulsória para os que exerciam cargo de direção – quem era dirigente, quem era chefe de turma, superintendente e tal. Eu tinha sido dirigente quando eu estive no **[incompreensível]**. Depois eu fui viajar, quer dizer, saí e fiquei apenas como telegrafista, exercendo. Então, entrei justamente na lista do confinamento.

Me confinaram na cidade de Chapecó. E, naquela época, Santa Catarina, era praticamente de colonização e eu era o único negro na cidade. É uma coisa que, na época, a gente não percebe. Eu só fui perceber isto muitos anos depois, depois de estar envolvido com a questão racial: o porque deles me mandarem para lá. Me mandaram para Chapecó, como mandaram outro companheiro, Nilton, para outra cidade de Santa Catarina – ele também era negro, maranhense.

A.P. – Existiam muitos negros no Correio?

Y.F. – Existiam muitos negros. Mas esses negros, principalmente... – por exemplo, eu, Nilton – eram poucos. Entendeu? Depois eu fui entender para onde eles nos mandaram. Mandaram todos nós para cidades do Sul. Os outros, brancos, eles mandavam, geralmente, para Amazonas, lá para a cidade de Benjamin Constant, que vocês talvez nem saibam... Pega um mapa para ver, é lá para cima. Se hoje já é uma coisa, então naquela época. Corumbá...

Então, Chapecó. Em 65, fui transferido para a cidade de Pato Branco, no Paraná. A mesma coisa. Chapecó, depois Pato Branco. Mas aí eles já estavam incluindo outras pessoas nesse confinamento. Mas só que... **[incompreensível]** engraçado. Em 65, estava marcada eleição e essa eleição se realizou.

V.A. – Para governo do estado, não é?

Y.F. – É. E como a transferência caiu justamente nos seis meses antes das eleições, alguns funcionários entraram com um mandato de segurança e conseguiram ganhar, reverter.

E quando eles conseguiram reverter, nós fomos beneficiados também, porque nós também tínhamos sido remanejados em período eleitoral. Isso fez com que todos nós, então, voltássemos: quem era do Rio de Janeiro, para o Rio de Janeiro, o outro que era da Bahia, voltou para a Bahia, Alagoas e por aí afora. Porque o número que eles fizeram de confinamentos, não me lembro muito bem, somava talvez, só aqui no Rio de Janeiro, quase trezentos. Só aqui no Rio de Janeiro, que dirá no Brasil. Isso seu um alto custo de

passagem, de tudo. Porque tinha que pagar passagem, transporte, **mudança**... Só que eu não fiz nada disso, porque eu também não estava contando de ficar lá muito tempo. Por quê? Porque existia... No período do Golpe teve uma coisa muito engraçada – alguns órgãos de repressão, inclusive, agiam dessa forma: ninguém que a ditadura demorasse tanto tempo. Diziam: “Não mexe com esse pessoal, porque daqui a pouco essa coisa vira, a gente pode ser atingido... – era o pessoal da Ordem Política e Social. – esse pessoal é funcionário público, é federal, nós somos estaduais, daqui a pouco eles voltam. Deixa para lá.” Porque as pessoas não tinham a **[incompreensível]** ainda que o golpe ia demorar tanto tempo quanto demorou. E todos nós, então, pensamos também. Dentro do Partido, também pensavam isso: “Daqui a pouco o AI **[incompreensível]** vai acabar.” Porque da outra vez tinha acontecido assim., só que daquela vez não aconteceu.

Então, eu volto para o Rio de Janeiro, **[incompreensível]** evidentemente ali, me jogam para o subúrbio. Então, já que eu não posso ficar aqui, fui para uma agência de São Cristóvão, primeiro. Me jogaram para a agência de São Cristóvão, [tinha praticamente nada para fazer], mas fui para lá. E fiquei. O Partido, então, já era 65, tinha determinado o seguinte, que era uma prática de todos os partidos: desligar os filiados do Partido que eram queimados, quem é queimado não tem partido. Desligava porque aí eles não tinham que dar assistência, e não colocaria em risco o assistente – que o assistente tinha que nos acompanhar. Então, algumas vezes o assistente me procurou, depois, na última vez, me comunicou: “Olha, você vai ser desligado e tal. A prática do Partido é essa. Vai ficar restrito ao pessoal profissional do Partido e, depois, quando acabar a ditadura, o Partido chama todo mundo e tal.” Mas eu nunca mais voltei. Eu fui, então, desligado do partido. Isso já é na época... Nos anos 60 – isso é sessenta e poucos –, novamente, então, eu caio naquele vazio político. Não existia militância política: estava tudo parado, o Partido parou, parou tudo. E eu falei: “Não tem nada para eu fazer, vou estudar.” Resolvi, então, voltar para estudar: aí fui fazer vestibular, para entrar para a universidade... Aí, fazendo vestibular, é que eu fui encontrar alguns negros, estudantes, sensibilizados com as questões que estavam acontecendo nos Estados Unidos, a luta pelos direitos civis, aquele negócio todo. Tinha uns companheiros até que... “Mas você está estudando...” Eu estava estudando para passar tempo.

A.P. – Você fazia Matemática.

Y.F. – É, fui fazer Matemática. Aliás, não. Primeiro, entrei em uma **[incompreensível]** fazer Engenharia: “Pronto, vou fazer Engenharia.” Não tinha noção. Mas depois falei: “Não, não vou fazer Engenharia, não. **[incompreensível]** Vou fazer Matemática.”

A.P. – Na UFRJ.

Y.F. – É. Daquela turma toda...

V.A. – O senhor estudou, então, para o Vestibular da UFRJ...

Y.F. – Da UFRJ, para fazer Matemática. 71. Fui estudar para fazer Matemática na UFRJ. Ilha do Fundão.

V.A. – Por que Matemática?

Y.F. – Me deu na cabeça de fazer. Primeiro que eu gostava de Matemática. E não tinha outra coisa porque... Tinha uma coisa: na verdade, eu gostava – e gosto até hoje – de História, mas naquele período...

V.A. – História era muito perigoso. [riso]

Y.F. – História... As ciências sociais de um modo geral eram perigosas, mesmo, e eu já era um cara queimado. **[Incompreensível]** Aí eu fui fazer Matemática. Era um curso em que não tinha grandes implicações e não era **[incompreensível]** estimular a perseguição em cima das pessoas que faziam Matemática.

V.A. – Mas o senhor desistiu de Engenharia por quê? O senhor chegou a fazer vestibular para engenharia?

Y.F. – Cheguei a fazer uma prova para Engenharia. Fui na prova para Engenharia e depois falei: “Para quê eu vou fazer prova para Engenharia?” Me deu na cabeça: “Vou fazer Matemática.” Tem um detalhe que me fez mudar, não me lembro agora. Não sei

se... A UFRJ estava montando o curso de Matemática, porque não tinha. Eles pegaram o Departamento de Cálculo da Engenharia junto com o pessoal que tinha saído daquele instituto...

V.A. – O IMPA?

Y.F. – É. Instituto de Matemática Pura e Aplicada. Exato. Isso, o IMPA, obrigado. Então, formaram ali o Instituto de Matemática.

V.A. – Da UFRJ.

Y.F. – Exato. Ficou Instituto de Matemática Aplicada e Pura – sei que eles utilizaram um nome lá e saiu um instituto de matemática. Isso mesmo, Aplicada e Pura. Falei: “Está aí, vou fazer Matemática.” E fui fazer Matemática.

Mas o importante aí é que eu encontrei-me com alguns estudantes. Porque a gente tem que ver a ligação disso com a questão do Milagre Brasileiro. Então, muitas pessoas voltaram a estudar acreditando poderem ser incorporadas ao mercado de trabalho, principalmente os negros: “Vamos estudar, porque aí vamos começar a trabalhar.” Para mim não tinha muita importância, porque eu já tinha uma certa idade – estava com trinta e poucos anos – e mais: eu trabalhava no Correio, então **[incompreensível]** Mas a maioria estava realmente a procura emprego e [eu vou encontrando] com esses grupos de negros que estavam fazendo também pré-vestibular e tal. E fomos fazer vestibular. Passei para Matemática, e depois o Carlos “negão” foi para Física, o Denival foi para Física e por aí...

[FINAL DA FITA 2-A]

Y.F. – Depois encontramos o Amauri que fazia Educação Física. E a gente, de vez em quando, se reunia lá no bandeirão. Mas a gente ficava sensibilizado pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos. E a imprensa divulgava muito. Eu, na verdade, não estava muito voltado... Como internacionalista, aquele negócio: “A luta de classes!”... Aquela bobagem **[incompreensível]** na nossa cabeça. Então eu não estava muito voltado para as questões raciais. Eu só tinha me sensibilizado, no início dos 60, pela

morte do Patrice Lumbumba. Porque o Patrice Lumbumba, não sei se as pessoas sabem, era membro do Partido Comunista. E, como ele era membro do Partido Comunista, quando ele morreu, os Partidos Comunistas de todo o mundo resolveram fazer agitações para denunciar: “O colonialismo! A morte de Patrice Lumbumba!” **[incompreensível]** do Partido mandou fazer aquela agitação, nós fomos fazer aquela agitação, aquele negócio todo, contra o colonialismo. Então, me chamou a atenção: Patrice Lumbumba e tal. E, diga-se de passagem, ele também era funcionário do Correio. Do Congo... Então isso realmente me sensibilizou e me fez eu me voltar para a questão, assim, da África. Quando chegou em 68, teve uma peça montada pelos atores negros: Milton Gonçalves, [Jorge Bubu]... Por quê? Porque na televisão não tinha espaço para atores negros, então eles resolveram montar, em 68, no Largo do Boticário, sabe?

V.A. – No Cosme Velho, não é?

Y.F. – É, Santa Teresa, naquela altura ali. *Memórias de um sargento de milícias*, com atores negros. Para a demissão, inclusive, de Sérgio Cardoso, um ator da Globo, que pintou a cara de negro para fazer a Cabana do Pai Tomás.

V.A. – É verdade.

Y.F. – A negrada achava que era um absurdo. Como é que você vai pintar um ator de negro, com tantos atores negros aí desempregados? Fizeram, então, um ato, aquele negócio todo. E o Sérgio Cardoso, que era até um cara meio inconsciente. Ele explicou a razão dele fazer aquilo ali: ele tinha comprado um apartamento e estava endividado, aí ofereceram para dobrar o salário dele, que era para fazer dois papéis – ele fazia dois papéis: o pai Tomás e fazia um outro personagem. O pai Tomás eles pintavam de negro e tal e coisa. Então, ele falou assim: “Eu aceitei que eu estava precisando de grana e tal.” O que é que cai-se fazer? Então, juntou-se [todo mundo negro] para tomar conhecimento, **[incompreensível]** mais a questão racial. **[incompreensível]** o grupo, Ação, que foi criado em um dia, no outro dia ele acabou... [riso]

V.A. – Em 68? Grupo Ação.

A.P. – [Inaudível]

Y.F. – 68. Ação. Foi criado em um dia, no outro dia... Com todos esses atores... Com atores e com outras pessoas que quisessem se incorporar, todo mundo que quisesse se incorporar no Grupo Ação e tal. E por conta disso, foi criado em um dia, no outro dia ele acabou. Aí começaram divergências... “Você **[incompreensível]** trouxe!” Aí acabou, cada um foi para um lado... Uma verdadeira Torre de Babel. [riso] Nunca vi um grupo ser criado e dissolvido com tanta rapidez quanto o Grupo Ação.

Bom, mas algumas pessoas... Tive oportunidade de conhecer o Denival, ele estava fazendo também vestibular e foi fazer Física lá na Ilha do Fundão. Ficamos muito amigos e eles começaram... Eu era mais velho que eles, todos eles – a maioria tinha 20, 21 anos e eu já estava com 38, praticamente quarenta anos. Já tinha me separado da minha primeira esposa, já estava com uma filha – em 69, a Yeda já tinha nascido...

V.A. – No primeiro casamento, o senhor não teve filhos?

Y.F. – Não. Foram sete anos, não teve filho. Coitada, ela sofreu um bofado por causa dessa questão da repressão, desse negócio todo. No dia do Golpe eu não estava em casa, estava viajando, conforme eu tinha falado, ela teve que pegar as coisas todas, tirar de casa, com medo, tocar fogo em alguns livros e em algumas coisas... Porque, onde nós morávamos, ali no Flamengo, **[incompreensível]** na língua, então aquele negócio subversivo... Tinha uma mulher que morava ali e trabalhava no Ministério do Exército. E uma vez, eu me lembro muito bem, ela foi lá em casa e ficamos lá discutindo. Depois ela saiu de lá, pau da vida, dizendo: “Mas você é um comunista!” E, quando houve o golpe, evidentemente, minha mulher ficou logo com medo: “A mulher nos entregar!” e aquele negócio todo. **[incompreensível]** separamos. Ela foi morar lá para [Austin], a mãe dela morava para lá, ela foi para lá. Eu separei, porque não dava para **[incompreensível]**. Depois, quando realmente... Fiquei sentado sem fazer coisa nenhuma, naquele negócio de política, resolvi estudar, praticamente estava sozinho. Depois fui conhecer a Nancy, para poder então... Entrei para a universidade, tive minhas duas filhas: a Nara e a Yeda. Quer dizer, a Nara, depois o Marcos. E, com isso, então, fui para a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ali, então, fui encontrar mais outro, a

negrada e tal. Aí que eu vou começar na parte da questão racial. Aí eu deixo de ser internacionalista e vou ser defensor da questão racial. Começando, então, logo no início de 70 – 70, 71 – e vamos fundar a instituição negra a SIMBA – Sociedade de Integração Brasil-África.

A.P. – Antes disso teve o Hífen, não é?

Y.F. – Isso, teve o Hífen! Foi na época de 69, 70. Teve o Hífen...

V.A. – E o que foi o Hífen?

Y.F. – O Hífen também era uma **[incompreensível]** que pretendia criar uma instituição de negros e tal. Só que o hífen era de negros já formados: tinha advogados, tinha médicos, todos negros. Mas também não foi à frente. Levou mais tempo que o Grupo Ação, e depois acabou se dissolvendo.

A.P. – Sobreviveu dois dias?

Y.F. – [Riso] Dois dias, não. O Hífen já sobreviveu, com um grupo, uns seis meses, talvez menos. Mas também acabou. O Zé Roberto, que era médico, foi para Campinas, que ele era de Campinas. Tinha um outro que era químico...

Bom, eu estava na universidade, com esse pessoal todo e soubemos que tinha uma reunião... Quer dizer, a Cândido Mendes, com o Zé Maria...

A.P. – José Maria Nunes Pereira.

Y.F. – Isso, José Maria Nunes Pereira. Ele é uma pessoa que também tinha sido atingida pelo Ato Institucional, então tinha sido perseguido, tinha sido preso, tinha sido... Tudo aquilo que eu passei, ele passou também. Ele ia criar... Como ele é uma pessoa muito voltada para a África – nunca vi uma pessoa tão voltada para a África quanto o Zé Maria. Pela madrugada! Mas a história dele – um parêntesis –, depois eu fui saber, é por conta de ele ter ido estudar em Portugal. Porque os pais, portugueses: “Você não vai estudar aqui, vai estudar em Portugal.” E mandou ele lá para Portugal. Ele foi lá estudar

em Portugal. Quando chegou em Portugal, tinha a Casa dos Estudantes do Império, porque o Salazar achava que o Brasil ainda fazia parte do império português. O Salazar nunca se convenceu de que o Brasil era independente. Então tinha a Casa dos Estudantes do Império: o pessoal angolano e tal. E o Zé Maria foi para lá para a Casa dos Estudantes do Império e era o único brasileiro, e lá só tinha angolano, [gimeense], moçambicano... Mas todos os estudantes já voltados para as lutas de libertação na África. Foram para lá, começaram a fazer aquela agitação danada, o Salazar falou: “O quê? Que negócio é esse?” Aí, bum! Acabou com a Casa dos Estudantes do Império e deportou todo mundo. Ele veio deportado para o Brasil [sob a acusação de] racismo. O pai dele falou: “O quê? Aqui, não. Você não tem **[incompreensível]** nem nada.” Foi trabalhar. E ele, então, passou a se dedicar a estudar somente África, África... Tem uma biblioteca imensa sobre a África. E ele, então, queria criar o Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Conversamos, aquele negócio todo; conseguiu com o Cândido Mendes um espaço. Criou... Mas criar só o Centro e não ter frequência, não correspondia a coisa alguma. Então, ele criou e convidou alguns negros para ir lá e frequentar. E eu fui, tanto assim, que eu sou considerado como um dos fundadores do Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

V.A. – Como o senhor conheceu o Zé Maria?

Y.F. – Conheci Zé Maria justamente porque fui para essa reunião. Que era uma reunião... Ele queria fazer uma reunião para poder [utilizar] as pessoas. Ele falou: “Olha, estão aqui os livros.” Ele praticamente montou a sala do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, que era na Cândido Mendes, mas era ali em Ipanema. A [cunhada] dele era Beatriz Nascimento – falecida, coitada, foi assassinada –, e ela fazia Sociologia na UFF; já estava fazendo mestrado, me parece. E ele, falando com ela: “Vamos chamar os negros e tal.” E ela conseguiu entrar em contato com uns negros lá na UFF, conhecia algumas pessoas aqui no Rio... [Teve conhecimento.] Na primeira reunião, foi um sábado, tinha oito pessoas.

V.A. – Na Cândido Mendes, em Ipanema?

Y.F. – Oito pessoas que eram: o Carlos Alberto Medeiros, o Carlão – oito pessoas, vamos ver se eu consigo lembrar o nome das pessoas –, eu, Yedo, a Beatriz, falecida, Marlene, falecida – cinco –, Lincoln...

V.A. – Esse Lincoln...

Y.F. – Ele não está no Brasil. Há muitos anos mora na Suécia.

V.A. – O senhor sabe o sobrenome dele?

Y.F. – Não me lembro. Eu até queria colocar no coisa [depoimento], mas não me lembro. Algum papel meu deve ter o nome dele. E tinha mais... Eram oito pessoas. Tinha mais duas pessoas que eu não me lembro agora. Depois pode ser que eu me lembre.

V.A. – O próprio Zé Maria?

Y.F. – Não, oito negros mais o Zé Maria. Com isso, então: “Bom, o que nós vamos fazer aqui?” O Zé Maria tinha interesse que a gente tomasse conhecimento sobre África. E o resto do pessoal, o Medeiros e o Carlão tinham preocupação que nós discutíssemos... Ah, sim, o Carlos Magri Celestino.

V.A. – O Carlão?

Y.F. – Não, Carlos Magri Celestino. É um outro. Ele tinha pensamento de capitalista.

V.A. – Quem, o Celestino?

Y.F. – É. Carlos Magri Celestino. Tem mais um outro que depois eu vou me lembrar. Quem mais? Ah, o Lenival Barbosa. Isso mesmo. Agora, sim. Então: “O que nós vamos fazer aqui?” Ele apresentou o programa de biblioteca[?] para ler. Eu, que já tinha me interessado pelo [incompreensível] das pessoas, conhecia pelo menos Patrice Lumbumba, tinha tido oportunidade que naquele período... Não tinha me ligado muito.

Quando teve a oportunidade eu disse: “Então, está aí. Essa bibliografia, para ler.” Porque aí fui saber de algumas coisas que eu não sabia, principalmente sobre África. Tinha ouvido[?] falar sobre Fanon², aquele pessoal todo. Então, esse grupo se reunia aos sábados – a gente passou a se reunir aos sábados, regularmente. E daí, então saiu a discussão para se formar a instituição negra e tal. Veio a SIMBA, que ele já tinha saído do Hífen. E fomos nos reunir no Afro-Asiáticos e lá essa conversa...

A.P. – Então, para a fundação da SIMBA, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos foi importantíssimo.

Y.F. – Foi. Importantíssimo. Esse processo se deu da seguinte forma: o Afro-Asiáticos...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

Y.F. – Então, no Afro-Asiáticos tinha essa reunião que, a rigor, no pensamento do Zé Maria, era para que as pessoas tomassem conhecimento da questão da África. Porque ele, como eu também, nós achávamos que a luta dos negros brasileiros era uma luta muito semelhante à luta que se fazia na África. Tinha uns outros que achavam que não: “Nossa luta é muito semelhante à luta dos negros norte-americanos.” E nós mostramos que não.

V.A. – Mas por que era entendido como uma luta e a outra?

Y.F. – **[Incompreensível]** Porque, naquele período – na década de 60 para 70 – existiam as lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos e ia acontecer também, na África, a luta pela libertação africana.

V.A. – As independências.

Y.F. – Isso. A luta por independência, na África. Tinha um pessoal do qual depois nós fomos tomar conhecimento. E qual a diferença que a gente tem? A luta pelos direitos civis, evidentemente, se dá dentro da sociedade, para um componente étnico, que é o

² O entrevistado se refere a Frantz Fanon (1925 – 1961).

caso do negro poder, realmente, ascender ou ser incluído nessa sociedade. A luta de libertação africana, não. A luta de libertação africana é uma luta que se pretende, se **[incompreensível]** na nação, definir a nação para depois definir a sociedade. Na África não deu para fazer isso. Em Angola, Moçambique e Guiné Bissau não deu para fazer isso. As discussões que nós tínhamos é que, no Brasil, temos que redefinir a nação brasileira para definir, depois, a sociedade. Essa, na verdade, **[incompreensível]** é a luta do negro no Brasil.

V.A. – Como assim definir a nação brasileira?

Y.F. – É o seguinte. Olha só. O que aconteceu logo depois da proclamação da República? A elite brasileira, ao assumir o poder da república, ela teve como pretensão – pretensão, não, como projeto dela – fazer do Brasil uma nação cuja população, cuja base da nação, cujo povo fosse branco, não de negros e mestiços conforme éramos. A elite brasileira republicana não queria que o Brasil fosse uma nação – republicana – em que o símbolo da nação na república, o povo, fosse de negros, mestiços, indígenas, esses negócios todos. Tudo branco. Por conta disso, então, o projeto político da elite brasileira era fazer uma nação cujo povo fosse branco. Por conta disso, eles incentivaram a imigração europeia. E ao incentivar a imigração europeia, **[incompreensível]** o pressuposto de que, mesmo que o branco acabasse casando com o negro, a característica dominante branco, por ter **[incompreensível]** iria prevalecer e, dentro de cem anos – o que seria agora – não existiria mais negro no Brasil, apenas branco. **[Incompreensível]** é derrubar isso. Eles, então, incentivam a vinda de imigrantes europeus, não porque houvesse necessidade de mão-de-obra – o Brasil era agrícola e na agricultura o negro já tinha trabalhado e estava trabalhando. Trouxeram os imigrantes europeus para definir uma sociedade onde [coubesse], no esforço produtivo, o imigrante e o negro foi para o subemprego.

V.A. – Agora, isso já começa antes da República. Porque essas ondas de imigração, lá em 1870...

Y.F. – É, mas não era um montante de gente tão forte quanto a partir da República. A partir da República é que começa a vir um tanto de gente, justamente porque fazia parte

de um projeto. Ideia muito bem vista pelo Octavio Ianni, **[incompreensível]** *O homem sem par*. Então, o projeto da elite brasileira foi ter uma nação onde o povo, que é o símbolo da nação, fosse branco e não negro. E trouxe, então, o imigrante. Conseqüentemente, o Estado que ela montou passou a ser um Estado uniétnico e unicultural, porque de cultura européia, como é o Estado brasileiro. O negro e o indígena ficaram às margens desse projeto de nação da elite. Conseqüentemente, para que o Brasil possa superar suas questões sociais graves, ele tem que redefinir essa nação que não é uma nação de povo branco, mas uma nação cuja população é pluriétnica e multicultural, fazer com que o Estado seja pluriétnico e multicultural, e definamos, então, que tipo de sociedade poderá fazer com que essa grande massa da população possa estar incorporada, com emprego, que é o caso, porque ela está à margem do esforço produtivo. Então, o projeto político para **se opor[?]** ao projeto da elite é projeto de negro e, evidentemente, do indígena, onde essa nação esteja definida, dizendo que o Estado tem que ser pluriétnico e multicultural, como é a nação. Como é a população, não é? Para que o Estado seja um reflexo dessa população, que não é.

V.A. – Mas aí você não muda a sociedade. O senhor estava falando em mudar a nação para mudar a sociedade.

Y.F. – Espera aí um momentinho. Você está correta. Não muda a sociedade. Porque as lutas de libertação também não mudavam as sociedades, elas definiam a nação. Mudança de sociedade é a segunda etapa. Porque, ao definir a nação, você tem que definir que sociedade você vai construir; você já tem a nação definida: “Quem somos nós?” Para, depois, criar a sociedade e conter esse “quem somos nós”. Então, são duas etapas: uma é definir a nação, que os movimentos de libertação africanos fizeram, e os asiáticos também; agora, mudar a sociedade é uma outra coisa, eles não conseguiram ir para mudar a sociedade. Nem o Gandhi conseguiu! Gandhi conseguiu tão somente definir a nação, mas não conseguiu mudar a sociedade indiana. Nem Agostinho Neto, nem Amílcar Cabral, ninguém conseguiu passar para essa outra fase. Em Moçambique, Samora Machel procurou fazer imediatamente, mas também regrediu agora. Em Angola, a mesma coisa Agostinho Neto procurou fazer: “Nação e vamos definir a sociedade como socialista.” Deu vinte anos de guerra e regrediu para, justamente, apenas a independência nacional, e não teve a sociedade socialista, conforme o

Agostinho Neto gostaria que fosse. Por quê? Porque eles não definiram a nação; deram a independência nacional, mas não se preocuparam com a nação. “Vamos ver, primeiro, vamos **[incompreensível]** quem é que nós somos. Depois, que tipo de sociedade nós podemos criar. Eu quero socialismo, você quer capitalismo, nós vamos ver que tipo vamos criar. Não posso ser socialista, não posso ser capitalista, não posso ser coisa nenhuma. Qual é a sociedade? Vamos ver.” Mas isso só é possível quando você está definindo a nação em torno dos atores que fazem parte da nação. O que eles não fizeram: o Partido somente **[incompreensível]** aqueles que dominavam o poder na capital, que é o **[incompreensível]** de Angola, e disse: “Não, vai ser socialismo.” Só que o **[incompreensível]** não quis: “Não, não sou socialista, não quero.” E tome mais vinte anos de guerra. Em Angola e Moçambique. E no Brasil, tem que dizer o seguinte: “Nós temos que definir... A luta **[incompreensível]** vamos definir que o Brasil não é um país cuja cultura é europeia; o Brasil é uma nação de população mestiça e de diferentes origens. Consequentemente, todos nós temos que ser beneficiados nessa sociedade que se cria. Não poder ser somente o branco o beneficiado, tem que ser todos nós. Por que o negro é discriminado no mercado de trabalho? Não pode.

V.A. – E por que o modelo americano não servia?

Y.F. – Porque lá, o negro é minoria. Lá, nos Estados Unidos, com o negro sendo minoria, ele tem que ser, realmente, incorporado à sociedade. Lá, justifica a integração social, porque ele é minoria. No Brasil, onde negros e mestiços são maioria, não justifica... Se integrar como? Onde? Os negros e mestiços, que são maioria, vão se integrar na sociedade branca que é minoria? Nos Estados Unidos é diferente: a maioria da sociedade é branca, então o negro tem que se integrar na sociedade branca. No Brasil, não. O Brasil é semelhante à África do Sul. Daí as discussões terem se passado da semelhança da luta com a África e não com os Estados Unidos. Nos Estados Unidos é luta de minoria; e no Brasil é luta de maioria. No Brasil, na verdade, é definir a nação. Lá, não, lá é se integrar à sociedade.

V.A. – A nação já está definida.

Y.F. – Já está definida. Porque é branca, já está definido que é branca. Os brancos: “Somos maioria e definimos a nação como esta.” Aqui, o branco: “Sou minoria, defini a nação essa.” “Não, vocês são minoria. Como é que vão definir a nação nos colocando para fora?” Entendeu? Aí é que está a grande diferença.

V.A. – Este debate perpassou todos os anos 70?

Y.F. – Isso é uma das questões que ficaram em aberto, em discussão dentro do conjunto do movimento negro.

V.A. – Nos anos 70. E continua sendo debatido?

Y.F. – Não, isso era uma preocupação que existia sobre a semelhança da luta. Somente nos anos 90, o MNU faz um congresso onde se define o seguinte: Projeto Político do Povo Negro para o Brasil. Justamente dentro desse pensamento. É um congresso, em 1993, feito pelo MNU, em Goiânia. A dificuldade que nós... a formulação do projeto. Por quê? Evidente que a maioria estava participando sob o pensamento seguinte: se é um projeto político, então é uma luta pelo poder político; então luta pelo poder político é uma luta para [ser] hegemônico no poder político e, evidentemente, tomar o poder estatal. **[Incompreensível]** evidentemente, mas era o pensamento da maioria dos que estavam no congresso. Mas todos nós sabemos que você não define a nação a partir do Estado. Você não pode pensar em assumir um Estado para **[incompreensível]** você definir a nação. Isso foi feito pela elite brasileira, geralmente é feito justamente pelos grupos minoritários em um determinada sociedade. Nós, não. Nós temos que, primeiro, definir a nação, nessa luta contra os valores culturais que predominam, para depois poder mudar o Estado. Porque o Estado é que está errado. Porque ele é uniétnico. Não posso pegar um Estado uniétnico e unicultural e, a partir dele, querer definir uma Nação, que vai ser igual a ele.

Então, é uma questão teórica seríssima para ser resolvida, e que está, justamente, no bojo da discussão.

V.A. – De 93.

Y.F. – A partir de 93, foi a carta. Por mais intelectuais que tivesse no congresso, não conseguiram superar essa questão.

A.P. – Isso o congresso do MNU?

Y.F. – O congresso do MNU.

[FINAL DA FITA 2-B]

Y.F. – Congresso do MNU.

V.A. – É, 93.

Y.F. – Então, agora, está se pensando em chamar um congresso, para 2004, justamente para se discutir o projeto político do povo negro. Para definir qual o modelo de projeto: se é um projeto de Nação, de sociedade...

V.A. – Agora, o senhor estava falando naquela primeira reunião, no Centro de Estudos Afro-Asiáticos, que tinha uma pessoa que era mais para capitalista...

Y.F. – É, o Celestino.

V.A. – Como é possível um projeto político se você tem tantas divergências...

Y.F. – De Nação, não tem. De Nação não tem divergência.

V.A. – Como assim? Por exemplo, esse senhor, o Celestino...

Y.F. – Não é de sociedade. Veja bem, ele é capitalista do ponto de vista da sociedade. Do ponto de vista da sociedade, ele quer uma sociedade produtiva capitalista. Igual a muitos outros, que querem isso.

V.A. – E de Nação é possível unificar?

Y.F. – Claro! Porque a base toda... O que nós vamos ter na Nação? O reconhecimento de que nós somos integrantes da Nação, como **[incompreensível]** um agrupamento étnico. A nossa cultura tem que estar contemplada em todos os setores da sociedade, evidentemente. Inclusive tem que ser base também do ensino: o ensino não pode ser somente em cima de uma cultura europeia... Isso não é divergência entre os negros. E adicionando o indígena, também não tem divergência, os indígenas também concordam. Se chamarmos outros agrupamentos étnicos que estão à margem, também não vão divergir, vão concordar. Então, geralmente, luta de emancipação, é sempre uma luta aglutinadora, não é divisória.

V.A. – Será que é por isso que, depois, fica tão difícil de definir a sociedade?

Y.F. – Mas é claro que é. Por isso que o Gilberto Freyre colocou: sem o negro, não tem como definir a sociedade brasileira. Aliás, sem o negro não tem como fazer qualquer transformação social. Porque se ele não for incorporado na luta política, não tem como fazer essa transformação social. Por quê? Porque tem que se definir, primeiro, a Nação e evidentemente o negro estará nessa definição de Nação, querendo que ele seja reconhecido como um agrupamento étnico nessa Nação. Por isso que o Brasil vai continuar nesse problema a vida toda, porque ele não tem a sua Nação definida. Enquanto [não for isso], não tem... Já está bom. Pode ter certeza disso.

2ª Entrevista: 05.11.2003

V.A. – Então, sr. Yedo, nós gostaríamos de retomar nossa conversa da semana passada partindo da formação da SINBA. O senhor estava falando de como foi o encontro dos oito iniciais no Centro de Estudos Afro-Asiáticos e da importância desse centro de estudos para a fundação da SINBA. Se o senhor puder pegar esse gancho para nos contar, como o senhor disse, uma sequência sobre o movimento negro até hoje.

Y.F. – Vamos ver o seguinte. Antes de pegar essa parte do Afro-Asiáticos e da fundação da SINBA, vamos passar fatos anteriores. Por exemplo, no Centro de Estudos Afro-Asiáticos, encontravam-se grupos de negros que, de uma forma ou de outra – embora

não se conhecendo –, estavam se organizando separadamente. Que era o caso desse que tinha uma proposta de fundar a SINBA, que éramos nós.

V.A. – Nós, quem?

Y.F. – Esse nós correspondia a Yedo...

V.A. – O senhor...

Y.F. – ... Togo Ioruba, o Carlão – que era Carlos Alberto Silveira –, Denival Barbosa, Carlos Magno Celestino...

V.A. – Beatriz e Marlene, Lincoln...

Y.F. – Não, isso é depois. Isso correspondia a um grupo, anterior ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos, que se reunia e queria criar uma instituição. Esse grupo, no início, vai se reunir com outro grupo de alguns negros, em Niterói, para tentar criar o Hífen.

V.A. – Mas o senhor se lembra quando foi essa criação do Hífen.

A.P. – 69, 70.

Y.F. – 70. Foi em 70, isso mesmo.

V.A. – E qual era o propósito do Hífen?

Y.F. – Bom, aí vem um comentário. O propósito das entidades do movimento negro era criar as entidades do movimento negro. A maioria não tinha um pensamento [adquirido]: “Bom, nós queremos combater o racismo.” E não passava daí, esse era o pensamento.

V.A. – E o Hífen foi um caso desses, de querer combater o racismo?

Y.F. – Um caso desses. Exato.

V.A. – E por que esse nome – Hífen?

Y.F. – Hífen porque, tinha um dos integrantes, que se chamava José Roberto, era um médico, que achava que deveria se criar uma entidade que não desse uma característica somente de negro, que fosse uma ligação entre negros e brancos. Com isso, então, o símbolo era duas mãos apertando – uma branca, outra negra. Então, esse era o Hífen. Mas, acabou havendo divergência, e o Hífen não chegou nem a ser legalizado.

V.A. – Quais foram as divergências?

Y.F. – A divergência foi em relação ao Carlos Magno Celestino, que era aquele que eu tinha dito anteriormente, que tinha um pensamento muito capitalista e tal. E a maioria desse outro pessoal... Porque tinha esses dois grupos. O grupo que eu citei era praticamente de universitários: Yedo, o Togo...

V.A. – Togo, Carlão, Denival, Celestino.

Y.F. – Denival, Calos Magno Celestino. Exato.

V.A. – Zé Roberto.

Y.F. – Não, o Zé Roberto já era médico, já era formado. O outro grupo já era de pessoas formadas: o médico, que era o Zé Roberto, Milton, Getúlio, o [Alaerto] e outros de que agora eu não estou lembrado. Esses eram formados. E os dois grupos se juntaram principalmente para criar o Hífen. E a divergência é que um dos componentes desse outro grupo conhecia o Carlos Magno, porque eles tinham morado na Penha – era o Milton, que era fiscal da Receita Federal. E o Milton não se dava com o Carlos Magno, já era uma divergência que vinha desde a época de mais jovem e tal. E o Milton achava que o pensamento do Carlos Magno para criar uma entidade era ganhar dinheiro. E, por conta disso, ele, então, achava que poderíamos criar uma entidade, mas que não contasse com a presença do Carlos Magno. E nós achamos que aquilo era um absurdo,

porque nós não tínhamos nem criado uma entidade e já estávamos com uma divergência para eliminar um determinado companheiro. Isso deu em um racha e os outros ficaram de um lado, nós ficamos do nosso lado mesmo – esse grupo, do pessoal que se dava mais. Tinha mais o Jorge Miranda, que também fazia parte...

V.A. – Que também era do grupo dos universitários?

Y.F. – Isso. Jorge Miranda, Célio de Oliveira, falecido já. Então, nós achamos o seguinte: “Então, vamos sair. Não vai dar pé para a gente criar mesmo. E vamos procurar, nós mesmos, criar uma entidade.”

V.A. – E por quem em Niterói? Só interrompendo.

Y.F. – Porque já tinha esse grupo lá em Niterói. E, quando esse grupo – pelo menos um integrante do grupo – soube que existia, aqui, outro grupo que queria criar uma entidade, propôs juntar para criar uma só. Que era o Zé Roberto, esse médico...

V.A. – Que já era de Niterói?

Y.F. – Exato.

V.A. – Então, ele que puxou o grupo para lá?

Y.F. – Isso, para se reunir todo mundo e fazer um grupo só. Não teve, continuamos aqui no Rio de Janeiro. O Carlão, que era o Carlos da Silveira, ele fazia um [baile de *soul*] no Renascença e, no [baile de *soul*] no Renascença, ele soube, através do contato com o Carlos Medeiros, que fazia o [baile de *soul*] junto com ele, que, na Cândido Mendes, estava se fundando um centro e que o professor que estava fundando esse centro tinha muito interesse que ele fosse frequentado por negros, aquele negócio todo. Era o Zé Maria. E tinha marcado uma reunião, no sábado, para as pessoas irem lá. O Carlão nos passou esse informe e tiramos o seguinte: “Quem é que vai lá?” Bom, eu era o mais velho, então... “Vão o Yedo, o Carlos Magno e o Denival.” Os três. Primeiro. Ver pelo menos o que é essa reunião – o que é, o que não é. Aí fomos eu, o Carlos Magno e o

Denival, e nessa reunião tinha mais outras pessoas. A Beatriz Nascimento, falecida... Ontem, mesmo, encontrei um conhecido e ele até estava propondo que deveria se fazer um trabalho de pesquisa sobre três mulheres que fizeram grande diferença no movimento negro: uma delas é a Beatriz Nascimento, outra seria a Lélia Gonzales e a outra seria a Teresa Santos, de São Paulo. Parece o nosso, que estamos fazendo. Duas são falecidas, a outra é viva.

A.P. – Nós temos planos de entrevistar a Teresa Santos, também.

Y.F. – Quer dizer, pegar essas três, porque elas deram grandes contribuições – umas mais que as outras, mas deram, realmente, contribuições. Mas voltando para essa reunião do sábado, tinha a Beatriz, tinha a Marlene, que estava sendo orientada pela Beatriz – a Marlene estava na pós-graduação, já. As duas, mais o Carlos Medeiros, o Lincoln e tinha mais um outro de que eu não me lembro. Então, esses oito se encontraram, pela primeira vez, no Afro-Asiáticos e começamos a conversar sobre qual pensamento que tinha. Para todo mundo ali, a preocupação era denunciar o racismo.

O Medeiros, Carlão, Lincoln – principalmente Lincoln e Medeiros –, por terem estado nos Estados Unidos, tinham muita influência do movimento negro dos Estados Unidos. E o Carlão por gostar muito de *soul*, aquele negócio todo. Eles tinham uma imagem do movimento negro dos Estados Unidos. A Beatriz e a Marlene eram mais por pesquisa, discutir, pensar o que os negros estavam pensando naquelas lutas por direitos civis, aquele negócio todo. O Zé Maria, presente também na reunião, tinha o interesse seguinte: que toda aquela literatura que ele tinha ali sobre África – eu chamo aquilo de biblioteca sobre África –, se fosse usada pelos negros, de um modo geral... Porque ele via que a luta dos negros no Brasil tinha muita afinidade com as lutas de libertação na África. Então, ele queria aquela reunião, o pessoal ali, para poder utilizar a biblioteca e poder se informar melhor e, de fato, poder fazer a luta melhor aqui no Brasil. E nós três – eu, o Denival e o Carlos Magno – tínhamos o pensamento de criar uma entidade do movimento negro para lutar melhor, com mais eficácia contra o racismo, já que nós tínhamos vivido a experiência do Hífen. Então levamos essa proposta de criar uma entidade.

Essa reunião do Afro-Asiáticos foi muito boa porque ela foi em um crescente: começou com oito pessoas, no próximo sábado aumentou para quinze – esse foi o número que eu guardei –, depois aumentou mais um outro tanto, até chegar a um número de 145, 150.

V.A. – Todos negros à exceção do Zé Maria.

Y.F. – Todos negros. Isso aí, em 1972...

A.P. – 73, não é?

Y.F. – Não, 72. Porque ainda não estava fundada coisa nenhuma, era somente a reunião do pessoal e aquelas discussões todas que tinha. Quando foi aumentando as discussões sobre a questão do racismo, aquele negócio... Isso criou um certo problema por causa do período: muitos negros reunidos, em Ipanema, a uma hora daquelas. No sábado. Em uma discussão braba, e aqueles gritos também. A Marlene não era das pessoas... Quando uma pessoa discordava dela, ela gritava, fazia uma porção de coisas. E os moradores todos do prédio iam para a janela para saber que briga era aquela; depois, quando eles observavam que só tinha negro aí é que eles ficavam mais pirados ainda, porque nunca tinham visto aquilo. Então, nós batíamos muito em cima de que fosse criada uma entidade. O Zé Maria, depois, conversando comigo – porque eu era mais velho e o Zé Maria também tinha tido, no passado, processos da repressão, na década de 60, aquele negócio todo... O Zé Maria até falou para mim: “Pô, Yedo, acho que é extemporâneo criar uma entidade.” Eu falei: “Ô, Zé Maria, nós temos que criar uma entidade porque nós temos que ter, pelo menos, um espaço nosso.” Ele falou assim: “Olha, eu acho melhor, primeiro ter um amadurecimento aqui, para depois, então, poder pensar em dar um outro salto...” Então era uma divergência que nós tínhamos, em parte.... Mais tarde fui ver que ele estava com a razão e ele depois viu que eu também estava com a razão. Aí teria que entrar depois na parte do comentário: por que ambos estavam com a razão?

V.A. – Não, pode falar agora.

Y.F. – Bom, eu primeiro. Eu, como já vinha de um processo político em que a ênfase sempre foi a organização, no meu pensamento: “Nós temos que estar organizados, temos que ter uma instituição organizada para podermos lutar melhor. Sem estar organizado não tem como, fica difícil.” Esse era meu pensamento e eu colocava. Só que

a maioria não tinha noção de organização – como até hoje o negro não tem muita noção de organização, embora pareça impossível. Não tem esse sentido de organização conforme as pessoas pensam. Quer dizer, organizações do ponto de vista político. Agora, organização, vamos dizer, para fazer uma manifestação cultural, o sujeito até faz e tal. Mas para o ponto de vista político não tinha. Tanto assim, que muitos deles até não entendiam porque eu batia muito na tecla de organização. E já até sensibilizado os outros três: o Denival, o Carlos Magno e depois chegou mais o **Célio** – na próxima reunião, entre os quinze, chegou mais o Célio –, depois chegou o Togo, Miranda e tal. Porque esses 150... Foi-se multiplicando pelo seguinte: cada um trazia ou seu parente ou conhecido. Então, foi se multiplicando. Porque: “Olha, tem uma reunião de negros ali, muito boa. É aos sábados...” Aí chegamos a ter esse número de quase 150.

E o Zé Maria? O Zé Maria tinha percebido que a maioria ainda não estava preparada para se organizar, funcionar organizadamente, organicamente, mesmo. Ele não entendia por quê. Mas ouvia na conversa ou na posição das pessoas qualquer sentido de que tinha interesse em ser uma pessoa organizada. Por isso que nós tínhamos colocado esse pensamento. Ele estava com a razão justamente por causa disso: se hoje é muito difícil de se ter um sentido de organização, que dirá quase trinta anos atrás. Então, não tinha sentido de organização.

E isso ainda era reforçado pelo seguinte fenômeno, que poucas pessoas entendem: de todos aqueles negros, não tinha um que tivesse uma referência anterior, na sua família, de organização. Ninguém tinha. Que o pai, a mãe ou o avô tivesse participado de movimento de negros organizado, na década de 40, do Abdias. Nenhum parente dos que fizeram movimento negro com o Abdias participou disso aí. O filho do Abdias não esteve lá, foi embora para os Estados Unidos, **[incompreensível]** Estados Unidos; ele estudou um tempo na UFRJ, no qual tivemos contato, rapidamente... E, dos outros, ninguém tinha realmente esse vínculo; não teve continuidade. O movimento de 40 não teve continuidade para 70. Então, ali, em 70, todo mundo era novo.

V.A. – Por que não se chamou o Abdias?

Y.F. – Porque o Abdias não estava no Brasil. O Abdias tinha ido embora para os Estados Unidos junto com o Guerreiro Ramos. O Guerreiro Ramos tinha sido cassado, foi embora para os Estados Unidos, depois o Abdias foi. E o Abdias era uma referência

em termos de luta, os outros não tinham. Mas existia um jornalista da época do Abdias, que era o José Rufino. Ele até é citado no livro *O negro no Rio de Janeiro*, do Costa Pinto. Então, o Zé Maria até convidou o José Rufino para ir lá. Ele foi, conversamos, mais à frente... Mas o Zé Rufino não tinha uma cabeça – essa é que é a verdade, embora pareça impossível – de que a organização era importante, embora ele tivesse participado do Teatro Experimental do Negro e tal – não como uma figura proeminente, mas uma participação naquele movimento. Um comentário, é hora de entrar com o comentário. Eu, muito tempo... Estive falando até falando para o Gil...

V.A. – O nosso ministro?

Y.F. – Não, o Gil Aderaldo. Eu dizia para ele: “Gil, nós, negros, temos grande semelhança com o movimento anarquista: nós não somos voltados para a organização. Não pensamos em organização. Pensamos em fazer atos para responder a um fato que nos ataca no momento e dali não sai organização coisa nenhuma, sai somente a resposta daquele momento e nós tocamos em frente.”

V.A. – Mas o senhor estava falando do Rufino.

Y.F. – Certo. Aí o Rufino... Por conta disso, eu vi que, também na época do Abdias, era a mesma coisa: era apenas movimento. Tinha apenas o grupo do Abdias que fazia o Teatro Experimental do Negro, que era o Abdias, a Ruth de Souza, a Lea Garcia... A Lea Garcia tinha mais o sentido de organização, mas a Ruth de Souza, nada. E todo mundo do Teatro Experimental do Negro tinha um pensamento só de movimentação, responder, denunciar o racismo e não ia mais à frente. E o pensamento do Rufino não era diferente do pensamento daqueles jovens, que estavam ali: era só responder ao racismo e não tinha um sentido de organização. Mas o Rufino foi lá uma vez, falou e tal, depois não apareceu mais. Ele morava em Bonsucesso. E nós ficamos tendo aquelas reuniões periódicas, aos sábados. Depois, em uma das reuniões, participou a [Nunes]... Participaram dessa reunião: o Rubens Confete, que vai ser até homenageado em uma escola de samba – não sei qual escola de samba, esse ano ele vai ser homenageado –, e o... Ele foi lá, nós conversamos, depois ele voltou várias vezes... Na época, eles fizeram um pequeno documentário com o pessoal... Tia Ciata, aquele negócio todo. Nei Lopes.

Rubens Confete e Nei Lopes. E foi através do trabalho deles eu fui tomar conhecimento de que o primeiro sindicato do Brasil tinha origem na Companhia dos Homens Pretos, que eu nem conhecia. Existia essa companhia, chamada Companhia dos Homens Pretos, que era quem trabalhava no cais. Depois é que eles vão dar origem ao Sindicato dos Estivadores, que é primeiro sindicato do Brasil e tal. E que não está na historiografia, infelizmente. As pessoas pensam que ele nasceu com os anarquistas. Não, **[incompreensível]** primeiro. E foi com ele que nós fomos saber disso. Então, as pessoas iam lá, passavam informações e os sábados serviam justamente para isso: quem tinha qualquer coisa – trabalho... –, ia para a reunião, discutia e acabava ficando também naquele **[incompreensível]** das discussões que se estabeleciam aos sábados.

Nessas reuniões, eu estava sempre batendo: “Precisamos nos organizar, precisamos nos organizar.” E o pessoal achava que não, [ali] era um espaço que nós poderíamos utilizar e tal. O Zé Maria também batia: “Aqui é um espaço que nós podemos utilizar.” Mas aí veio um fato desagradável: aquelas discussões todas, cento e tantos negros, depois saía... A reunião começava às duas horas da tarde e ia mais ou menos até as sete horas. Esse era o horário estabelecido. Só que, muitas vezes, não parava às sete horas, parava às oito. O pessoal já estava aborrecido, porque tinha passado do horário. Depois desciam, chegava lá embaixo, ficava aquela negrada toda no meio da rua, ainda continuando aquelas discussões todas, fazendo com que o pessoal ficasse muito espantado com aquilo, com aquela briga toda. E isso caiu no ouvido do Cândido Mendes. Aí o Cândido Mendes procurou ver uma forma de parar com aquilo – pelo menos atenuar –, mas sem dar uma ideia de que ele estava procurando reprimir ou acabar com a reunião. Porque, da maneira que estava indo, não ia demorar muito, ia chegar a, talvez, uns mil negros ali, porque era um crescente. Já estávamos em cento e tanto. Então, ele propôs... Não, espera aí. Esqueci. Não, anterior.

Bom, nós estávamos batendo muito na questão da organização, e as pessoas... “O problema é o seguinte: não vai sair organização daqui, acho melhor a gente não continuar. Vamos sair.” Antes de sair, nós falamos o seguinte: “Nós vamos sair, porque estamos vendo que aqui as pessoas preferem ficar se reunindo aos sábados, pura e simplesmente, e não partir para uma organização, só que esse espaço aqui não é nosso. Daqui a pouco, provavelmente o Cândido Mendes vai se aborrecer, vai tomar esse espaço e nós vamos ficar na rua, não vamos ter coisa nenhuma. Mas, como vocês não querem saber de organização – quem **[incompreensível]** foi até o Carlos Magno –, já

que vocês não querem partir para organizar conosco, nós estamos saindo do grupo, dessas reuniões.” Porque, dentro da SINBA, já havia uma divergência, porque alguns da SINBA achavam que não fazia sentido a nossa participação naquela reunião, porque a maioria do pessoal da SINBA estava indo para lá. Alguns não iam. Entre eles estava o Amauri, o Amauri não concordava que nós participássemos daquela reunião, dizia que não fazia sentido e tal. E nós vimos o seguinte: “Vamos nos reunir, mesmo, com o nosso pessoal, e vamos criar essa entidade que queremos criar. E vamos deixar esse pessoal que quer discutir apenas aos sábados, depois sai, vai tomar café, vai tomar um chope lá no Zepelim.” E colocamos isso: “Daqui a pouco o Cândido Mendes vai...” Saímos, isso foi quase no final do ano, e foi aumentando.

Aí, teve lá umas discussões brabas, como sempre tinha... Aí foi quando o Cândido Mendes resolveu atenuar um pouco e, habilidosamente, fez uma coisa que o Zé Maria queria, mas não sabia a possibilidade...

[FINAL DA FITA 3-A]

Y.F. – Deu uma passagem para Zé Maria visitar os parentes em Angola – a mulher dele é angolana, os filhos angolanos e estavam em Angola. Ele gostou porque ele ia visitar os filhos e tal... E ele, então, colocou para o pessoal do grupo: “Olha, o problema é o seguinte – isso foi mais ou menos em outubro –, em dezembro, não vai ser mais possível ter reunião aqui, porque eu vou viajar para Angola, vou visitar os meus parentes e tal.” E o pessoal: “Pô, mas vai fechar?” “Vai fechar, se voltar, só no próximo ano.” Todo mundo ficou desesperado, não gostaram. Aí, eles resolveram nos procurar e dizer o seguinte: “Realmente, vocês estavam com razão, nós precisamos criar uma entidade, porque o Zé Maria vai para Angola. O Cândido Mendes fez isso e tal. Nós propomos que ficasse uma outra pessoa, mas o Cândido Mendes colocou que não.” Se o Zé Maria não ficasse, eles não concordavam em manter o Afro-Asiático aberto. O Afro-Asiático aberto, só com o Zé Maria.

Então, propuseram que, pelo menos, nos meses de novembro e dezembro, antes do Zé Maria ir para a África, nós rediscutíssemos a criação dessa entidade. Aí, nós voltamos para o Afro-Asiático, para a reunião, para discutir a criação de uma entidade. Então, na reunião do sábado, estava todo mundo presente para discutir. Alguns perguntaram: “Mas entidade de negro?” Era o Zé Ricardo que, na época, tinha 19 anos.

Porque ele não tinha noção... “Mas como é?” “Uma entidade em que nós possamos nos reunir e, já que estamos discutindo aqui, podemos discutir lá também. Já que aqui vai ser fechado e aqui estamos condicionados, porque não é um espaço nosso, então vamos ficar sempre sujeitos a isso. Quando chegar no fim do ano o Zé Maria vai fechar...” “Então, tudo bem. Vamos discutir a criação de uma entidade.” E aí: “Como que nós vamos fazer? Temos que criar uma entidade.” Ainda não tinha nome...

Aí, o Zé Maria me chamou: “Você sabe que nós estamos em um período... Você é uma pessoa de mais idade, sabe muito bem o que é a repressão. Criar uma entidade assim, pode arriscar de vocês serem todos reprimidos, inclusive eu também, então vê se é possível criar a entidade **[corte]** diplomático. Porque aí é uma garantia para vocês...” Aí eu falei: “Mas vem cá, qual a representação que nós temos aqui no Rio de Janeiro?” Tinha a representação do Senegal. Eu falei: “Senegal?” Ele falou: “Olha, por mais que as pessoas discordem, o Senegal foi um dos que me valeram, em 64, para eu conseguir retirar a minha esposa – que era a Filomena – do Brasil, uma vez que eu estava preso. E eles conseguiram, foram corretíssimos e tal. Por mais que nós consideremos de direita, em um caso desses, eles trabalham muito bem e dá para contar com eles.” Falei: “Então, tudo bem. Vamos ver se a gente procura...” **[incompreensível]** que eu não conhecia a representação diplomática.

Bom, entramos em contato com o José Rufino e ele, eu e o José Ricardo, que era o mais novo de todos, fomos procurar o cônsul geral do Senegal, que era o [Queba]. Na época, o consulado era na Visconde de Albuquerque. Aí falamos para ele. Ele: “É importante, sim, é interessante criar uma entidade, mas tem que ter cuidado, por causa disso...” E uma das coisas que ele orientou, ele falou: “Olha, procurar levar as discussões, podemos puxar muito as questões da África do Sul e fazer um paralelo com o Brasil de forma que não agrida, uma vez que nós, aqui, do consulado vamos dar apoio para a criação dessa entidade.”

V.A. – Para não agredir o quê? O próprio Senegal?

Y.F. – Não, para o governo brasileiro não se achar agredido. Porque era o período de repressão, qualquer coisa que acontecesse, estavam sempre achando que estava se questionando o governo, o regime militar. Eles reprimiam. Então, para não haver nada disso, eles diziam: “Não, a gente coloca oficialmente... África do Sul tem racismo,

Brasil...” Como diplomata, sabia muito bem quais eram as posições do Brasil na ONU, sobre o *apartheid* na África do Sul, aquele negócio todo. E tínhamos o contato com a biblioteca do Zé Maria, tínhamos informes, recebíamos revistas... “Então, vamos por esse caminho, devagar, para não sofrer repressão. E aqui do consulado, nós vamos dando apoio e tal, na medida do possível.”

Qual é o nome dessa entidade? Eu lembrei do seguinte: a gente já tinha discutido essa questão de intercâmbio com a África, mas não tinha ainda o nome. Porque, como tinha falado o Carlos Magno: “Vamos fazer intercâmbio com a África, precisamos ir lá ganhar dinheiro!” Aí eu propus que fosse Sociedade de Intercâmbio Brasil-África. O Zé Ricardo concordou, o Queba e o José Rufino também. “Bom, para a fundação nós podemos fazer algumas realizações.” O Queba falou: “Podemos fazer até um desfile de modas. Eu vejo aqui com a minha mulher, temos roupas vindas da África, cedemos que se faça o desfile...” “Tudo bem, então vamos levar a discussão para o sábado.” Nós fizemos essa reunião com ele durante a semana. Aí, no sábado, colocamos para o grupão todo. “Bom, nós temos que conseguir dinheiro para legalizar a instituição.” O Célio de Oliveira, que era serventário da Justiça, falou: “Não, eu faço essa parte de legalização, eu preciso de tanto dinheiro. Nós temos o Jorge Almir que trabalha no Registro de Pessoas Jurídicas. A gente consegue legalizar, mas tem que pagar...” “Então nós vamos fazer uma arrecadação de dinheiro. Vamos ver como vamos fazer.”

Tinha um bailarino chamado Gilberto de Assis, já falecido também. Antes, teve a sugestão de fazermos o desfile de modas, porque tinha uma modelo negra, que participava também, a Zuma, e ela falou: “A gente organiza um desfile de modas.” O pessoal falou: “Mas um desfile de modas, vai ficar difícil, é muito trabalho.” Aí, o Gilberto, que era bailarino, trabalhava na noite, falou: “Nós podemos fazer um balé afro. A gente faz a apresentação e conseguimos arrecadar dinheiro.” “Tudo bem, vamos fazer o balé afro.” Ele falou: “Agora, só tem uma coisa: a questão de espaço para treinar o pessoal. Esse espaço nós temos que conseguir. Tem a Isaura de Assis – que não era parente dele – que tem uma academia em Copacabana, e, se nós conversarmos com ela, ela vai gostar, porque sempre quis ter um balé afro. Podemos conversar para ver se a gente faz os ensaios lá – porque já está aproximando o tempo de acabar com as reuniões lá no Afro-Asiáticos – e nós podemos, então, fazer o balé.” Nós fomos conversar com a Isaura. Chegamos lá, a Isaura: “Excelente ideia! Eu sempre quis fazer um balé...” Porque ela tinha feito uma apresentação na União Soviética, no início da década de 60.

E lá eles perguntaram: “Mas não tem um balé?” Ela falou: “Não tem, tanto que é uma apresentação nossa...” Ela tinha organizado esse grupo que foi lá na União Soviética para se apresentar, justamente porque eles tinham conhecimento do Brasiliana. Só que a Isaura: “Não, nós não temos nada a ver. Quando eu tiver oportunidade eu criarei um grupo, trarei até para vocês...” Fez uma promessa que ela nunca conseguiu cumprir, coitada. Era dificuldade até para organizar. Porque o grupo da Brasiliana era com o Haroldo de Oliveira. Ele, as irmãs Marinho faziam esse grupo do Brasiliana.

Então, conversamos com a Isaura. “Vamos formar, então, um grupo para deixar...” Perguntou logo para pessoal, quem queria participar de um grupo de balé afro e tal. E tem a peça, que chama-se Olorun baba nun, em Ioruba, quer dizer Deus... valor de Deus, uma coisa assim. Aí: “Vamos ver se a gente faz uma apresentação.” Aí, o pensamento dela já foi no balé. Medeiros entrou para participar do balé, o Dunco entrou para dançar. E ela gostou de ver o pessoal, embora ninguém conhecesse nada de balé, mas pelo menos aprende a dançar... Se empolgou muito: “Vamos organizar!” Então procurou organizar. Tudo isso para arrecadar fundos para a SINBA, a gente já está indo por um outro caminho.

Bom, ela organizou e fomos fazer uma apresentação no Teatro Senac, de Copacabana. Foi um sucesso e tal. Trabalhava com o administrador do teatro o Carlos Negreiros, ele viu e também ficou muito empolgado – porque ele tinha participado da Orquestra Afro-Brasileira, junto com Abigail Moura, na década de 50, 60. Quando o Abigail Moura morreu, em 60, a orquestra acabou. O Negreiros sempre foi ligado a teatro, tinha uma excelente voz – ainda tem, um tenor –, ficou empolgado também, abandonou o trabalho no teatro e foi participar também: “Vamos organizar melhor...” Ele tinha um bom conhecimento de teatro... Aí trouxe mais outras pessoas que ele conhecia da noite... Tinha o Gilberto de Assis, que já tinha proposto, trouxe mais a Jurandir, a Jura, também trabalhava na noite... E foi trazendo outros para participar do Olorun baba nun, que seria um grupo de balé de negros, com a temática negra, para levantar fundos para criar a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África.

O grupo se apresentou pela segunda vez no Senac, um dos que estavam ocupando o teatro, na época, era o Verezza, aí ele veio falar, se encontrou com o pessoal, gostou muito e falou: “Mas vocês não vão ficar somente em balé! Vocês vão mais à frente.” “Não, estamos criando o balé para criar a entidade, para a luta...” Aquele negócio todo. “Então, está excelente! Quando vocês quiserem utilizar o teatro, podem

utilizar.” Já, com o Negreiro mais à frente – tudo isso era para conseguir recursos, era um caminho – fomos organizar uma outra apresentação no João Caetano... Conseguimos uns trocadinhos... Aí, o Célio: “Esse dinheiro aqui já dá para registrar. Vamos registrar a SINBA.”

Demorou mais ou menos uns três ou quatro meses para fazer isso tudo: apresentação do Olorun baba nun, arrecadar fundo, aquele negócio todo... O Célio deu entrada... Conclusão, lá pelo mês de março de 74, nós já tínhamos arrecadado a grana e Zé Maria já tinha voltado de Angola. Ele voltou de Angola, reabriu o Afro-Asiáticos, evidentemente. Um grande número daqueles que estavam presentes voltou para se reunir lá no Afro-Asiáticos, aquela briga danada... “Bom, nós não vamos ficar no caminho do balé, que não é o nosso interesse.” Nos desligamos e o Olorun baba nun passou a ser mais uma entidade de dança e tal. Ficou com o Negreiro e com a Isaura. Que o Gilberto acabou saindo. E, nós, então, já com aquela entidade mambembe que era o SINBA, nos reunimos para ver se conseguíamos um local para ser a sede. Um daqueles que tinham participado da discussão do Hífen, que era o Getúlio, retornou. Fizemos a reunião... O Olorun, quando foi apresentado no João Caetano, colocaram imprensa e apareceu a Meire, que era filha do Rodrigues Alves, que tinha participado, junto com o Abdias do Nascimento, do Teatro Experimental do Negro. Então, a Meire apareceu e manteve-se esse contato. Depois até, a Meire vai se casar com o Getúlio. Ainda estavam em fase de namoro, ela levou para o pai, que tinha aquele grupo de negros... O Rodrigues Alves, muito sarcástico... “Eu tenho uma casa, em Guadalupe e posso ceder.” E cedeu a casa de Guadalupe para ser a sede do SINBA. Só que existia um fenômeno que a sede do SINBA era em Guadalupe mas, a maioria do pessoal, a não ser nós do grupo original, os outros – Lincoln, a Veramara, o Medeiros – moravam na Zona Sul. Então, ir para uma sede lá em Guadalupe não estava na cabeça deles: eles preferiam ficar no Afro-Asiáticos, com as reuniões aos sábados. Então ficou apenas aquele grupo, nós apenas, nos reunindo e ocupando a sede. Quando veio a divergência, porque a Veramara, antes de sair, tinha implicância... O Carlos Magno, coitado, tinha capacidade de fazer com que as pessoas não gostassem dele por causa das posturas que ele tinha, que eram muito francas: “O meu caso é ganhar dinheiro, tem que fazer intercâmbio com a África para ganhar...” E ele estudava enfermagem na UFRJ. A Veramara: “Esse cara é um troglodita!” Achou que tinha que expulsar o Carlos Magno da SINBA. Aí, fizemos uma assembléia, ficamos até de madrugada. “Não concordamos

com isso.” Aí ela saiu e ficou no Afro-Asiáticos. O Lincoln, que era namorado dela, também foi, o Medeiros, que não ia muito, também foi. Anteriormente, o José Rufino já tinha saído por conta de uma divergência em relação ao Zé Ricardo. Ele achava que o Zé Ricardo não podia continuar, porque era muito novo e por outras implicações também. Então ele queria que o Zé Ricardo saísse e ele tinha sido eleito vice-presidente da SINBA. “Como é que vamos tirar o vice-presidente?” Aí, o Zé Rufino falou: “Eu vou embora – ele era o mais velho de todos – não vou ficar me... Vou embora.” Então, quando veio essa outra divergência com o Carlos Magno, saíram os outros. O Zé Ricardo saiu – mais por causa da distância, não por causa de divergência. Por causa de divergência foi a Vera, o Lincoln...

Então, se aproximou do SINBA um grupo de negros, que também participou do Afro-Asiáticos, mas esse grupo era do Itararé – era Grupo do Itararé. Eles vinham, praticamente, de uma família, de uns doze irmãos. Eram: o Zizo, o Dado...

A.P. – O grupo dos 22?

Y.F. – Não! Tinha o grupo dos vinte, que era da Baixada, década de 80. Isso era o grupo do pessoal de Itararé. Então, o Dado, o Zizo, a irmã dele... Bom, então esse grupo se aproximou daqueles oito que formavam, ainda, o núcleo da SINBA. O João Carlos Negão, que é subsecretário de administração... A diferença é que eles tinham uma influência muito grande de membros do partido comunista, que era o caso de João Carlos Negão. Então, o pensamento deles era mais de esquerda, radical, e achavam que nós éramos mais de direita. Sempre existiam aquelas divergências, aquelas discussões... Mas a SINBA não conseguiu arrecadar dinheiro para poder se manter na casa do Rodrigues Alves, pagando... “Vamos entregar a casa.” Entregamos a casa. Aí ficamos praticamente clandestinos, sem casa.

V.A. – E o cônsul do Senegal, não conseguiu fundos?

Y.F. – Não, porque depois da fundação da SINBA... O consulado do Senegal era o último consulado africano no Brasil. Quando chegou logo no início do ano seguinte...

V.A. – 74?

Y.F. – É. Ele tinha até nos dito: “O Senegal vai fechar o consulado no Brasil, porque é muito perigoso, e o consulado vai ser na Venezuela – Venezuela ou Colômbia, um desses dois países – para toda a América do Sul. Não vamos mais ficar aqui...” E foi justamente isso que aconteceu. A embaixada já tinha ido para Brasília e o consulado foi aberto lá na Venezuela ou na Colômbia. Então, não tivemos mais contato com eles.

V.A. – Então, para que serviu esse contato, exatamente? Foi útil para a criação da SINBA?

Y.F. – O contato foi mais por receio nosso de sermos reprimidos.

V.A. – Isso. E o registro da SINBA tinha claro que era uma instituição vinculada à representação do Senegal?

Y.F. – Não pode ter essa vinculação. O apoio que eles nos davam era que, caso houvesse uma repressão, ele, como cônsul, diria: “Não, o pessoal lutando pela África do Sul...” Ia dar um respaldo político para nós... Foi até aconselhado pelo Zé Maria. Evidentemente, seria um respaldo limitado... Para o governo, não ia impedir que nós fôssemos presos, mas iria interferir junto ao governo, caso fôssemos presos.

V.A. – Mas chegou a ser necessário?

A.P. –

Y.F. – Não, não foi necessário. Isso eu estou cansado de dizer... Eu tenho uma certa divergência com o Abdias, quando ele coloca o seguinte: que ele teve que sair do Brasil para se exilar... Eu sempre disse: “Os negros que foram reprimidos, o foram não por fazer luta como negros; foram reprimidos por uma posição política de esquerda.” Que foi o meu caso, o de Guerreiro Ramos e outros mais. Não foi por posição política em relação à questão racial. Aparecido Olímpio, Osvaldão, todo mundo, na verdade, foi por posições políticas de esquerda, não por questão de negro. Tanto assim, que o Abdias foi para os Estados Unidos a convite do Guerreiro Ramos, que conseguiu que ele fosse para

a Universidade de Búfalo, mas não que o governo... Embora ele sempre coloque – no Centro Cultural do Banco do Brasil, comemorando os 25 anos do MNU, ele colocou isso... Eu falei: “Deixa passar, deixa o Abdias colocar, mas não é verdade.” Isso eu fui perceber por ocasião da fundação do MNU, em 78. É um outro caso, depois vamos relatar porque isso reforçou mais o meu pensamento a respeito dessa questão.

Até porque eu tinha sido confinado, tinha sofrido uma porção de coisas, o Orlando tinha feito a mesma coisa – porque ele tinha sido sargento do Exército –, o Olímpio tinha sofrido a mesma coisa. Enquanto nós estivemos no movimento negro, nenhum de nós foi chamado para coisa alguma, e tínhamos antecedentes. O Zé Maria tinha antecedentes... Ninguém foi chamado! Então, não foi por aí.

V.A. – Não tiveram mais dinheiro para pagar a casa em Guadalupe. Foi aí que o senhor parou porque eu o interrompi.

Y.F. – “Vamos nos reunir onde?” “Vamos nos reunir onde for possível reunir.” Nesse ínterim, foi em 75, um grupo que era formado pelo Benedito Sérgio, o Zé Pinto, falecido já, o Wotts, que era um dentista se reuniu e decidiu criar uma entidade de negros. Mas o pensamento deles era o seguinte: “Vamos chamar o pessoal do SINBA para criarmos uma entidade só. Ao invés de criar aqui uma, o SINBA, outra, vamos criar uma entidade só. Temos que chamar todo mundo para se reunir.” Então, novamente, o pessoal do SINBA falou: “Melhor procurar... Yedo, você vai lá.” Aí fui eu encontrar com eles, uma reunião lá em Copacabana, que a maioria deles morava na Zona Sul...

[FINAL DA FITA 3-B]

V.A. – Então, o senhor estava falando da reunião no Teatro Opinião.

Y.F. – Então, na reunião no Teatro Opinião, anteriormente... Tivemos mais ou menos umas duas ou três, reunindo todo mundo para discutir, ver se saía uma entidade só... Porque o Candeia – que estava presente, participava também da reunião – tinha um pensamento de criar uma escola de samba. Não seria possível uma entidade só. E, como eu tinha dito anteriormente, a maioria da negrada não tinha um sentido de organização, não sabia como compatibilizar... Então, falei: “Bom, o Candeia vai criar uma escola de samba, mas nós não vamos para a escola de samba. Não queremos uma escola de

samba, queremos criar uma outra entidade. Mas como vamos criar? Vamos dar uma apoio à criação da escola de samba – o que foi feito, deu-se apoio para a criar a escola de samba Quilombo – e vamos criar uma entidade de movimento negro que abarque todo mundo.” O Carlos Negreiro concordava, ele achava que podíamos criar uma entidade – ele também não tinha noção de que tipo de entidade. Mas uma entidade na qual um grupo de dança, que já era independente – o Olorun baba nun, que era ele e a Isaura – estaria incorporado.

Mas nós não conseguimos chegar a consenso. Porque é muito difícil a discussão, principalmente... Se reunir mais ou menos uns dez negros já é difícil, quanto mais ter mais de cem discutindo para se chegar a uma entidade única. Aí não foi possível criar. E aqueles que éramos da SINBA e que fomos à reunião – porque os outros acharam que não deveria ir – vimos que os que não foram tinham razão: não dava para a gente criar uma entidade só. E retornamos para a SINBA. Foi criado, então, o IPCN.

V.A. – Então, esse pessoal que estava no Teatro Opinião e que não retornou à SINBA...

Y.F. – Não, esse que estava no Teatro Opinião era um outro grupo de negros...

V.A. – Foi esse grupo que criou o IPCN?

Y.F. – Isso. Como eu tinha participado de todas as discussões da criação do IPCN, fiquei como um dos fundadores do IPCN. Então, da SINBA, sou o único que foi fundador do IPCN.

V.A. – O senhor me explique uma coisa. Nessa época, no Rio de Janeiro, havia outra entidade com propósitos mais políticos, como a SINBA? De lutar contra o racismo, de ter um propósito...

Y.F. – Não.

V.A. – As entidades eram mais culturais, como era o caso do balé...

Y.F. – O balé saiu de um pensamento de se criar recursos para a SINBA. E o balé, como teve um certo sucesso em seu lançamento, pelo ineditismo, o grupo que fez o balé – que era o caso da Isaura, do Carlos Negreiro – disse: “Podemos constituir um grupo.” A gente falou: “Tudo bem. Não tem problema nenhum com o pessoal.”

V.A. – Minha pergunta é a seguinte: por que essas pessoas que se reuniram no Teatro Opinião imaginavam constituir uma outra entidade? Por que não se incorporaram à SINBA, que já estava ali?

Y.F. – Mas essa era a discussão.

V.A. – Por que eles não queriam se incorporar?

Y.F. – [riso] Esse é outro fenômeno. É uma boa pergunta. A defesa do pessoal da SINBA que não foi para as reuniões em que estava se discutindo uma entidade era essa.

V.A. – “A entidade já existe.”

Y.F. – “A entidade já existe, por que eles não se incorporam na SINBA ao invés de se criar outra?” Esse era um pensamento.

V.A. – E o pensamento dos outros era qual?

Y.F. – O meu pensamento era que não tinha importância nenhuma. Podia acabar a SINBA e criar uma outra entidade, para mim não tinha grandes implicações. Esse era o meu pensamento. O pensamento dos outros que se reuniam, um grupo quatro ou cinco vezes maior que o grupo da SINBA, não queriam se incorporar à SINBA, porque – há uma questão engraçada no movimento negro – se o sujeito não se sentir fundador da instituição, dificilmente ele se incorpora em uma. [riso] Parece brincadeira, mas essa é uma realidade: as entidades do movimento negro, todas elas, foram criadas – e foram criadas muitas – com um certo número de pessoas, 20, 40 ou 50 pessoas; dificilmente o número era ampliado, a tendência é diminuir.

A.P. – Mas o IPCN chegou a três mil sócios...

Y.F. – Não, o IPCN... Depois vou te dizer a questão do IPCN. Veja bem, se já tem uma entidade criada, ele não se sente daquela entidade, ele não ajudou a criar, então ele não tem interesse em participar da entidade. É bem capaz de ir ele e mais dois criar uma outra – a gente chamava de entidade-do-eu-sozinho – do que se incorporar em uma que está pronta. Muito, mas muito difícil. Eu só vi um caso, praticamente recente, que foi o caso do pessoal do Grupo dos Vinte, que se incorporou ao MNU. E mesmo assim, porque o Grupo dos Vinte já estava esvaziado.

V.A. – Não eram mais vinte?

Y.F. – Já não eram mais vinte, exato. E se incorporaram no MNU. Foi o único, tanto no Rio quanto em São Paulo. Pelo menos, nunca ouvi **[incompreensível]**. O resto, não. Então, eles não queriam se incorporar, queriam criar uma entidade nova. “Então tudo bem, vai ser criada uma entidade nova.” Eu e o Benedito Sérgio, que foi o primeiro presidente do IPCN, nos dávamos muito bem, até porque morávamos perto: na época, eu morava no Flamengo e ele morava em Laranjeiras. De vez em quando... A gente se conhecia porque eu morava na Rua Ipiranga, onde tinha um posto de gasolina, e, aos sábados, ele ia lavar o carro dele, fazer aquele negócio todo. Enquanto o carro dele estava fazendo aquele negócio, ele ia lá me chamar e a gente ficava lá, sentados, batendo papo. E ele disse: “Pô, Yedo, tem que ficar só o IPCN.” Já tinha sido fundado o IPCN. Eu falava: “Não adianta, que ninguém quer. Eu gostaria até de ter uma entidade só, mas não tem. Vamos ficar dessa forma mesmo: SINBA de um lado, IPCN do outro.” Por conta disso, então, eu acabei sendo um dos 48 fundadores do IPCN .

Bom, ficou o grupo da SINBA reduzido a oito pessoas. Depois da fundação do IPCN, esse grupo ainda participa, ajudando os Filhos de Gandhi – nas manifestações culturais dos Filhos de Gandhi –, mas depois de afasta também dos Filhos de Gandhi e fica reduzido a oito pessoas, se reunindo periodicamente, mas não tinha atividades. Até que resolvemos, em 77, lançar um jornal: o Jornal SINBA. Lança o Jornal SINBA, em 77, e esse jornal teve um primeiro número, não conseguiu lançar outro. Quando veio 78, veio a questão de se fazer um ato público, em São Paulo, por conta do assassinato do Robson...

V.A. – Robson da Silva Luz.

Y.F. – Robson Silveira da Luz, me parece. Eu tenho o nome dele certo, depois eu passo.

V.A. – Um operário, não é?

Y.F. – Um operário. E, por conta também de uns garotos que foram discriminados no clube Tietê. Bom, esses oito da SINBA pagaram a passagem para eu e o Amauri irmos para São Paulo, para discutir. Isso para mostrar o processo da SINBA. Quando nós voltamos lá de São Paulo, já tinha sido criado o MNU, aquele negócio, que é um outro processo... Só estou colocando, correndo, para mostrar o processo...

V.A. – Quando o senhor voltou de São Paulo, desse ato...

Y.F. – Quando nós voltamos do ato, estávamos condicionados a criar – a proposta que saiu de lá foi justamente essa – uma entidade nacional. Movimento Unificado contra a Discriminação Racial, que depois passou para Movimento **[incompreensível]** contra a Discriminação Racial. Voltamos de lá já com esse espírito. Isso em 1978. Em 78, fomos na discussão para criar o MNU, e os outros cinco se afastaram... Quer dizer, nós não tivemos mais contato com o SINBA. O SINBA ficou reduzido a eu e Amauri, dois somente. E o Carlão que aparecia de vez em quando.

V.A. – E a essa altura tinha sede?

Y.F. – Não tinha nada. Só nós dois. [riso] Bom, de vez em quando aparecia o Carlão para a gente bater papo...

A.P. – Onde vocês se reuniam?

Y.F. – Deixa eu me lembrar onde a gente se reunia...

A.P. – Tinha um lugar específico?

Y.F. – Não, a gente se encontrava... Eu e Amauri nos encontrávamos... Antes, a gente tinha reunião na casa do Carlão, de vez em quando; na casa do Célio, e na casa do Jorge Miranda Teodoro. Depois que nós fomos para São Paulo e voltamos, criando o MNU, já em 78, vimos o seguinte: “Vamos dar continuidade e lançar outro número do jornal SINBA. Já que o um foi em 77, agora em 78, vamos ver se a gente lança um jornal e vamos ver um local.” O IPCN tinha passado por um processo de esvaziamento, briga interna, aquele negócio todo. Eu falei: “Vamos ver se a gente consegue uma sala lá no IPCN e dá para a gente fazer o jornal.” Eu fui fazer o contato lá no IPCN, que era com o Almir, para nós, eu e o Amauri, ficarmos lá para a gente poder, então, lançar o segundo número do SINBA. Que já não existia mais a Sociedade, a entidade, existia agora um jornal, com o nome de SINBA. Aí o Almir: “Tá, tudo bem, não tem problema nenhum. Vocês podem ocupar uma sala.” Aí, a gente fez uma reunião, até para fazer o jornal, eu e Amauri. Ao o Almir falou: “Yedo, eu queria falar com você. Eu acho que você não está sendo solitário.” “Por que eu não estou sendo solitário?” “O IPCN está em uma crise danada, está esvaziado, e você, fundador do IPCN, não está ajudando a levantar o IPCN. Eu acho que você deveria, pelo menos, dar uma ajuda.” Falei: “Você está com razão. Eu não tinha percebido isso. Vou ver como nós vamos levantar o IPCN.”

Conversando com o Amauri, falei: “O problema é o seguinte: eu vou ter que dar uma contribuição para ajudar o IPCN. Vamos ver como vamos fazer.” O Amauri falou: “Vamos fazer o seguinte: eu fico fazendo o jornal e você dá ajuda para poder levantar o IPCN.” Então, eu fui ajudar a levantar o IPCN, chamar outras pessoas. Aí, já estávamos dentro do IPCN e reduzidos a apenas dois: eu e ele. A SINBA praticamente não existia mais, a não ser entre os dois, existia apenas como jornal. Fizemos cinco jornais. Depois acaba também como jornal, porque aparecem companheiros como o Togo – aí vai voltar aquele Togo, lá... Vem o Togo e diz: “Vamos ajudar fazer um outro jornal.” Aquele negócio que eu sempre falei: nego não quer se incorporar nunca, quer fazer um outro novo. Eu falei: “Tudo bem. Qual é o jornal?” O Amauri: “Pô, vem cá, vamos fazer o SINBA...” “Não, não, melhor fazer outro jornal.”

A.P. – **[Incompreensível]** Negro.

Y.F. – Não, *Coisa de Crioulo*. Eu falei: “Amauri, vamos deixar isso para lá. Eles querem fazer outro jornal, tudo bem, vamos fazer outro jornal. O dinheiro até é nosso – que era o dinheiro da SINBA –, mas vamos fazer. Não tem problema nenhum. Vamos ver como vai ser.” Aí o Togo articulou, com o Adalto e um outro que era jornalista, o Luís Antônio. Aí fomos fazer jornal. Éramos eu, Amauri, Luís Antônio, Adalto...

A.P. – Isso em...

Y.F. – 79 para 80, me parece. Depois eu tenho que ver a data do *Coisa de Crioulo*. Eu estou mostrando aí o processo de como a SINBA acabou. Aí deixamos de fazer o jornal SINBA e fomos fazer o *Coisa de Crioulo*. Lançamos o *Coisa de Crioulo*, que saiu um número só. Porque as pessoas tinham um propósito: “Não, vamos fazer um jornal diferente!” Não saiu diferente coisa alguma, ficou a mesma coisa: um jornal panfletário e tal.

V.A. – O senhor falou que o dinheiro ia sair da SINBA.

Y.F. – O dinheiro saiu da SINBA.

V.A. – Como a SINBA, que não tinha sede, só tinha vocês dois, tinha dinheiro?

Y.F. – Porque nós vendíamos jornal.

V.A. – Só por causa a venda de jornal.

Y.F. – Porque no período de 78, 79 e 80, começou o processo de abertura. E como começou a abertura política, se realizavam, quase todos os dias, atos, comícios na Cinelândia. Então, nós aproveitávamos para a venda do jornal. **[Incompreensível]** Aí vendemos logo o número dois. Tanto assim, que do número dois, eu não tenho um. Parece que o Amauri tem; tem que pegar com ele, que ele falou que tem na casa dele, eu não tenho. Nós fizemos uma tiragem de três mil exemplares do número dois. Vendemos tudo. Então, tínhamos arrecadado. E como nós não tínhamos mais jornal para vender, nós tínhamos uma pilha de jornal, SINBA, número um...

V.A. – Que estava enalhado e vocês aproveitaram para vender. [riso]

Y.F. – Estava enalhado. É para vender, vamos vender. [riso] Pegamos, vendemos também. Acabamos vendendo o jornal quase todo. Porque chegava lá: “Olha o jornal!” Os caras compravam. Estavam ali, empolgados, por causa dos comícios da abertura. Então, com isso, entrou um certo capital. E com esse capital... “Bom, então temos dinheiro até para bancar o jornal.” O jornal era feito em tipografia. A tipografia que a gente usava, ali na Rua Leandro Martins, era a *Gazeta de Notícias*. Aquela tipografia pertenceu ao Partido Comunista: era onde fazia muito jornal estudantil, jornal operário e tal. Então, nós fazíamos o jornal lá e era tranquilo, não tinha problema nenhum.

V.A. – E o senhor e o Amauri é que vendiam o jornal?

Y.F. – Eu, o Amauri, depois apareceu a Suzete. Ela era nova, saía para vender – era uma boa vendedora – acabou vendendo o SINBA velho também. Porque ela chegou: “Tem mais jornal para vender?” “Não tem.” Aí pegou o SINBA também: “Vou levar esse daqui.” Tinha uma pilha... “Não leva, não, que isso é jornal antigo...” “Não faz mal, isso aqui dá para vender. Os caras estão comprando.” “Então leva.” Levou e foi vendendo tudo. Apareceu depois um outro rapaz: “Vou ajudar a vender.” E saíram vendendo tudo. Com isso, então, nós conseguimos fazer o capital, para poder bancar...

V.A. – Saiu, então, o único número do *Coisa de Crioulo*.

Y.F. – O *Coisa de Crioulo*.

A.P. – Em 80 volta a ser SINBA?

Y.F. – Não, nunca mais voltou a ser SINBA. Acabou o SINBA.

A.P. – Mas o SINBA foi até o número cinco.

Y.F. – Até o número cinco.

A.P. – Então, em 1980 ainda tinha SINBA.

Y.F. – 79. Tem que ver a data, mas me parece que 79. Porque o *Coisa de Crioulo* vai sair depois do quinto número do SINBA. Nós fizemos o SINBA até o número cinco. Depois, então, fizemos o *Coisa de Crioulo*. Aí já era uma outra equipe. Enquanto era o SINBA, éramos eu e Amauri; quando entraram Togo, Adalto e Luís Antônio, já ficou uma outra equipe. Eles não queriam fazer o SINBA... “Vamos fazer outra coisa: o *Coisa de Crioulo*.” Aí ficou *Coisa de Crioulo*, mas só saiu um número. Depois, viram que não dava certo, foram embora, ficamos nós e fomos, só em 83, lançar o *Frente Negra*. Depois não tivemos mais jornal. Mas teve encontros de imprensa... Está passando tudo por cima: tinha jornais de São Paulo com quem a gente se encontrava – o *Jornegro* e outros que tinha em São Paulo. A gente se reunia... Então, esse foi o processo da SINBA.

V.A. – Então, ela foi definhando e acabou nesse quinto número...

Y.F. – Isso. Nesse quinto número do jornal. Nós já estávamos na administração do IPCN, surgiram outras pessoas, mas não eram pessoas envolvidas com a SINBA, já era um outro grupo. Esse grupo teve até essa discussão... Aí é que virá o Gil, que estava com 21 anos, a Cecília, que estava com 19... Vão surgindo outras pessoas que vão formando um outro grupo.

V.A. – O IPCN?

Y.F. – Não. Porque acontece o seguinte: nós ficamos muito marcados como SINBA, as pessoas sempre nos viam como SINBA. Onde eu e Amauri estávamos, as pessoas sempre vinham: “Pessoal do SINBA, pessoal do SINBA.” E as pessoas que ficavam próximas a nós também ficavam marcadas como SINBA. Então, mesmo a gente estando na administração do IPCN, as pessoas continuavam nos identificando como do SINBA.

V.A. – E esse pessoal que se juntou também.

Y.F. – Ficavam identificados como SINBA.

V.A. – Mesmo o SINBA já tendo sido extinto.

Y.F. – Exato. Tinha só duas pessoas: eu e Amauri. Lançamos, ainda com o nome de SINBA, o livro *Movimento negro e as eleições*, aquele livreto, o do Amílcar Cabral e a palestra...

A.P. – Por sinal, um belo nome!

Y.F. – Pois é. Seu nome foi justamente por causa do Amílcar, um grande... Hoje mesmo o pessoal estava falando: “Amílcar Cabral, um dos maiores expoentes da África.” **[Incompreensível]** ele ter morrido. E a palestra do Dom José Maria Pires, conseguimos que ele fosse lá no IPCN para poder fazer uma palestra.

V.A. – E a verba para fazer isso vinha da venda do jornal. Dessas três publicações.

Y.F. – Não, veja bem. Do jornal do SINBA vinha, justamente, da venda do jornal. Depois, do *Coisa de Crioulo*, também da venda do jornal. Quando o *Coisa de Crioulo* acabou – porque só saiu um número – o dinheiro acabou, ficamos praticamente sem dinheiro. O *Frente Negra* é um dinheiro que vai sair de um projeto que eu e o Amauri fizemos, que é outra história. [risos]

A.P. – Mas antes desse projeto. O *Caderno de Publicações* do SINBA – que foi Amílcar Cabral, *Movimento negro e as eleições*...

Y.F. – Tudo era dinheiro que nós tínhamos conseguido.

A.P. – Era dinheiro do jornal.

Y.F. – Espera aí, deixa eu lembrar aqui se era.

A.P. – Isso é de 81 a 83. O do Amílcar Cabral é de 83.

Y.F. – É. Então, não foi do dinheiro do jornal, não. Porque o dinheiro do jornal acabou... Em 83 foi desse outro projeto que eu e o Amauri fizemos.

A.P. – Esse projeto que começa em 84 – “Três momentos do movimento negro”?

Y.F. – Esse projeto começa em 82. O projeto foi para fazer o levantamento dos remanescentes da Frente Negra.

A.P. – Para um vídeo, não é?

Y.F. – Exato. Isso foi um projeto para o qual nós tínhamos apoio do Betinho, do IBASE.

A.P. – Esse projeto é de 82?

Y.F. – É.

V.A. – Para a pesquisa sobre a Frente Negra, não é?

Y.F. – Isso.

V.A. – E aí é que sai o jornal da Frente Negra.

Y.F. – É.

V.A. – E esse jornal teve mais de um número?

Y.F. – Um só. É outro fenômeno dos jornais da imprensa negra: o máximo que vai é dois jornais, três jornais.

A.P. – Isso na década de 70, não é?

Y.F. – Até hoje é assim. [riso] Há pouco tempo saiu o *Questões Negras*, foi um número só, e pronto. Sempre foi assim. Infelizmente. O que demorou mais foi o *Maioria Falante*, que era com o Togo...

A.P. – O senhor...

Y.F. – Exaro. Mas demorou mais pelo seguinte: o Ivany conseguiu uma verba para poder financiar o jornal.

A.P. – O Christian Aid...

Y.F. – É. Com uma das agências, não sei qual foi. Ele conseguiu com uma dessas agências, que financiou o jornal, mas depois acabou parando. Foi o que teve saída regular. Mesmo com os jornais anteriores, da década de 30, a mesma coisa, todos eles: saída irregular, depois esvaziamento e aí acaba.

V.A. – A que o senhor atribui isso?

Y.F. – Olha, eu estive analisando muito o problema da imprensa, inclusive por causa de uns encontros de imprensa que nós fizemos. O grande problema da imprensa negra chama-se distribuição. Não é a feitura do jornal em si – tivemos a oportunidade de fazer vários jornais e tal –, a distribuição é que é o ponto. Veja bem uma coisa: qual o público para qual lançamos o jornal? Nós vimos o seguinte: lançamos o *Frente Negra* – e esse **[incompreensível]** vem justamente em cima do *Frente Negra* – e falamos: “Como vamos lançar esse jornal?” Distribuição alternativa... Aí, caiu na mão de um rapaz, esqueci o nome dele, que tinha uma banca ali no Edifício Dark, na 13 de Maio. Um negro, que tinha banca, gostou – “Pô, um jornal!” – e procurou entrar em contato conosco. Estávamos no IPCN, ele foi lá conversar conosco. Quando nós falamos que a nossa tiragem era de três mil, ele falou: “Realmente, o problema de vocês... Vocês tem que ter um número...”

V.A. – Ele achou três mil pouco?

Y.F. – Pouco. Ele falou o seguinte: “Como é que vocês vendem?” “Vendemos em eventos...” Ele falou: “Isso aí não vai funcionar.” Realmente, nunca funcionou, mas é a forma que a gente... Ele falou: “Vocês têm que ter uma distribuição mais profissional, mas, pelo número de jornais que vocês têm, não tem como ter uma distribuição profissional.” Aí, ele mostrou o número de bancas que existia no Rio de Janeiro, na época: 4500 bancas. A tiragem do jornal era três mil, dava um jornal para cada banca e ainda ficaria faltando. Então, nem pensar em colocar em banca. Três mil também não dava para ser distribuído no Brasil. Ele aconselhou: “Primeiro, ele tem que ter saída regular e eu me proponho a ajudar vocês a fazer a distribuição. Vocês não vão fazer a distribuição na Fernando Schnider, porque ela só pega grandes números. Vamos distribuir esses jornais nos...” Ele deu os nomes de pessoas: um que tinha três bancas, o outro tinha cinco bancas... Então, ele falou: “Vamos distribuir para eles.” É possível vocês utilizarem isso. Nós discutimos, ele passou todas as informações... Foi quando eu fui ver que, realmente, a dificuldade da imprensa negra é a distribuição.

V.A. – E aí passaram a fazer mais números?

Y.F. – Não tínhamos dinheiro para fazer jornal mais nenhum. Ficamos só na conversa. Ele tinha se baseado no *Frente Negra* que nós lançamos e aí: “Quando vai sair o próximo?” Não saiu mais próximo nenhum. O próximo acabou. Não tínhamos dinheiro para lançar outro, não saiu.

A.P. – O *Frente Negra* era órgão de divulgação do IPCN, não é?

Y.F. – Não! Olha só. Tinha uma conhecida, a Lucila, cujo compadre se dava com o Betinho, que tinha voltado para o Brasil, e chamou o... – ele era negro também – falou: “Bom, eu gostaria de saber do trabalho.” Como ele era negro, mas não tinha nenhum trabalho dentro do movimento negro, falou: “Não, eu tenho uma amiga...” E falou com a Lucila. A Lucila falou: “Eu tenho uns companheiros, conhecidos, que são do movimento negro, o Yedo e o Amauri...” Ao fomos conversar com o Betinho: eu, o Amauri e a Lucila. Aí o Betinho: “O que vocês propõem? Nós abrimos o IBASE para vocês...”

[FINAL DA FITA 4-A]

V.A. – A conversa com o Betinho.

Y.F. – A conversa com o Betinho. Então, ele falou: “Vocês não querem trabalhar aqui?” “Nós temos interesse em continuar nossa militância e desenvolver um trabalho.” “Qual proposta vocês têm?” “Nós vamos ver, mais ou menos, uma proposta.” Aí, fomos discutir, eu e Amauri: “Vamos fazer o seguinte. Nós já estamos com a preocupação com os remanescentes da Frente Negra. Vamos saber...” A gente se dava muito com o Henrique Cunha Jr., que era filho do Seu Henrique Cunha. De vez em quando, o Seu Henrique Cunha, que tinha sido um contemporâneo da Frente Negra, falava para a gente: “Ah, porque a Frente Negra...!” “Vamos fazer um levantamento sobre a Frente Negra.” Fomos e falamos com o Betinho: “O que queremos fazer é um levantamento...” “Tudo bem, vou ver se eu consigo recursos. Vou fazer um projeto para conseguir recursos para vocês.” Fez o projeto, mandou para uma agência lá no Canadá, onde ele tinha contato, a agência concordou em financiar e mandou o dinheiro. Aí houve uma divergência entre mim, o Amauri e a Lucila, uma divergência séria...

V.A. – Em torno de quê?

Y.F. – Pelo seguinte: a Lucila achou que, como ela tinha estabelecido o contato com o Betinho, ela teria direito de ficar com a metade daquele dinheiro que estava chegando lá de fora. Já que ela não gostava muito do nosso trabalho de militância... Preferia fazer uma outra coisa, que nunca fez, nem sei... Ela nunca prestou conta da parte dela nem nada. Então, ela preferiu que fosse dividida a verba. Deu uma discussão, uma briga... Ficamos praticamente um mês, o Betinho procurando conciliar – coitado do Betinho: “Não, vamos ver...” Marcamos uma reunião com o Betinho, ficamos lá até de madrugada, discutindo. Até concordamos com a proposta dela: “Então, tudo bem, vamos dividir – me parece que eram seis mil dólares. Fica três mil para Yedo e Amauri, três mil para Lucila.” Mas o Amauri discordou, porque ele percebeu uma coisa que eu não tinha percebido: “Por que razão ela vai ficar com três? Tem que ser dividido em três.” Aí foi outra discussão... Depois, o Betinho disse: “Não, realmente, o correto é isso. Vamos dividir em três – fica dois para cada um.” Ela não gostou muito, ficou

aborrecida... Então, ficaram quatro mil dólares para eu e Amauri fazermos o projeto, e ela ficou com dois. Vamos, então, fazer o projeto.

Nós saímos em campo, que era o nosso pensamento. Fomos pegar alguns papéis, ela não queria me devolver, principalmente, os questionários de pesquisa, que eu e Amauri já tínhamos feito. Ela tinha pedido para ler e, depois, quando fomos pedir: “Ah, não...” “Espera aí, isso aí é nosso.”

V.A. – Questionários do quê?

Y.F. – Do pessoal, os remanescentes da Frente Negra. Nós tínhamos feito todo um questionário e ela tinha pedido para ver. Isso antes da briga. Aí, depois, quando teve a briga, ela não quis devolver de pirraça, porque não gostou de ficar com um terço só. Eu tive que ir na casa dela, e ela acabou envolvendo outras pessoas... Envolveu o Betinho, novamente. O Betinho: “Pô, Yedo, vê se resolve isso aí.” “Não, eu só quero que ela me dê os nossos questionários.” Aí, ela telefonou para o João Carlos Negão, que é o pai do filho dela. As coisas se misturam. Aí o Negão: “Não, não quero questão com o Yedo. Deixa para lá, devolve esse negócio para ele.” Ela, aborrecida, me devolveu. Falei: “Amauri, vamos aplicar nossos questionários, vamos fazer nossa pesquisa.” Fomos fazer a pesquisa sobre a Frente Negra, gastamos esses quatro mil dólares na pesquisa.

Como sobrou, nós conversamos com o Betinho, ele falou: “Vocês têm que ver qual a aplicação que vocês vão dar a isso.” “Então, vamos fazer essa publicação aqui, é possível?” “É possível.” Fizemos, então, um jornal e demos o nome de Frente Negra, justamente porque era a pesquisa que nós tínhamos feito. Fizemos um vídeo e fizemos aquelas publicações: o *Movimento negro e as eleições* e o Amílcar Cabral.

V.A. – E o Dom José Maria Pires.

Y.F. – E o Dom José Maria Pires. Exato. Outro dia, até, o Togo me pediu, porque foi o Togo que fez a capa...

A.P. – O Togo não está na Alemanha?

Y.F. – Não, o Togo está aqui no Brasil. O Togo fez a capa... Ele falou: “Yedo, você tem?” Eu falei: “Togo, eu tenho que procurar. Deve estar em algum lugar aí.” Houve essas publicações. Depois, saímos do IPCN, houve outras divergências, é uma porção de divergências...

V.A. – Eu estou reparando uma coisa: toda hora tem reunião até de madrugada e as divergências.

Y.F. – Muitas divergências! Reuniões, então... Quando estávamos no IPCN, as reuniões iam, realmente, até de madrugada. Em outros momentos ia até a hora do trem, porque nós morávamos lá para cima. Então diziam: “O horário do trem!” E saíamos correndo igual a uns malucos pela Praça da Cruz Vermelha. Eu dizia: “Amauri, tu és atleta, mas eu não sou. Então, não dá, eu vou sair mais cedo dessas reuniões, porque não dá para ficar toda noite correndo...” Minha mãe tinha um expressão muito engraçada, lá da Bahia: correndo igual a uma mula de padre, que mula de padre é que vivia correndo para dar a extrema unção. “Eu não vou ficar correndo igual a uma mula de padre. Vamos acabar no horário e, se você não quiser, eu vou embora antes.” Então, era reunião sempre até de madrugada, acabava tarde... Em 86, houve a primeira marcha, passeatas... Reuniões durante o período todo, até de madrugada... Então, tem várias coisas que vocês têm que ver porque está chegando a hora...

V.A. – Está chegando a hora. São cinco horas. A gente vai ter que se encontrar um outro dia.

Y.F. – [riso] Eu acho que vai ficar difícil, agora. Esse é o problema. O que está faltando: o IPCN, porque surgiu o IPCN, como o IPCN comprou a casa, como foi esse processo, as brigas que teve por causa da casa... Depois, a fundação do MNU, as divergências dentro do MNU, o pensamento do MNU... Porque é tudo um processo.

A.P. – Tem Diretas, tem a Marcha de 88...

Y.F. – Depois vem um período da década 80, que é o período dos encontros: Sul e Sudeste, Norte e Nordeste... Uma porção de coisas. É muita coisa, Verena, é muita coisa, mesmo.

3ª Entrevista: 03.12.2003

V.A. – Então, hoje, queríamos começar de onde paramos na outra entrevista. Que é o caso do IPCN. Na entrevista passada, o senhor nos contou, bastante detalhadamente, como foi a trajetória da SINBA. E nos contou que, lá pelas tantas, o senhor e Amauri foram fazer o jornal da SINBA no próprio IPCN. E que os senhores fizeram uma certa divisão de trabalho em que o Amauri ficou encarregado da redação do jornal, e o senhor de ajudar a levantar o IPCN – isso foi o que o senhor disse –, que o IPCN estava em crise. Isso é o que a gente queria entender: que crise era essa e o que o senhor fez que ajudou a levantar...

Y.F. – Muito bem. É até uma coisa engraçada – eu vinha na condução pensando sobre isso, por causa de um outro fato. O que aconteceu com o IPCN? O IPCN, como todos nós... As nossas reuniões eram em lugares que as pessoas emprestavam, como o ICBA, o Instituto Cultural Brasil-Alemanha, que era onde todo mundo do IPCN se reunia.

V.A. – Ah, vocês se reuniam no Instituto Cultural Brasil-Alemanha?

Y.F. – É. Nos reuníamos no Instituto Cultural Brasil-Alemanha. Porque um dos fundadores do IPCN foi o... – depois eu me lembro o nome dele –, que trabalhava no Instituto Cultural Brasil-Alemanha. Então, conversou com o diretor e eles concordaram de a gente se reunir no auditório do ICBA, ali na... Não é na Rua Nilo Peçanha, não. Erasmo Braga, no início da Erasmo Braga.

Então, eles se reuniam ali, aos sábados. E tinham dificuldades também por causa disso: a reunião só podia acontecer quando o Itamar – era Itamar – estivesse presente. Então, quando o Itamar não podia comparecer, não podia ter reunião do IPCN.

V.A. – O senhor se lembra o sobrenome do Itamar?

Y.F. – Não me lembro, não. Mas, depois, é fácil de conseguir. Então, o Itamar...

V.A. – Quando ele não estava presente, não podia fazer reunião.

Y.F. – Porque ele era o responsável. Ele ficava como responsável, com a chave e as pessoas se reuniam ali. E o IPCN, diferente da SINBA, conseguiu juntar um maior número de pessoas, e o número aumentava cada vez mais. Então, eles tinham um grupo de reunião muito grande e viam que não podia interromper, mas tinha esse drama de não ter local para se reunir. Então, estava sujeito à reunião no IPCN [ICBA?], mesmo. Quando um norte-americano chamado **Jimmy** propôs conseguir recursos, da **Interamerican** para a compra de uma sede. Esse recurso viria a fundo perdido, que a Interamerican era do Congresso norte-americano e emprestaria o dinheiro para comprar uma casa... **[Incompreensível]** Quando vocês tiverem a oportunidade de conversar com ele, ele poderá detalhar melhor. Eu vou passar por cima, se não nós não teremos horário.

V.A. – Isso.

Y.F. – Comprou a sede na Mem de Sá, 208 e ali se instalou o IPCN. Logo que se instalou o IPCN...

V.A. – Deixa só eu voltar um pouquinho. Esse americano, Jimmy, quem era? Ele fazia parte do IPCN?

Y.F. – Era um norte-americano, que tinha vindo para o Brasil jogar basquete no Flamengo e ia. Uma coisa engraçada é que, sempre que tem uma reunião de negros, se é norte-americano negro ou se é africano, sempre se aproxima e passa a fazer parte. E ele passou a fazer parte daquela reunião. E acompanhou todas as dificuldades. Então, ele conseguiu o recurso e foi um drama para o Benedito Sérgio comprar a sede, porque as pessoas eram contra, achavam que aquele era dinheiro da CIA – eu mesmo fui um deles –, era meio perigoso... Mas, com toda razão, ele acabou comprando mesmo e o IPCN passou a se reunir na Avenida Mem de Sá. Mas o curioso é que, logo nas primeiras reuniões, começou a haver divisão. Logo que o IPCN passou a ter sede, começou a

divisão entre as pessoas que faziam parte do IPCN. Se, hoje, perguntar a muitos daqueles que provocaram a divisão, eles mesmos não sabem porque dividiram. E o IPCN ficou um tempo naquela discussão... Um combatia o Benedito Sérgio, o outro era a favor... Até que o Benedito Sérgio ficou aborrecido, ele era engenheiro do IBGE, e conseguiu uma transferência para Brasília – não foi por isso, porque ele já tinha pedido a transferência. Ele era um bom técnico, o IBGE pediu para ele ir para lá, ele foi e deixou o IPCN. Então, com aquela divergência toda, briga com um, briga com outro, o IPCN foi esvaziando até ficar praticamente vazio. Tinha o Almir, que era sócio do IPCN, contador, e como ele estava com dificuldade de casa, para tomar conta do prédio, ele foi dormir no prédio do IPCN. Ele dormiu no prédio do IPCN, perdeu o emprego e ficou ali mesmo, e ficou tomando conta do prédio. Depois outros foram morar lá, umas três ou quatro pessoas...

V.A. – Mas era um prédio inteiro, não era uma sala?

Y.F. – Não, era o prédio. Está lá o prédio até hoje, na Avenida Mem de Sá, 208.

A.P. – É um casarão antigo.

Y.F. – Um casarão. Então, ficaram praticamente morando ali. E o IPCN praticamente parou de fazer aquelas reuniões periodicamente, cada um foi para um lado... Um parênteses, que eu sempre coloco. Isso tem acontecido muito no movimento negro, não só aqui no Rio, mas em qualquer parte do Brasil. Enquanto a militância está se reunindo em locais emprestados, está tudo bem, tem reunião; no dia em que consegue uma sede, sempre há uma briga, cada um vai para um lado e a sede fica vazia. É incrível isso! Aconteceu em Recife, aconteceu na Bahia, aconteceu aqui no Rio, aconteceu em São Paulo. É um fato até engraçado. Em São Paulo, era o SECAN, que vocês vão ter a oportunidade de conversar, e foi a mesma coisa: cada um foi para um lado, acabou com o SECAN. E aqui, o IPCN: cada um foi para um lado, acabou com o IPCN.

Bom, o IPCN ficou vazio. Quando eu e Amauri voltamos... Nós participamos da assembléia, no IPCN, da fundação do MNU, ficamos aborrecidos com o pessoal do MNU– parece que eu já contei –, nos afastamos do MNU...

V.A. – O senhor não contou isso, não!

Y.F. – Não? Essa é uma outra história. Olha só.

V.A. – A fundação do MNU não foi em São Paulo?

Y.F. – O MNU, uma entidade nacional, tem um processo para sua fundação. Não foi em um dia exato: em um dia foi feita uma coisa, no outro dia foi feita outra... Agora nós vamos ter MNU, IPCN e SINBA. Isso tudo acontece no ano de 78: ano do [esvaziamento] do IPCN, da fundação do MNU e também, praticamente, da SINBA acabando. E a partir de julho de 78 começa a fundação do MNU. Em uma reunião, em São Paulo, no dia 18 de junho, que não era nem para fundar o MNU, era para fazer um ato público de repúdio aos garotos que foram proibidos de frequentar a piscina do Tietê: o Robson, que faleceu, assassinado pela polícia... Ia se fazer um ato público, e no dia 18 de junho, se reuniam...

V.A. – Quem se reuniam?

Y.F. – A maioria das entidades do movimento negro de São Paulo. Para fazer um ato público. Aproveitaram e contataram o Rio de Janeiro, que também tinha entidades. E quase sempre as daqui estavam em contato com as de São Paulo. Então, nós tomamos conhecimento do ato público que seria realizado, então, no dia 7 de julho. Então, em 7 de julho, em São Paulo, foi realizado o ato público e esse ato – é interessante falar – foi o primeiro ato público no Brasil, depois do Ato Institucional número 5: até então não havia nenhuma manifestação de rua. Foi a primeira manifestação de rua, em todo Brasil, realizada no dia 7 de julho de 1978, em São Paulo. Em frente ao Teatro Municipal...

Depois do ato, foi chamada uma reunião. O [Lutão], que foi uma das pessoas que puxaram muito esse ato, acredito que vocês devam entrevistar, em São Paulo, falou: “Nós vamos nos reunir...” Eu tenho que pegar depois o local, que eu não lembro. Estava falando com o Amauri e ele falou que foi na Associação Beneficente, mas não foi. Me parece que foi em uma escola. Quase ninguém lembra mais o local. Então, nós fomos nos reunir nesse local, e lá foi que o nome de Movimento Negro Unificado apareceu – o “Negro” –, porque era Movimento Unificado contra a Discriminação Racial. E nesse

movimento contra a discriminação racial conseguiu-se fazer uma unidade, inclusive com alguns judeus, que também tinham interesse em participar do ato, porque era muito recente o caso do Vladimir Herzog, que foi assassinado. Então, esse ato contou com isso. A Mirna, que era uma jornalista de *O Dia*, ajudou muito essa articulação – ela era aqui do Rio de Janeiro, mas foi para São Paulo. No dia 7, depois do ato, fomos nos reunir e lá, por sugestão do Abdias e com o apoio da Lélia, propunha-se que se desse uma identidade ao movimento. Como era Movimento Unificado contra a Discriminação Racial e, colocando o “Negro”, dava uma identidade àquele movimento, que já tinha feito aquele ato público.

Não se tinha o pensamento de estruturar coisa alguma. Nesse dia, nessa reunião, se propôs, aí sim, depois de se ter colocado Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, dar uma estruturação. Fomos nós que propusemos isso, eu e Amauri: dar uma estrutura de organização, aquele negócio todo. Que não era muito a noção das pessoas. A grande influência que havia, naquele ato todo, era principalmente do Hamilton, que era da Convergência Socialista, e ele não via a necessidade de organização, via a necessidade de se fazer atos, aquele negócio todo. Mas todo muito concordou – geralmente, no movimento negro, quando se propõe alguma coisa que as pessoas não conhecem, elas até concordam para ver o que é. Então, concordaram de se discutir a estruturação daquele ato todo... Até porque havia um fenômeno, naquele momento, que era o esvaziamento das entidades do movimento negro, que, desde o início da década, estavam começando a esvaziar-se. Então, muitos viram que era interessante todo mundo se juntar. A SINBA estava esvaziada, o IPCN, lá em São Paulo, o SECAN, [CACU] uma porção de entidades que depois sumiram...

V.A. – Por que será que estavam sendo esvaziadas?

Y.F. – Isso é uma análise, que seria interessante colocar, mas acho que talvez não dê tempo. Nós estamos passando de uma coisa para outra. Faz o seguinte, anota e depois me lembra, que eu respondo. Para não esquecer.

Com isso, chamou-se uma reunião para o dia 23 de julho, lá em São Paulo também. Essa reunião, sim, foi feita na Sociedade Beneficente, que depois acabou também. Nós até acreditávamos que ia haver uma proposta de organização, qualquer coisa, e chegamos lá – o Amauri deve ter falado – e vimos que não tinha organização

nenhuma. E o Amauri, então, no ônibus – como eu participei muito desse tipo de coisa, de organizar... – fomos daqui até lá, ele me dizendo as medidas. Nós fomos à tarde e chegamos lá à noite. Eu queria pelo menos cochilar no ônibus e ele: “Vamos aproveitar para escrever alguma coisa de organização.” Falei: “Amauri, [incompreensível] que o pessoal já deve... Se as pessoas propuseram fazer uma organização, provavelmente devem ter alguma ideia. Não tem porque queimar a *mufa* aqui. Quando chegar, vê a melhor proposta que vai aparecer.” E ele: “Não tem nada, a gente tem que apresentar alguma coisa.” “Não tem que apresentar nada, Amauri. Não quero perder meu tempo...” Quando chegamos lá, íamos ficar na casa de um companheiro nosso do SECAN, o Isidoro, que é [economista] do Metrô. Ele tinha até reservado o que seria a casa da mãe dele, que tinha ido para Santos com a irmã, a casa ia ficar vazia e nós íamos para lá. Como nós chegamos atrasados, o Isidoro ficou esperando até a última hora esperando a nossa chegada, nós não chegávamos – naquela época não tinha celular, não podia se comunicar –, ele não sabia se nós íamos ou não e teve que viajar. Quando nós chegamos em São Paulo, fomos para o SECAN e lá encontramos o falecido Hamilton. Ele falou: “Pô, o Isidoro estava aqui até agora esperando vocês! Pensamos que vocês não vinha, ele foi embora, foi para o interior...” “Tudo bem.” Nós ficamos pensando: “Tudo bem, não. Onde é que nós vamos dormir? Esse é o problema.” E o Hamilton: “Não tem onde vocês ficarem?” “Não, nós íamos dormir na casa do Isidoro. Como é que vai ser?” Ficamos naquele drama todo. Aí o Hamilton, que era o redator do jornal *Verso* falou: “Faz o seguinte: vocês se importam de dormir lá no jornal *Verso*?” “Não, tudo bem, a gente dorme lá. Uma noite, não faz mal.” Ficamos conversando até tarde, até quase uma hora da manhã. O Hamilton foi embora e ficamos eu e Amauri. E o Amauri falou: “Está vendo, Yedo, eu acabei de falar com o Hamilton e ele falou que não tem proposta. Ninguém tem proposta. Nós temos que fazer uma proposta!” E eu dizendo: “Amauri, as pessoas devem ter propostas...” “Não, tem que apresentar...” De tanto ele **mexer[?]** nas medidas, falei: “Vamos propor, então. Vamos propor que a primeira coisa que a organização tem que ter é um estatuto para manter a unidade administrativa.” “Está bem, vamos anotar.” E ele foi anotando. “Tem que ter uma carta de princípios, porque é uma organização nova, nacional... Uma carta com os nossos princípios acho que é o suficiente...” “Vem cá, tem umas outras coisas...” “Não, coloca aí. Amauri, acabou?” “Acabou.” “Então, agora eu vou dormir.” E fui dormir.

Chegou o outro dia, fomos nos reunir, na Sociedade Beneficente. Antes de ir para os grupos de trabalho, na plenária, qual foi o meu espanto, porque ninguém tinha proposta de coisa alguma. Falei: “Não é possível! Como é que as pessoas propõem criar alguma coisa e não têm proposta. Ninguém tem proposta?” Ninguém tinha proposta nenhuma. “Aí vai ser difícil. Como é que vai ser? Só tem eu e você, a proposta é a nossa, nós é que conhecemos nossa proposta. Tudo bem, vamos cada um para um grupo diferente e defendemos o que for possível.” E foi o que aconteceu: eu fui para um grupo, ele foi para outro. No meu grupo estava até a Lélia, o presidente da Federação das Escolas de Samba de Santos. Eu estou citando a presença dele, porque ele vinha com pensamento – não tinha proposta nenhuma, mas tinha um pensamento – de que tipo de organização seria feita, porque ele queria que fosse feita uma organização de negros... Mas, como ninguém tinha proposta nenhuma, a proposta nossa – minha e do Amauri – foi aquela, em cima da hora... Ele falou: “Não vai dar para... Nós vamos embora...”

[FINAL DA FITA 4-B]

Y.F. – Eles foram embora, o pessoal da Federação das Escolas de Samba de Santos. Aí ficamos lá, no grupo. No meu grupo, a proposta que eu apresentei: “Nós devemos ter uma carta de princípios.” O pessoal: “Ah, tá. Tudo bem.” “Devemos ter um estatuto.” “Ah, tudo bem.” Todo mundo concordando. E o do Amauri foi a mesma coisa. “Bom, vamos para a plenária.” Nós dois. Então, nos nossos dois grupos tinha ganhado. “Vamos ver o que os outros grupos discutiram.” Os outros grupos não tinham discutido coisa nenhuma, também. Então, chegou lá, a proposta daqueles dois grupos... Então, venceu [risos]. Aquela proposta, mesma, nossa, venceu. Isso aí.

V.A. – Do jornal *Verso*. A proposta redigida no jornal...

Y.F. – É. De noite e tal, redigimos... O Amauri, até há pouco tempo, tinha isso, não sei se ele ainda tem.

V.A. – A gente tem aqui, que o Amílcar descobriu, a carta de princípios. Mas ela...

Y.F. – A carta de princípios, eu tenho. Até, no documento que eu estou fazendo agora para MNU, eu já botei a carta de princípios. Porque a nossa carta de princípios, acontece o seguinte... Bom, então, apresentamos a proposta de ter uma carta de princípios e a proposta do estatuto. Então, tudo bem. E, na plenária, então, todo mundo concordou: “Não, ótimo, estatuto!” E, evidentemente, cada um tinha sua própria organização. E a carta de princípios também. “Então, tiramos a coordenação.” Vimos o seguinte: “Como vamos tirar essa coordenação?” Como tinha maior grupo de São Paulo e maior grupo do Rio de Janeiro: “Vamos tirar a coordenação Rio de Janeiro - São Paulo.” Então, uma coordenação interestadual: três de São Paulo e três do Rio de Janeiro. Os três de São Paulo eram o falecido Hamilton, o Eduardo de Oliveira e a Inês – eu não me lembro o nome dela todo, mas depois vou pegar com... E o Rio de Janeiro, isso foi que deu uma complicação danada. Porque a Lélia tinha uma certa em relação a nós, eu e Amauri. As pessoas, como viam a gente atuar sempre muito bem organizado, na cabeça das pessoas, nós éramos elementos de uma determinada organização política, que eles não conheciam, e que [riso] estava querendo influenciar o movimento. Todo mundo ficava sempre com o pé atrás... E não era nada daquilo: é só porque a gente procurava atuar mais organizados. Então, escolheram os três do Rio de Janeiro.

V.A. – Quem eram?

Y.F. – Então, para escolher os três do Rio de Janeiro foi que deu um problema danado. A proposta da Lélia, com que todo mundo concordou que a Lélia fosse escolhida. Depois fizeram a proposta da Veramara, porque ela fazia parte do Núcleo Negro Socialista – ela não tinha nada de trotskista, mas fazia parte do Núcleo Negro Socialista, por falta de uma entidade para ela participar; porque ela era da SINBA, depois saiu. E ficou o terceiro nome: a Lélia propôs a Elisa. “Porque as mulheres...”

V.A. – Já tinha duas...

Y.F. – Pois é. Aí, o Amauri: “Isso não é possível. É uma coisa que não vai dar certo.” Eu falei: “Amauri, o problema é o seguinte: você observa que as pessoas já vêm com o pé atrás em relação a nós. O que nós podemos fazer? A proposta foi feita por nós. As pessoas não tinha proposta nenhuma, nós fizemos a proposta. Se eles já estão fazendo

isso agora, vai ser até pior mais à frente. Mas, vamos ver.” O pessoal: “Está bom, então, a Elisa.” Mas tinha uma garota, que tinha, naquela época, 14 anos, a Simone. Ela morava aqui no Itararé. A Simone, 14 anos, olhou e falou: “O que é isso? Que organização nós estamos criando? Não é possível! Nós estamos criando uma organização de negros, fizemos questão de colocar a identidade de negro. Como é que vocês sugerem colocar uma branca e, além disso, norte-americana? Nem no Brasil ela vai ficar! E vai deixar o Amauri – que era o Amauri Candeia – de fora. Eu não posso aceitar isso.” Aí, gritou... Aí recuaram: “Está certo, a Simone está com a razão.” Recuaram... Aí, a Lélia, para não perder embalo, o queria propor a Dulce Vasconcelos, que era do SEBA[?]. Falaram: “Não, espera aí. Já tem duas mulheres, Lélia, está faltando um homem. Duas mulheres? O que é isso? O pessoal de São Paulo foi bem equilibrado. São Paulo tem dois homens e uma mulher; aqui já tem duas mulheres, vamos colocar um homem.” Ela não gostou muito... Aí, o Amauri entrou. Ficou, aqui no Rio de Janeiro, Lélia, Amauri e Veramara. Outro dia mesmo, está falando até com a Elisa sobre isso. Ela falou: “Pô, Yedo, é isso mesmo.” Depois, a própria Elisa falou: “Ela está com a razão. Porque eu embarco terça-feira – isso era em um domingo –, vou embora para os Estados Unidos.” E Abdias veio e falou a mesma coisa: “Não, gente, nós vamos embora para os Estados Unidos. O máximo que nós podemos ser é representantes do MNU nos Estados Unidos. Nós sabemos quando vamos voltar para cá. Não faz sentido. Está correto. A menina está com a razão...” Então, foi aprovado e ficaram os três. Então, a coordenação interestadual, formada por seis pessoas.

Então: “Há proposta de carta de princípios e proposta de estatuto.” Novamente a mesma coisa. **[Incompreensível]** proposta, coisa nenhuma. Aí, o Amauri “Já que eu vou fazer parte da comissão, vamos propor o estatuto. Fazer um esboço da carta de princípios e o projeto de estatuto, que nós vamos discutir na comissão...” Falei: “Tudo bem.” Aí falei: “Pô, vem cá, é uma organização nacional e eu realmente não tenho, assim, uma noção de como nós vamos poder fazer essa organização nacional.” E eu pensando como seria... Falei: “Bom, vamos ver. A gente vai ter, pelo menos, que ter uma noção de uma organização nacional.” O que, aliás, é um fenômeno que existe no Brasil: não tem associação nacional, todas as associações são locais. No direito brasileiro não tem associação nacional. É uma coisa engraçada. O [MNU] foi descobrir isso há pouco tempo.

V.A. – Mas profissionais tem, não é? Associações nacionais de profissões. Por exemplo, de historiadores... A gente tem associações de profissões.

Y.F. – São criadas associações de âmbito nacional. Isso até alguns sindicatos tinham, sindicatos de âmbito nacional. Mas associação nacional, com representações nacionais [regionais] e com uma representação nacional, semelhante a partido político, não tem. Esse tipo de associação, não tem no Brasil; isso não é previsto no direito brasileiro. Então, nós tínhamos que ver isso, porque não seria uma entidade de âmbito nacional, com representações nos estados, seria uma entidade...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

Y.F. – Porque não se tinha essa noção de se fazer a [associação] nacional. Porque o exemplo que nós temos é o da França, o da Itália, que não tem, como existe no Brasil, estados e, em cada estado, tem a sua representação. Então, fica muito difícil. Porque, na França, são províncias, é diferente. A Itália também. É muito difícil. Então, a gente não tem exemplo, em termos de partido. Assim que os partidos foram criados... E mesmo assim, eles ainda continuam sendo regionais, passados mais de setenta anos, eles continuam. E associação, então, nem se fala. Não tinha mesmo. Falei: “Pô, Amauri, vamos pegar o exemplo de uma organização política, que vai ser mais fácil. Porque a organização política tem, pelo menos, uma estrutura – embora muitas organizações políticas não sejam nacionais – mais assemelhada à associação. Não é um partido e é mais próxima do que nós queremos. A gente tem que ver como nós vamos fazer.” O Amauri falou: “Espera aí, eu me lembro que eu vi um estatuto da Frelimo.” “Onde?” “No Afro-asiáticos.” “Vamos ver se a gente pega lá.” Fomos lá para o Afro-Asiáticos, que era na...

V.A. – Em Ipanema, ainda?

Y.F. – Em Ipanema. Aí, eu vi, lá, falei: “Está legal, está bom.”

V.A. – Deixa eu fazer uma pergunta. Esse estatuto, então, não tem nada a ver com aquele que o senhor escreveu no jornal de madrugada?

A.P. – Aquela foi a proposta de organização...

Y.F. – Não, aquela foi a proposta de organização.

V.A. – Agora, é um estatuto de verdade.

Y.F. – Tinha que ter um esboço de estatuto, um anteprojeto de estatuto. Porque, se as pessoas não tinha noção de fazer a estruturação, quanto mais um estatuto. Principalmente, de âmbito nacional. Procuramos fazer a proposta de estatuto...

V.A. – Foram ver o da Frelimo, lá na Cândido Mendes.

Y.F. – Isso. Aí, pegamos, tiramos, adaptamos mais ou menos para o Brasil. E a carta de princípios, vimos a partir do exemplo da ONU. “Vamos pegar o exemplo da ONU.” Pegamos.

V.A. – E aquela carta de princípios?

Y.F. – Qual?

V.A. – Que vocês tinham escrito, também, naquela noite?

Y.F. – Não, nós não escrevemos a carta de princípios. Nós fizemos uma proposta. Nós falamos: “Tem que ter uma carta de princípios.” Mas ninguém tinha coisa nenhuma, nem nós mesmos tínhamos. Depois, quando Amauri foi para a coordenação, teria que discutir alguma coisa em nossa coordenação. Aí, o Amauri viu o seguinte: “Eu tenho que ir lá com, pelo menos, alguma coisa na mão.” Porque, dependendo do Hamilton e do resto das pessoas, ninguém ia apresentar nada, como, de fato, não apresentaram.

V.A. – A carta de princípios foi baseada na carta da ONU?

Y.F. – Exato. Baseada na carta da ONU. Então, nos baseamos na carta da ONU e fizemos uma carta de princípios mais próxima à nossa realidade. E o Amauri levou, então, para discutir. Passaram-se três meses discutindo essa carta de princípios e o estatuto. Bom, passaram esse período, que foi de julho a setembro, discutindo o estatuto. Então, marcou-se a assembléia nacional – aí, foi nacional – do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, dia 9 de setembro, no Rio de Janeiro. E nós ficamos responsáveis, eu e Amauri, por organizar essa assembléia, aqui no Rio de Janeiro. Fomos organizar no IPCN, porque o IPCN estava esvaziado, com aquela divergência que tinha acontecido, as brigas internas, aquilo tudo... Quem estava presidindo o IPCN era o Jorge Cândido, que faleceu recentemente – Jorge Cândido da Luz Francisco da Costa. Eu sempre guardei o nome dele porque eu falava: “Você tem três nomes próprios, aí, não é, Jorge?”

V.A. – Jorge Cândido da Luz Francisco da Costa?

Y.F. – É, porque o Francisco da Costa é de uma família que ajudou a criá-lo. Então, ele acrescentou ao nome dele. Eu sempre fazia uma brincadeira com ele, dizia: “Você tem **[incompreensível]**, então fica somente Francisco da Costa.” Bom, ele estava presidindo o IPCN porque, em uma das assembleias de briga do IPCN, ele era o presidente da assembléia. E o Almir era o secretário da assembléia. Naquela briga toda, o esvaziamento, o pessoal que era associado foi se afastando, afastando... Até que a assembléia ficou esvaziada também. E o Jorge Cândido não aparecia no IPCN de forma nenhuma. Sumiu do IPCN e ficou só o Almir, que foi morar lá, tomando conta do IPCN. Nós fomos, então, pedir para que fosse feita essa assembléia lá no IPCN, até para ajudar o IPCN, que estava passando por aquela crise e tal. O Almir concordou... Quem foi que discordou? Teve uma pessoa que discordou. Não estou lembrando agora. Bom, então fomos marcar a assembléia. E o Amauri estava discutindo nessa comissão, durante esse período, para apresentar nessa assembléia um projeto de estatuto – passar de anteprojeto para projeto – e o esboço da carta de princípios. Adicionaram outras coisas, melhoraram a carta de princípios e a original é, praticamente, essa que está aí. A carta de princípios que foi de onde passou a existir a discussão [com o pessoal]. O estatuto foi que teve um problema sério. Porque a comissão aceitou apresentar o estatuto em assembléia, no dia 9. Só que o pessoal de São Paulo, com receio, novamente, de que eu e Amauri

quiséssemos ser hegemônicos, já que nós estávamos propondo tudo – só que nós estávamos propondo porque ninguém propunha coisa nenhuma: a gente propunha e ganhava porque não tinha nada –, resolveram discutir um outro estatuto, fizeram um outro estatuto. Quando chegou no dia da assembléia, eles vieram com o estatuto debaixo do braço. Falei: “Espera aí, existia uma comissão que nós aprovamos para discutir o estatuto...” “Não, mas nós aprovamos um outro.” “Tudo bem. Vamos discutir.” Porque tinha uma diferença fundamental entre os dois estatutos: até questão política de princípios. Por quê? Porque uma das coisas no estatuto que nós tínhamos apresentado e que foi, na assembléia, posta em discussão, eles acabaram passando o rodo. Eu e Amauri fomos praticamente massacrados. Eles propuseram, então, que o estatuto a ser discutido era o que eles tinham aprovado lá em São Paulo. A Lélia concordou, a Veramara concordou, o Hamilton também, o Eduardo de Oliveira... Só quem ficou do lado do Amauri, praticamente, foi a Inês, porque a Inês era muito mais ligada ao SECAN, que tinha um bom relacionamento conosco, mas o resto ficou contra o Amauri. O Amauri ficou praticamente sozinho para apresentar o estatuto e, com isso, ficou o outro estatuto ao invés do que estávamos apresentando.

O nosso estatuto dizia o seguinte: o MNU tem que ser mobilizador. No estatuto deles, dizia que o MNU tinha que ser reivindicativo. E essa discussão, embora pareça uma coisa simples, é uma questão teórica, de princípios. Se ele é reivindicativo, não propõe coisa alguma, fica apenas no âmbito de fazer reivindicações. E nós dizíamos que ele teria que ser mobilizador, na medida em que vimos que ele teria que trabalhar com a massa da população negra. Não simplesmente reivindicar os direitos de uma elite negra – que era o que a gente colocava, na época –, e sim, mobilizar a massa da população negra para reivindicar, porque ela está no subemprego, está favelizada... Mas eles não tiveram essa compreensão, não quiseram, não concordaram, passaram por cima. E essa discussão foi que deu o racha. Porque nós víamos uma coisa: nós falávamos que “o problema do negro brasileiro é o problema da maioria dos negros do Brasil”. Até o [Carlos Azembaud] falava: “Pô, vocês querem uma tautologia.” [riso] “Não, nós queremos uma coisa que nós vamos seguir. O problema não é individual, nosso; é o problema da massa da população...” “Então, vamos colocar isso lá, mesmo.” Colocamos, não concordaram, fomos derrotados nisso. E fomos observar que as nossas propostas, todas elas, eram derrotadas; mesmo aquelas que nós achávamos que estavam mais próximas às deles. Isso nos levou a observar... “Olha, não vai dar pé. O ambiente

mudou, começou a divergência...” No próprio dia, alguns se afastaram. E o grupo que ficou defendendo alguns princípios entre os que nós tínhamos apresentado foi: eu, Amauri, o Ivair, Henrique Cunha Jr, o Edson, a Aparecida – Cida –, os irmãos Prudente... Nós ficamos defendendo sozinhos, mas eles eram maioria, então ganharam. E surgiu, aí, com o estatuto e a carta de princípios, podemos dizer que ficou consolidada a fundação no MNU. Que veio do dia 18 de junho, passou para 7 de julho, 23 de julho, 9 de setembro. E esse ciclo vai se fechar no dia 4 de dezembro – me parece, ou 4 de novembro, vou ter que me lembrar dessa data – em que ele faz a primeira assembléia na Bahia. Onde? No Instituto Cultural Brasil-Alemanha da Bahia [riso].

A.P. – Interessante!

Y.F. – Interessante. O Luís Alberto, deputado federal, se articulou para que essa assembléia fosse lá. Aí, deu-se a fundação do MNU. Esse foi o ciclo da fundação do MNU. Praticamente cinco dias, cinco momentos em um processo de fundação. Nós nos afastamos no dia 9, vimos que não dava pé e pedimos afastamento, porque estávamos vendo que ali estava se criando uma questão pessoal referente a nós. Então, não dava para a gente continuar em um local em que a gente estava vendo que a gente não ia ter oportunidade de apresentar coisa nenhuma, até porque as pessoas não queriam proposta nenhuma. Falamos que nós íamos nos afastar, a SINBA ia sair daquela articulação do MNU. Diga-se de passagem, a SINBA se afastou, o SECAN praticamente não tinha entrado, as outras entidades também se afastaram... Não ficou mais nenhuma entidade. O MNU ficou apenas com pessoas que foram surgindo, e que não eram de entidade nenhuma, igual a Veramara, a Lélia... Daí ficou o MNU, Movimento Negro Unificado.

V.A. – Como se fosse mais uma entidade.

Y.F. – Mais uma entidade do movimento negro. Ao invés de ser uma entidade que agregasse todo mundo... Que também não era a proposta, que as pessoas não tinham isso na cabeça. Alguns pensavam: “O MNU deve ser para coordenar as atividades das entidades.” Mas não tinha aquilo trabalhado na cabeça. O Hamilton propôs que deveria ter centros de luta, que seria uma proposta boa se ele tivesse formulado corretamente, mas ele não formulou. Então ele colocou: “Centros de Luta!” Uma das coisas que o

[incompreensível] falou para o Hamilton: “Hamilton, centros de luta onde? Centros de luta dentro das próprias entidades do movimento negro não faz sentido.” Eu falei: “Até porque, como nós vamos criar centro de luta dentro da SINBA? Somos eu e o Amauri, só. Não faz sentido criar centros de luta aqui.” “Não, mas depois a gente **vê[?]** na discussão, no processo...” Aí se perdeu. Era uma proposta boa, porque, na verdade, o centro de luta – na época, na nossa compreensão – deveria ser em todas as entidade, de manifestação cultural principalmente, em todas as entidades de negro. Escolas de samba – por isso que tinha um pessoal da Federação das Escolas de Samba de Santos –, casas de candomblé, todas essas manifestações, tivessem centros de luta. Mas não se conseguiu formular isso, estruturalmente... E perdeu-se também.

V.A. – Essa ideia de centro de luta está ligada àquela ideia da reivindicação, de ser um movimento basicamente reivindicatório. Você faz centros de luta para poder fazer as reivindicações. Ou não?

Y.F. – Não. O Hamilton tinha um pensamento dos centros de luta... Porque, como ele era um dos membros da Convergência Socialista, tinha os centros de luta com uma concepção, talvez, igual aos soviets. Isso deve ter passado na cabeça dele, embora ele nunca tenha dito. Mas é bem provável. Fazer agitação, aquele negócio todo – na cabeça do Hamilton devia ser isso. Mas ele não colocou isso para ninguém, então ninguém sabia. Eu tinha a minha concepção de centros de luta e outros nem tinham concepção do que fosse centro de luta. Tanto assim que descartaram: o MNU continuou e não teve mais centro de luta, depois do dia 9. E ficou, então, mais uma entidade. Ficou São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Foram os locais que foram se incorporando. E nós nos afastamos, no dia 9, e voltamos para fazer o nosso jornal SINBA. Daí, para fazermos o jornal SINBA, nos estávamos vendo o seguinte: a SINBA já estava praticamente esvaziada. Depois do processo do MNU – no qual, da SINBA, Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, os mais envolvidos fomos eu e Amauri, e de certa forma o Carlão, o resto do pessoal da SINBA não quis se envolver no processo –, aconteceu um afastamento da parte deles da SINBA. Se afastaram da SINBA, que ficou reduzida a eu e Amauri. Então, fomos voltar a fazer o jornal para ver se reagrupava todo mundo. Quando voltamos para fazer o jornal, pensamos o seguinte:

“Vamos ver se agora vamos ter um lugar para fazer o jornal, porque ficar fazendo no meio da rua não dá. Vamos procurar um local.”

Aí o Carlão falou: “Olha...” Não foi o Carlão, não, foi outra pessoa. Porque o Carlão não queria que a SINBA ficasse no IPCN porque ele achava eram duas coisas diferentes. “Aquele pessoal é estranho...” Foi uma outra pessoa que falou: “O IPCN está lá, vazio, com aquela briga toda...” Aí, eu procurei o Almir e falei: “Almir, eu queria saber... Da gente fazer jornal.” “Ah, tudo bem. Vai ser até bom porque são outras pessoas mais lá no IPCN.” Fomos lá para o IPCN, eu e o Amauri. Ele falou: “Podem ocupar essa sala aí – uma sala que tinha lá nos fundos – para fazer o jornal.” Aí, começamos a fazer o jornal, para sair o segundo número do jornal. Depois, o Almir falou: “Pô, Yedo, você é um dos fundadores do IPCN. O IPCN está nessa crise. Você poderia dar uma contribuição melhor para ajudar o IPCN a sair da crise.” Eu falei: “Está aí! Realmente, não tinha nem passado isso pela minha cabeça. Eu vim aqui mais para fazer jornal, mas tudo bem. Não tem problema nenhum em te dar ajuda. Vamos ver como cai ser possível.” Ele falou: “O que você vai sugerir?” “Não, primeiro eu vou ver.” Ele falou assim: “O problema é o seguinte. O Jorge Cândido nunca mais apareceu. Ele era o presidente da assembléia e tal.” “Então, vamos ver o estatuto para ver como...” O estatuto do IPCN era meio complicado. Falei: “Vamos fazer o seguinte. Vamos chamar pelo menos alguns fundadores, a gente suspende a maioria dos artigos do estatuto, faz uma ata, manda para o cartório, faz uma nova diretoria, depois a gente se propõe a fazer uma reforma do estatuto.” Tudo bem, fizemos isso. Eu até ajudei a redigir a ata, convocamos a reunião de fundadores: compareceu o Paulinho, o De Paula, o Zé Ricardo... Compareceram alguns fundadores, fizemos a ata e suspendemos os artigos e propusemos, então, criar uma diretoria provisória. Quando nós fomos criar a diretoria provisória, apareceu o Orlando, que não tinha aparecido em um bocado de tempo. “Vamos colocar o Orlando, que ele está nesse processo do IPCN há mais tempo, vem acompanhando **[incompreensível]**. Vamos colocar o Orlando como presidente.” Colocamos o Orlando como presidente e o Almir como vice-presidente, o falecido Olímpio como tesoureiro, eu fiquei com a parte administrativa e mais outras pessoas... Em um dos jornais do SINBA, acho que tem a diretoria toda – número dois ou três. Depois tem que ver, talvez o teu pai tenha lá o jornal onde tem a diretoria. Então, essa era a diretoria provisória. O Amauri ficou fazendo o jornal eu fiquei ajudando a reestruturar e, depois, a programar de tal forma que pudesse fazer que as pessoas

voltassem para o IPCN. Eu fui fazer uma programação de debates e uma porção de coisas, que eram realizados toda sexta-feira. Convidamos várias personalidades para ir lá. Entre elas, o D. José Maria Pires, que era o arcebispo da Paraíba; o Brizola, que estava chegando do exílio...

[FINAL DA FITA 5-A]

Y.F. – O Eudes, do PT, que foi junto com o... Ele está com noventa e poucos anos, esqueci o nome dele. Foram lá os dois. Ele foi do Partido Comunista, esteve na Guerra Civil Espanhola, esteve nos [inaudível] na França, esteve na Iugoslávia. Nós ficamos batendo papo durante muito tempo depois que acabou.

V.A. – Depois a gente vê.

Y.F. – É. Depois a gente lembra dele. Então, deixa eu ver que mais foi... O Octavio Ianni e o Florestan Fernandes, nós convidamos, mas eles comunicaram que não podiam ir. Então, fizemos uma série de palestras e, com isso, conseguimos agrupar novamente as pessoas, que vinham participar do IPCN. Aí, começou a participação no IPCN. Até que começou uma divergência em relação ao Orlando. Ele era diretor... As mulheres começaram a divergência, uma briga e tal. Fez-se uma assembléia, destituiu-se o Orlando...

V.A. – Mas, por que essa divergência?

Y.F. – Se perguntar, sinceramente, eu não lembro. Até hoje, eu perguntei ao Amauri: “Afinal de contas, por que se tirou o Orlando?” Não sei. Só sei que tiraram. A assembléia destituiu e formou-se a Diretoria Provisória das mulheres. Eram sete mulheres e um homem só, o Hélio Rosalvo. Hélio Rosalvo era o único homem dessa diretoria provisória. E essa diretoria provisória era feita pela Pedrina, [Oir], a Jurema – mas não é a Jurema Werneck, não, nem tampouco essa outra, é uma outra Jurema –, que era professora de francês, a Abigail... Tenho que me lembrar depois das outras duas mulheres. A primeira coisa que elas fizeram foi expulsar o Almir de lá: “Não vai mais

dormir aqui!” Tiraram o Almir de lá, acabaram com a diretoria do Orlando... E elas assumiram. Ah, sim, a Adélia Azevedo. Já deve ter seis, são seis mulheres.

V.A. – Cinco. Pedrina, [Oir], Jurema, Abigail e Adélia. E o Hélio.

Y.F. – Depois tenho que lembrar da outra mulher. Bom, elas assumiram essa diretoria para dar uma geral no IPCN. Nós fazíamos o jornal, continuamos lá. Eu estava na diretoria, saí, porque eu era da diretoria do Orlando, e voltei a fazer o jornal. Ficamos lá apenas eu e Amauri fazendo jornal. Elas ficaram uns oito ou nove meses, não lembro bem... No final de oito meses, o IPCN estava muito esvaziado, não tinha mais ninguém... Elas fizeram uma reunião, na qual estávamos presentes, e disseram: “Nós já passamos do período, era só nove meses... Vamos embora.” Deixaram a chave em cima da mesa e foram embora. Ficamos eu, o Amauri e a [Suzete] com a chave na mão. Ela falou: “Yedo, o que nós vamos fazer?” “Bom, ir embora também não faz sentido... Se nós formos embora, vai ficar abandonado. E onde é que nós vamos fazer jornal? Então, vamos pegar e ver se a gente levanta novamente o IPCN.”

V.A. – Começa tudo de novo.

Y.F. – Começamos tudo novamente e conseguimos levantar o IPCN. Quando chegou em 83, foi feita uma assembléia eleitoral, muito concorrida, e foi eleito o Paulinho. E eu e Amauri saímos da diretoria.

V.A. – Mas vocês não estavam ainda na diretoria.

Y.F. – Estávamos na diretoria porque, quando as mulheres foram embora, não tinha mais ninguém. A diretoria éramos nós mesmos, não tinha mais ninguém.

V.A. – E elas foram embora quando? Em 79?

Y.F. – Me parece que foi em 79. Nós ficamos praticamente... É isso mesmo. Foi em 79. Nós ficamos 80, 81, 82. Acho que elas foram no final de 79 ou início de 81 [80]. Nós ficamos até 83. Em 83, teve a assembléia e nós saímos. Íamos nos propor a fazer jornal.

Fizemos só o *Frente Negra*. Depois nós não fizemos... Tínhamos um pensamento diferente, eu e Amauri, veio a primeira divergência entre mim e ele, por questão de pensamento sobre que linha deveria tomar. E, daí, ficamos apenas na SINBA; de vez em quando, se reunia, já com outras pessoas, mas não mais com o nome de SINBA. E praticamente acabou esse período do SINBA, acabou o período do IPCN e o MNU na sua trajetória.

V.A. – Essa assembléia que elegeu a nova diretoria, em 83, era outra facção. O senhor tinha divergências?

Y.F. – Nós tínhamos divergências.

V.A. – Por que os senhores não se integraram nessa chapa?

A.P. – [Inaudível]

Y.F. – Não nos integramos pelo seguinte. Eu já tinha até falado para o Amauri: “Amauri, vamos fazer o seguinte. Eu, pelo menos, estou vindo há mais de cinco anos, sempre na direção. Um desgaste danado. Principalmente em direção de entidade movimento negro, que não tem dinheiro, não tem recurso, não tem coisa nenhuma; praticamente tem que botar dinheiro do nosso bolso. Nós que fizemos algumas obras lá, com grande sacrifício...”

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

Y.F. – Então, o processo da fundação do MNU ficou certo...

V.A. – Não, eu ainda tenho perguntas a fazer sobre isso.

Y.F. – Então, temos o processo de fundação do MNU, que você tem pergunta; o embasamento do IPCN – teve a fundação do IPCN, depois vai se esvaziar –, e o embasamento da SINBA. Esses três. Depois de 83, eu e o Amauri ficamos quase como uma oposição dentro do IPCN.

V.A. – O senhor estava falando, o tempo todo na diretoria, era cansativo...

Y.F. – Para mim, exato. O Amauri achava o seguinte: “Vamos fazer uma chapa nossa para concorrer na eleição de 84.” Porque, na de 83, nós estávamos realmente cansados, então passou a de 83. Em 83, tinha muita gente, tinha duas chapas. Então, nós decidimos: “Vamos deixar um tempo, depois nós voltaremos com outra.” Quando chegou, para 84, eu falei: “Não, Amauri, não estou a fim de voltar. Para mim é cansativo. Acho que nós temos que dar outro tipo de contribuição.” Até porque já tínhamos feito a primeira marcha, a primeira passeata.

A.P. – Foi em 83?

Y.F. – 83. Tem uma fotografia: eu e o Amauri nessa passeata, tirada pelo Jacques. Não sei onde está essa fotografia, não sei nem se eu perdi.

A.P. – E qual foi essa marcha?

Y.F. – Ah, não lembro.

A.P. – Não tem...

Y.F. – Teve nome, sim, mas eu não lembro. Depois você tem que ver com o Amauri...

A.P. – Onde foi a passeata?

Y.F. – Foi uma passeata no mesmo trajeto, da Candelária a...

A.P. – A Zumbi.

Y.F. – Não! Candelária a Cinelândia.

V.A. – Agora, eu tenho uma pergunta em relação a essa eleição de 1983, em que o senhor disse que havia duas chapas. A minha pergunta é a seguinte: o IPCN estava vazio depois que aquelas mulheres deixaram a chave na mesa, como é que, em 83, tem duas chapas e é uma eleição tão disputada? Não entendo.

Y.F. – Exato. Justamente por causa disso. Porque, durante um período, as pessoas tiveram a mim e ao Amauri como pessoas que estavam no movimento negro, que deviam pertencer a alguma organização, eram indicados para esse meio... Então, as pessoas tinham um certo receio. No IPCN, nós lançamos o Caderno SINBA *O movimento negro e as eleições* e, principalmente para o Paulo Roberto – na cabeça dele – nós já tínhamos tomado o IPCN. Enquanto o Almir estava lá, o Almir contrabalançava. Mas o Almir não estava mais. Quer dizer, o IPCN ficou na nossa mão. Então, o pessoal da SINBA, o pessoal do Yedo e Amauri – eles sempre falavam isso, porque já tínhamos constituído um grupo; tinham vindo o Gil, a Cecília, Zoilda, a Veríssimo e mais outras pessoas; já tinha um grupo até considerável – estavam sempre junto conosco e votavam sempre com a gente nas assembleias que a gente fazia lá no IPCN. E o Paulo Roberto viu que deveria concorrer nas eleições para poder tomar o IPCN, retornar ao IPCN. E ele mobilizou... Eu tenho que lembrar o nome dessa outra pessoa, porque houve uma coisa engraçada: essa pessoa se candidatou ao IPCN – não era sócio do IPCN, se tornou sócio; eles mobilizaram muita gente para entrar como sócios do IPCN; ele só foi no dia da eleição e eu nunca mais encontrei com ele. [riso] Até perguntei para o Amauri, a gente nunca mais encontrou com ele, em lugar nenhum. Eu, pelo menos, nunca mais encontrei. Ele era um sociólogo negro, estudava até com o Zé Maria, mas não era muito **[incompreensível]**, ele sumiu.

V.A. – Ele perdeu a eleição.

Y.F. – Perdeu a eleição para o Paulinho. Paulinho ganhou. E havia o seguinte: o estatuto não previa o tempo[prazo] de filiação, então, até o dia da eleição estava chegando gente para se filiar e participar da eleição. Nós conseguimos ir fazendo a filiação. Eu me lembro bem que a Denise ficou até tarde batendo as fichas de pessoas que estavam se filiando. O IPCN tinha cerca de oitocentos e poucos associados, que vinham desde 1975; para essa eleição, apareceram mais de quatrocentas pessoas – passou a mil

quatrocentos e tantos associados. A gente não estava entendendo aquilo, mas também não estava questionando. Todo mundo estava querendo ser associado, então tudo bem. Todo mundo para participar das eleições, tanto assim que depois sumiram, nunca mais voltaram.

V.A. – E iam votar nessa outra pessoa? Nesse outro sociólogo?

Y.F. – Votaram. Votaram nele...

V.A. – Esses quatrocentos eram para votar nele?

Y.F. – Não, votar no Paulinho e votar nele.

V.A. – E essa pessoa surgiu do nada e foi-se embora? Que coisa esquisita!

Y.F. – [Riso] Essas coisas que acontecem: surgiu do nada e depois sumiu. Ele se candidatou... Não devia se candidatar, porque... Mas nós não proibimos isso no estatuto, o estatuto não dizia isso – tempo de carência nem nada. Então, se candidatou e pronto.

V.A. – O senhor se lembra quantos votos ele e o Paulo ganharam?

Y.F. – Não me lembro. Deixa ver... Como teve várias pessoas que participaram disso, com a memória até melhor do que a minha, talvez eles lembrem: o Amauri pode lembrar, o Denise pode lembrar, a Cecília pode lembrar, o Gil talvez lembre... Como a Denise é a pessoa que mais guarda coisas de memória, eu vou até perguntar a ela se ela lembra mais ou menos o número de votos – inclusive porque ela participou da mesa de apuração de votos. Eu sei que foi um número expressivo...

V.A. – Então é mérito seu e do Amauri, porque o IPCN estava às moscas, vocês ergueram a instituição a ponto de haver uma disputa eleitoral...

Y.F. – Disputa eleitoral. E, a partir dali, até o final do Januário, o IPCN era realmente um local de referência.

A.P. – Chegou a ser considerada a maior instituição do movimento negro no Rio de Janeiro.

Y.F. – É. E de referência internacional. Todo mundo sabia... IPCN, IPCN, IPCN.

V.A. – Até Januário é quando?

A.P. – Mil novecentos e noventa e...

Y.F. – Veja aí. Mil novecentos e noventa e pouco.

A.P. – 1991. Na próxima eleição, Amauri entra, como presidente. Até 91.

Y.F. – Exato.

V.A. – Bom, deixa eu voltar um pouquinho aqui, que eu tenho umas perguntas.

Y.F. – Veja as perguntas.

V.A. – Uma das perguntas é sobre uma coisa que o senhor falou na entrevista passada. O senhor estava dizendo que, no seu ponto de vista, a repressão ao movimento negro não existiu enquanto tal, que, quando as pessoas eram reprimidas, geralmente era por causa de sua vinculação a movimentos de esquerda.

Y.F. – Isso.

V.A. – E que isso teria sido uma opinião do Abdias e, quando ele externa essa opinião, o senhor discorda dele.

Y.F. – Eu discordo dele.

V.A. – E o senhor disse, na entrevista passada, que, na fundação do MNU o senhor percebeu isso, que não havia repressão ao movimento negro... Mas o senhor não chegou a explicar por que a fundação do MNU revelou isso ao senhor. O senhor não explicou porque nós mesmos interrompemos, passamos para outro assunto e não deu tempo.

Y.F. – Deixa eu te dizer. Para fazer o ato público... Eu coloquei que esse foi o primeiro ato público depois do AI-5. As pessoas tinham receio de ir para a rua, fazer um ato público: era uma coisa que... Principalmente alguns, que eram anteriores a 64 – a maioria era de jovens que estavam vindo do período de 70 –, como eu, geralmente o pessoal de São Paulo, vimos o seguinte: “É melhor, para nós não sermos reprimidos, pedirmos autorização para fazer ato público. Porque, antes, tinha que pedir autorização, agora, mais ainda, porque estamos em período de ditadura. Vamos fazer uma solicitação dessa forma.” Alguns concordaram, outros não concordaram, mas se fez. Fez-se um requerimento pedindo autorização para ser realizado o ato público. Um requerimento, pelas entidades, já que era o Movimento Unificado contra a Discriminação Racial – não tinha “Negros” ainda. Então, as entidades assinaram para fazer aquele ato. Não sei se a entidade do Clóvis Moura assinou, que era o Ibea, Instituto Brasileiro de Estudos Africanos – Estudos Africanos ou Estudos Africanistas, não sei se é isso, sei que era Ibea. Sei que assinaram algumas entidades, solicitando a realização desse ato. Não houve resposta, eles não responderam.

V.A. – Essa solicitação foi feita a quem? Ao Dops, não?

Y.F. – Ao Dops. Departamento de Ordem Política e Social, Dops. Foi feito ao Dops o pedido, solicitando, aquele negócio todo... Não deram resposta. Esse requerimento foi feito no dia vinte e poucos de junho...

V.A. – Depois do dia 18.

Y.F. – Isso. E até o dia 7, não veio resposta nenhuma. Mas antes, no dia 7, de manhã, me parece que foi o Eduardo Oliveira e o Leite[?] – tem que confirmar, não me lembro bem quem foram as pessoas – foram ao Ordem Política e Social para saber a resposta do requerimento. E, lá, disseram: “Ainda não foi despachado coisa nenhuma...” Por coincidência, parece, que tinha um policial que era conhecido do Leite – por causa de

baile de [entidade], aquele negócio todo – e chamou o Leite, perguntou o que a gente estava fazendo lá... Ele explicou: “Viemos aqui para apanhar o requerimento.” “Vem cá, vamos conversar.” Chamou o Leite e falou: “Eles não vão dar autorização coisa nenhuma, mas vocês façam o ato de vocês, não tem problema...” A gente ficou: “Pó, vem cá, nós vamos fazer o ato, vamos ser reprimidos.” “Não vão reprimir! Pode fazer o ato. Não se preocupem mais com requerimento. Até porque eles não vão dar, mesmo. Façam. Não vai ter repressão, não vai ter nada.” Ele falou: “Bom, então vamos arriscar.” Também não podia fazer outra coisa, porque já tínhamos feito propaganda... Isso foi de manhã.

Na hora do ato, ficou aquele negócio: “Vai vir a autorização aí. O Leite e o pessoal vão trazer a autorização...” E fez-se o ato. O Leite chegou, participou do ato: “Não peguei autorização, não conseguimos autorização.” Então, nós fizemos o ato sem autorização.

A minha análise. Por quê? Se o Brasil era uma democracia racial – como todo mundo dizia naquela época –, não existe racismo. Se não existe racismo, não faz sentido ter negros denunciando racismo. E se não existe racismo, um órgão do Estado não pode dar autorização para uma coisa que não existe. Então, o policial: “Não existe racismo no Brasil, nós somos uma democracia racial, como é que nós vamos dar autorização para uma coisa que não existe? Então, não vamos dar.”

V.A. – Esse policial amigo do Leite era negro?

Y.F. – Acho que não. Não era não, porque nem participava de coisa nenhuma. Era branco. Era amigo do Leite por causa de questão de baile. Não veio autorização nenhuma. Analisando, está correto. Porque, se desse, seria reconhecer que existia uma coisa que o próprio Estado brasileiro falava que não tinha.

V.A. – E o senhor, na sua experiência de militante do movimento negro, em diferentes entidades, o senhor percebeu, alguma vez, a repressão ao movimento negro em si?

Y.F. – Nunca percebi repressão. Embora nós tivéssemos percebido pessoas que chegavam no movimento, a gente via pessoa pela primeira vez e, depois, a gente nunca mais via a pessoa. Aconteceu até uma coisa interessante, na época que nós estávamos na

direção do IPCN: tinha um fotógrafo que chegava lá e saía tirando fotografias. Tirou fotografias várias vezes... Um dia, o Amauri me chamou: “Engraçado! Esse cara... Eu estou desconfiado desse cara. Esse cara deve ser cana.” Eu nunca me preocupei com isso; falei: “Ué, por quê?” “Pelo seguinte: ele faz questão de tirar fotografias, não do ato... Se tem um ato ele não se preocupa em tirar fotografias do ato ou da palestra que nós estamos dando, ele procura tirar fotografias das pessoas. Ele focaliza sempre as pessoas.” “Eu não estou percebendo. Vou passar a perceber.” Passou.

Em um sábado, nós estávamos lá – sempre tinha uma palestra na parte da tarde – e ele estava lá também, com a máquina fotográfica. Eu estava sentado e ele estava em pé, conversando com o Amauri. Foi quando chegou um rapaz que era cabo da Polícia Militar e que morava na casa ao lado do IPCN. Deu um problema no telhado e ele foi lá para falar: “Vim aqui falar com vocês, porque deu um problema, parece que quebrou telha, está entrando água lá. Acho que é de vocês...” Daqui a pouco, ele olhou para o cara e disse: “Ô, fulano! O que você está fazendo por aqui?” O cara ficou todo sem jeito... Ele também ficou sem jeito, porque viu a reação. Aí, disfarçou. Eu fiquei sem jeito, Amauri também, todos nós ficamos... “Ah, tá, depois você vê aí a obra, se é possível vocês fazerem...” Foi embora. Ficamos eu, Amauri e esse cara. Daqui a pouco, ele saiu: “Eu vou embora. Depois eu venho aí, para vocês verem as fotografias...” Nunca mais apareceu.

V.A. – Ele vendia as fotografias?

Y.F. – Não.

V.A. – Ele era fotógrafo e entregava...

Y.F. – Não. Ele tirava fotografia e só. E nós nunca nos preocupamos de pedir as fotografias. Se pedisse, não ia adiantar, porque ele ia ficar com o original. Aí, um dia, nós encontramos esse cabo. Ficamos conversando, eu perguntei: “Vem cá, você conhecia aquele rapaz?” “Não, aquele rapaz é sargento do Exército. Eu o conheci quando fui fazer um curso – não disse o lugar – e ele estava lá. É sargento do Exército.” “Estava ele aqui tirando fotografia. Sargento do Exército?” “É, sargento do exército.” “Porque a gente nunca mais o viu... Ele ficou de trazer fotografia para a gente.”

A.P. – Isso foi em que período?

Y.F. – Foi em 79 para 80.

A.P. – Porque o senhor disse que não recebia repressão. Na marcha de 88, contra a farsa... Já é outro momento...

Y.F. – É um outro momento.

A.P. – O senhor acha que aquela repressão tinha um outro sentido que não político?

Y.F. – Não...

V.A. – Deixa ele acabar de contar essa história do fotógrafo.

Y.F. – A do fotógrafo ficou nisso. Então, nos conseguimos, com esse cabo, saber que ele era um sargento do Exército, provavelmente do Serviço de Informação do Exército. Agora, uma vez, apareceu um outro, que também apareceu uma vez só e nunca mais apareceu. Sentou... Eu estava conversando com o pessoal sobre os movimento negro, os movimentos lá na África, o movimento nos Estados Unidos contra o racismo... Isso era em 81, 82. No final, ele falou: “Olha, eu vou dizer um negócio para vocês. Eu sou do Serviço Nacional de Informação. Estou dizendo isso para vocês, negros como eu, para que não tenha nenhuma dúvida sobre uma pessoa que está aqui presente.” A gente falou: “Não, não tem problema nenhum...”

[FINAL DA FITA 5-B]

Y.F. – “(...)Minha pessoa que está aqui presente”. Aí a gente falou: “Não tem problema nenhum. Aqui dentro do IPCN, pode participar qualquer negro que venha aqui. Aqui nós só lutamos contra o racismo. Se você for contra o racismo, companheiro, você está... Aqui nós estamos de braços abertos, você vai participar... Não tem discriminação, não tem coisa nenhuma. Nós não perguntamos as pessoas de onde elas pertencem, se

são disso ou daquilo... Não. Aqui é para lutar contra o racismo. É só isso. Essa casa foi comprada com esse objetivo e nós estamos cumprindo o objetivo desta casa.” Ele falou: “Está bem, muito bem. Gostei disso que vocês estão falando...” Ele foi embora e nunca mais apareceu. Nunca mais o vimos também.

E um outro que apareceu na marcha de 1988. Ele apareceu. Eu até tinha falado para o Amauri. E ele aparece no vídeo, no vídeo que foi feito pelo Aauto. Um negão forte, agitando... Nunca mais o vimos em movimento nenhum, em coisa nenhuma.

V.A. – Mas ele apareceu na marcha super entusiasmado?

Y.F. – É isso. Isso foi o que chamou a nossa atenção. Quando passou o vídeo, nós vimos: “Espera aí. Quem é aquele cara?” Ninguém conhecia. E ele fazendo a agitação. Se o pessoal forçasse o cordão da polícia, que tinha pessoas do exército também, ia realmente dar uma “carnificina danada”. E o cara estava lá incentivando a turma a fazer aquilo.

V.A. – A turma a fazer?

Y.F. - Claro. Ele estava lá no meio. Não sei porque... O Aauto conseguiu filmar, não sei porque. Geralmente esse pessoal de órgãos de repressão tem muito cuidado. Não sei como é que ele deixou passar. Então, esse está no vídeo.

A.P. – A que se deve essa repressão em 1988, na marcha de 1988, já que o senhor percebe que não há uma repressão em função da questão racial?

Y.F. – Não é, praticamente, questão racial. Foi pelas condições que foram colocadas. O Dom Mauro Moreli, apoiando o Frei Davi, os padres seminaristas negros; ele achou muito interessante ter aquela passeata... Na entrevista que ele deu, ele citou que realmente o negro sempre foi discriminado, e que a passeata seria interessante, porque mostra que o negro serviu sempre de “bucha de canhão” na época do Caxias, e o Caxias se aproveitou... Ele citou o caso do Caxias como poderia citar outro qualquer. Isso chamou a atenção, principalmente, dos órgãos do exército, porque ele citou o Caxias. Então, o exército achou, o general que era comandante da região militar achou que os

negros iam passar pelo panteão de Caxias e, provavelmente, iam jogar pedras, iam fazer uma porção de coisas, aí ele falou: “Então, ali em frente ninguém vai passar.”

Ele proibiu porque achou que a nossa passeata – porque até então, ninguém tinha feito uma passeata Candelária-Praça Onze. Ninguém tinha feito uma marcha nesse sentido.

A.P. – Ia chegar na estátua de Zumbi dos Palmares?

Y.F. – Tinha uma divergência. Eu e o Amauri sempre defendíamos... O Zé Maria falava que aquilo era um absurdo da nossa cabeça, que a gente sempre defendia que estava sendo contra. A gente defendia o seguinte: “Porque nós temos que fazer essa marcha da Candelária para a Cinelândia? Chega lá na Cinelândia, tudo termina em festa, todo mundo vai para o bar, toma aquela coisa, vai para o Amarelinho... Vamos fazer para onde está a massa.” Então, nós defendíamos sempre fazer da Candelária para a Central do Brasil. E nós fizemos essa defesa: Candelária-Central do Brasil. Depois dissemos: “Então vamos esticar até a estátua de Zumbi.” “Aí tudo bem. Então vamos embora. Vamos fazer...” Então esticamos até a estátua, mas o pensamento era até a Central do Brasil. Mas, com o horário, e depois daquela repressão toda, e o horário até chegar na Central do Brasil, então fomos até a estátua de Zumbi, depois voltamos. Aí, as pessoas que gostavam de fazer a marcha Candelária-Cinelândia, quando chegaram na estátua de Zumbi, disseram: “Vamos voltar...” Porque tinham que fazer aquele trajeto... “Vamos voltar, todo mundo para a Cinelândia...”

V.A. – Para acabar no Amarelinho...

Y.F. – Eu falei: “Eu vou embora.” Saí, fui embora. Quando eles voltaram, eu vim até a Almirante Barroso. Quando chegou na Almirante Barroso, eu disse: “Tchau para vocês! Eu vou embora. Vocês querem voltar sempre para o Amarelinho.” [riso] Então, essa marcha foi isso. Foi apenas um mal entendido, a meu ver, do general – que devia ser um truculento qualquer – que achou que o pessoal ia passar e ia... O pessoal nem estava pensando nisso.

V.A. – A outra pergunta que eu ainda tinha, que me suscitou o seu relato, sobre o MNU em São Paulo, foi que o senhor disse que essa primeira reunião em junho de 1978, que ela foi marcada, porque aí já era o início do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, não é isso? Essa de junho, para articularem o ato público, não foi isso?

Y.F. – Deixe-me dizer uma coisa, inclusive eu coloquei que o sentido de organização não existia em termos de aglutinação de entidades, não existia aquilo. O problema todo era seguinte: Existiam muitas organizações para fazer o ato e, evidentemente, colocar na carta aberta – porque tem a carta aberta, não sei se vocês têm a carta aberta que foi lançada. Colocar na carta aberta o nome de todas as entidades seria impossível, porque eram muitas. Dissemos: “Então, como nós estamos aqui unidos, fazendo as coisas, então é o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. Basta só esse nome. Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial contempla todas as entidades.”

V.A. – A minha pergunta é a seguinte: O senhor disse que os senhores aqui tinham contato com as entidades negras. Como que era feito esse contato? A minha pergunta é anterior a própria reunião do dia 18 de junho. Como é que essas entidades dos diferentes estados se conheceram, faziam contato, como é que uma chamava a outra? Diziam: “Olha, vamos ter aqui uma reunião, venham para cá, manda alguém, um representante...” Como era esse contato entre os Estados?

Y.F. – Isso geralmente acontecia... Vamos ver o Rio de Janeiro, entre Rio de Janeiro e São Paulo, que foi o primeiro contato: Geralmente tinha pessoas... O Rodrigues Alves era de Campinas. Tinha parentes lá, e embora ele fosse da época do Abdias... Então, quando vinha uma pessoa conhecida, de São Paulo, do Movimento Negro, chegava e procurava saber se tinha Movimento Negro aqui no Rio de Janeiro. Onde? Geralmente o pessoal falava: “O IPCN. Tem o pessoal do IPCN, tem o pessoal da SINBA.” E essas pessoas entravam em contato. Conforme eu falei, dos norte americanos, dos africanos... Queriam saber: “Onde tem reunião dos negros?” Aí o cara ia lá. E a mesma coisa acontecia com o pessoal de São Paulo. E conseguimos, então, estabelecer, porque o primeiro contato foi entre o pessoal de São Paulo e o pessoal do Rio. E o pessoal de São Paulo chegando no Rio de Janeiro foi falando das entidades existentes em São Paulo. Aí

depois nós íamos lá. O Lincoln era um dos que viajavam muito para São Paulo, ia lá e estabelecia contato. Aí já ficava um intercâmbio. Um dizia: “Procura o Fulano de tal, o endereço é tal...” e a gente ia fazendo.

V.A. – Porque é com muita dificuldade, porque as entidades não tinham um orçamento suficiente.

Y.F. – Não tinha dinheiro nenhum.

V.A. – Tinha um jornal que era vendido nas manifestações...

Y.F. – Não. Não tinha o jornal.

V.A. – O jornal da SINBA, por exemplo...

Y.F. – O jornal do SINBA só vai...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

V.A. – Minha preocupação é essa, porque as entidades não têm dinheiro, elas vão se formando... Como que se forma a rede interestadual? Como as pessoas tomam conhecimento umas das outras, para poder fazer essa mobilização maior, como que é isso?

Y.F. – Tomando conhecimento por pessoas conhecidas que viajavam regularmente para o Rio de Janeiro por causa de parentes, ou para o Rio de Janeiro, ou então, do Rio de Janeiro para São Paulo, e tendo contato, sabendo de entidades que existiam em determinado local, sempre avisava. Chegava aqui e dizia: “Lá em São Paulo tem a entidade tal, na rua tal, eu estive lá conversando com o pessoal...” A gente dizia: “Muito bem. Na próxima oportunidade nós vamos lá.” O sujeito ia lá, entrava em contato... Assim se fazia. Eu mesmo posso me lembrar de várias pessoas que vieram para cá, que eu também nunca mais vi, nem mesmo em São Paulo, mas eles vinham até aqui, conversavam, falavam das entidades que existiam lá em São Paulo e depois até sumiam

de circulação. Existia uma circulação muito grande de negros andando... Porque, uma coisa interessante é o seguinte: Na década de 1970, praticamente não tinha uma participação política, praticamente nenhuma. Os movimentos que existiam eram o Movimento Negro e o Movimento de Mulheres. O resto, os outros movimentos, não tinham. Então, a maioria das pessoas era do Movimento Negro, então, sempre estava em contato um com o outro nesse período, por conhecimento, porque tinha um parente...

V.A. – No caso, essa reunião de 18 de junho, chamaram vocês aqui e disseram: “Olha, vamos fazer uma reunião para um ato de manifestação...”?

Y.F. – O dia 18 de junho, aí nós estamos em 1978. Porque eu estou dizendo o seguinte: Esse início, é início de 1972, 73. Já em 1978, já tinha um relacionamento normal. Já se conheciam, já sabiam, por exemplo: CECAN lá em São Paulo, SINBA aqui no Rio de Janeiro, IPCN aqui no Rio de Janeiro, outras entidades... Porque já tinha sido feito manifestações, atos, e uma convidava a outra, então já ia, já tinha um conhecimento. O jornal SINBA já tinha saído em 1977. Então, já existia esse intercâmbio. Mas antes não. Esse período de 1972, 71, que era o início, então fazia o contato através de parentes e pessoas que viajavam e que tinham conhecimento. Diziam: “Olha, tem tal negro ali...” Vamos dar um exemplo: Tyerno Gay, um senegalês. Ele tinha ido para a Venezuela, da Venezuela ele foi para a Argentina, da Argentina ele veio para o Brasil. Ele estava andando na avenida Nossa Senhora de Copacabana e deu de cara com o Lincoln. O Lincoln, um negro também, que falava muito bem inglês, e o Gay falava também inglês. Aí ele falou: “Eu sou africano...” Porque ele viu um negro, e perguntou: “Como é aqui no Brasil...” Aí começaram a conversar. Aí, o Lincoln imediatamente disse: “Nós nos reunimos, temos os negros que se reúnem...” Ele disse: “Qual local?” Ele respondeu: “Tem lá no Renascença, tem no Afro-Asiático, eu sou da SINBA...” Aí trouxe depois o Gay para o nosso meio. É assim que se fazia. [riso] Encontrava o outro no meio da rua, se identificava... A questão da visibilidade. Viu o outro e dizia: “Vem cá, você é de Movimento Negro?” Se o outro respondia: “Sou.” “Legal” Se ele dizia: “Não sou.” A gente dizia: “Tudo bem. Então deixa para lá.” Era assim: Visibilidade. Então, a maioria, no início de 1971, 72, 73, foi assim. Parentes ou conhecidos que se viam e falavam: “Você é do Movimento Negro?” Se identificavam.

V.A. – Então, eram pessoas já engajadas, já mobilizadas e que estavam antenadas.

Y.F. – Exato.

V.A. – Porque não adianta ter visibilidade se você não consegue ver.

Y.F. – Por isso que eu estou dizendo, geralmente o sujeito perguntava: “Você é do Movimento Negro?” Se ele dizia: “Não, não sou.” Aí o sujeito também não puxava mais conversa: Se não era, não era. “Se eu sou do Movimento? Sou.” Foi até um caso em 1977, eu e Amauri fomos levar o jornal [Incompreensível] para Brasília, o jornal SINBA. Fui eu, Amauri e o Gay, porque o Gay ia aproveitar e ia na embaixada do Senegal. Nós aproveitamos e levamos o jornal. O Amauri falou: “Vamos levar logo 150 jornais...” A gente tinha um endereço. Só que na metade do caminho eu falei: “Amauri, nós vamos entrar em contato com quem?” Ele falou: “Lá tem um pessoal que nós vamos entrar em contato...” Que era um contato que ele tinha pego aqui de um rapaz do Soul que falou: “Lá em Brasília tem o Fulano de tal do Soul. Vocês vão lá para Brasília, entrem em contato com ele...” Deu todo o endereço para o Amauri... Só que o Amauri perdeu o endereço, perdeu... [riso] No meio do caminho. Aí chegamos lá em Brasília, não tinha lugar para a gente ir. [riso] O Amauri veio com aquela cara: “Não é que eu perdi o papel.” Não tinha.

Aí o Gay falou o seguinte: “Como é que vai ser? Vamos lá na embaixada.” Fomos lá na embaixada. Fomos lá bater um papo na embaixada, conversamos com o embaixador... Mas o problema era onde nós íamos ficar. Esse que era o problema, e, evidentemente, não dava para ficarmos na embaixada, ainda mais naquele período. Aí, então, fomos ficar lá na rodoviária até aparecer um negro de Movimento Negro: “Vamos esperar aparecer um negro de Movimento Negro para a gente poder, então...” Porque a gente não podia sair dali, porque eu tinha levado o dinheiro da minha passagem de ida e volta, mas o Amauri só levou o dinheiro de ida. [riso] Levou o dinheiro de ida, só. E o Gay só levou o dinheiro de ida porque o Amauri falou: “Não, lá a gente vende o jornal, pega o dinheiro...” Contava com uma coisa, isso... [risos] Aí, chegou lá e falou: “Como é que vai ser?” Aí, nós três na rodoviária: “Como é que vai ser?” Eu falei: “Bom, eu ir embora e deixar vocês aqui, também não fica bem. Então, vamos ficar nós três aqui na rodoviária até aparecer um negro aí para ver se tem um

Movimento Negro, para ver se a gente pega aí um pessoal enturmado com a gente. Bom, então, esse dinheiro vai servir pelo menos para a gente comer alguma coisa aqui.” Aí o dinheiro, que era para a minha passagem de volta, nós utilizamos para comer pastel com caldo de cana. Até... de lá para cá, nunca mais... [riso] Comemos tanto pastel com caldo de cana, que até enjoiei. Porque era o nosso almoço e nosso jantar. Ficamos de quinta-feira até sábado à noite.

A.P. – Na rodoviária?

Y.F. – Na rodoviária.

V.A. – Dormindo no banco da rodoviária?

Y.F. – É. [risos]

V.A. – Mas e aí, como fizeram?

Y.F. – Pois é. Eu não tinha sono, aí, ficava andando. Daqui a pouco eu olhei, e estava passando, mais ou menos, uns cinco ou seis negros. Duas moças e três rapazes. Eu olhei assim e falei: “Acho que eles devem ser do Movimento Negro. Não sei” Eu perguntei: “Vem cá, escuta um negócio. Eu queria saber o seguinte: Vocês aí conhecem alguém aqui das entidades de Movimento Negro?” Aí, a moça falou – eu não me lembro o nome dela, depois tenho até que pegar –: “Conheço sim. Também participo.” Eu falei: “Ah, é? Porque nós estamos aqui...” Ela falou: “Quem?” Eu disse: “Eu mais os dois companheiros que estão lá em baixo...” Não. O Gay não estava mais lá. Ele conseguiu a passagem para voltar lá na embaixada. Estávamos eu e o Amauri. Eu falei: “Está o companheiro lá em baixo...” Estava lá o Amauri sentado cochilando. “Está lá em baixo.” Ela disse: “É mesmo?”

Tinha o rapaz que era o namorado dessa moça, ele se chamava Faustino, e era da Guiné-Bissau. Ele disse: “Mas vocês estão aqui... Não é possível!” Aí nós fomos contar, aí, sentamos eu, ele, Amauri, ficamos lá conversando, todo mundo. Ele disse: “Mas vocês estão aqui a quanto tempo?” Dissemos: “Nós estamos aqui desde quinta-feira.” Ele falou: “Mas não é possível. Vocês dormiram onde?” Eu falei: “Nós dormimos aqui.” Aí

ele perguntou se a gente queria ir para a Universidade de Brasília. O Amauri falou: “Yedo, vamos.” Eu falei: “Não, Amauri. Não vamos não. Não vamos porque...” Tinha tido uma manifestação lá na Universidade e a polícia tinha reprimido. Eu falei: “Se nós formos para lá, nós vamos ser considerados como os agentes que vieram fazer agitação.” Porque eles iam dizer: “O que vocês vieram fazer em Brasília? Vocês não são daqui. Estão aqui em Brasília, teve agitação na Universidade, vocês estão dentro da Universidade: São agitadores. Nós vamos ser presos Amauri. Vamos ficar por aqui mesmo.” Aí ele falou: “É mesmo. Então vamos ficar por aqui.” Aí eles falaram: “Então vamos ficar aqui junto com vocês, vamos bater papo...” Ficaram, mais ou menos, até três horas da manhã, aí ele falou: “Então vamos fazer o seguinte, amanhã a gente entra em contato e passa aqui para apanhar vocês.” Eu falei: “Então tudo bem. Vocês vão descansar, a gente fica por aqui mesmo...” Aí, quando chegou de manhã, mais ou menos umas oito horas, eles vieram...

V.A. – Do domingo...

Y.F. - Do domingo. Eles vieram, aí fomos para a casa da Luisa – até encontrei com ela agora. Depois de mais de vinte anos, encontrei com a Luisa agora em Brasília. Aí, fomos lá para a casa da Luisa. Ele trabalhava no Banco do Brasil. Ela falou: “Mas vocês...” Dissemos: “Trouxemos o jornal...” Ela falou: “Caramba, o jornal de vocês...” Contamos o fato todo, nosso drama... Foi ela que emprestou o dinheiro para nós voltarmos. Ela falou: “Então eu empresto o dinheiro para vocês voltarem, depois vocês me pagam...” Eu falei: “Assim que eu chegar no Rio de Janeiro, a gente manda o dinheiro de volta para você. Não tem nenhum problema não.” Ela disse: “Então está bom.” Aí ela emprestou o dinheiro, e eu e Amauri voltamos de domingo para segunda. Pegamos o ônibus e voltamos. Aí chegou aqui, eu fui falar com o Célio, porque o falecido Célio era do cartório. Aí o Célio falou: “Yedo, vamos ver como é que a gente vai conseguir esse dinheiro...” Ele também era da SINBA. Ele falou: “Mas não tem problema. Eu vou apanhar com o Paulo...” O Paulo era o oficial de cartório onde ele trabalhava. “...Vou apanhar com o Paulo e depois a gente paga.” Eu disse: “Tudo bem.” Aí fomos lá, e o Paulo disse: “Tudo bem.” Na segunda-feira mesmo mandamos o dinheiro para a Luisa.

V.A. – E os jornais ficaram com ela lá?

Y.F. – Ficaram com ela lá para ela distribuir. Deu, distribuiu... Aí não se pensou mais em vender nem nada, pensamos em distribuir. Porque era mais difícil vender, então era melhor distribuir. Aí distribuíram 150 jornais, me parece. 150 jornais ou 1000 jornais, uma coisa assim... Ou 1500 jornais... Acho que eram 1500 jornais. [riso] Porque o Amauri disse: “Vamos levar bastante porque lá em Brasília...” Eu disse: “Amauri, não vamos levar esse peso.” Acho que foram 1500 jornais, acho que foi isso mesmo...

V.A. – Agora, senhor Yedo, como é que a gente em uma rodoviária consegue distinguir quem faz parte de Movimento Negro e quem não faz?

Y.F. – Pois é. Essa foi a sorte.

V.A. – Como que o senhor...

Y.F. – Não, eu olhei e vi cinco negros e falei: “Deve ser de...” Porque uma das coisas que eu estou colocando é que nós sempre fazíamos o seguinte: “Você é do Movimento Negro?” O sujeito disse: “Não.” Então, não é de Movimento Negro. “Você é de Movimento Negro?” O sujeito disse: “Ah, eu sou de Movimento Negro.” Pronto, está estabelecido o contato.

V.A. – Mas o senhor já reconhecia mais ou menos o tipo da pessoa?

Y.F. – Não, não tinha reconhecimento nenhum. Eu vi cinco negros. Cinco negros juntos: Eu vou perguntar aqueles cinco negros. Como eu poderia perguntar se estivessem dois só.

V.A. – Já tinha perguntado a outros e não tinha dado certo?

Y.F. – Deixe-me ver... Já tinha perguntado, pelo menos, a um rapaz, não sei... Depois também não perguntei a mais ninguém. Esses cinco juntos, foi porque eu resolvi perguntar. Eu falei: “Vou perguntar a esses cinco.” Perguntei, e por coincidência ela era

de Movimento Negro e pronto, estabeleceu a relação, aí falou... Fomos lá, almoçamos bem na casa da Luisa no domingo, tomamos banho... Passamos aquele sacrifício, aquele sufoco todo. Sacrifício, não é? [riso]

A.P. – Essa é só uma das estórias, não é?

Y.F. – Isso. Outras também, “brabas”, mas essa foi a pior de todas. Depois eu falei: “Olha, por favor, você, Amauri, nunca mais me diga que tem um pessoal conhecido nem em Niterói, porque eu não vou atravessar de barca.” [risos] “De jeito nenhum. Nessa aventura eu não vou mais.”

V.A. – E esses encontros regionais? Como é que era a organização desses encontros norte-nordeste, sul-sudeste?

Y.F. – Uma coisa é o seguinte: É uma coisa engraçada, e isso faz parte da minha análise, porque tem uma coisa que eu falo que é o seguinte: é só a participação que a gente faz, e depois uma análise que a gente faz daquilo que a gente participou. Uma análise sociológica daquilo ali. Eu fui vendo o seguinte: Década de 1980. A década de 1980 ficou marcada, justamente, por esses encontros regionais. Não teve esses encontros regionais, assim, na década de 1970, e na década de 90, muito menos. Mas a década de 1980 foi marcada pelos encontros regionais norte-nordeste, sul-sudeste e centro-oeste. Como era feito isso? Eram as entidades querendo se encontrar regionalmente. Começou com o norte-nordeste, as entidades da Bahia até o Maranhão, de vez em quando o pessoal do Pará ia também, o pessoal do CEDENPA, comparecia a alguns encontros norte-nordeste... De vez em quando eles iam, por questão de passagem, não dava... Então eles não foram a muitos norte-nordeste, mas a alguns eles iam. Eles chegaram a fazer cerca de, acho, oito encontros norte-nordeste. Sul-sudeste nós fizemos apenas três. O primeiro foi feito, até com grande apoio, grande apoio não, até na parte de organização, foi com as entidades do Movimento Negro mais a ASSEAF, do Ivanir dos Santos. As reuniões eram na ASSEAF... para fazer o primeiro sul-sudeste. O primeiro foi aqui no Rio de Janeiro e reuniu muita gente, mas foi um fracasso de organização. A organização foi, realmente, um desastre. A ponto de o

pessoal, principalmente de Santa Catarina, vir em um dia e voltar no mesmo dia revoltado com a estadia, com a alimentação... Foi uma tristeza.

V.A. – Quem é que foi o responsável por essa organização?

Y.F. – Para falar a verdade...

V.A. – Ninguém ficou responsável... [risos]

Y.F. – Nós fomos os responsáveis porque nós estávamos em um processo de discussão. Mas há um problema seriíssimo no Movimento Negro: É a questão da discussão política. Isso acontece sempre. Até mesmo agora no aconteceu, na nossa participação no Fórum Social Mundial de 2002. A gente falou: “Vamos participar do Fórum?” “Vamos.” Aí, reúne todas as entidades, aí começam a discutir: “Vamos fazer isso. Vamos fazer aquilo.” Aí discute... Aquelas divergências... Ninguém se lembra de que você tem que ter passagem para ir para o local, você tem que ter estadia para ficar lá, você tem que ter... Ninguém se lembra. Só se lembra na última hora. Aí, na última hora: Onde você vai procurar recursos? Não consegue.

Foi o que aconteceu. Então, na última hora para se conseguir recursos para alimentar aquele pessoal: “Então vamos conseguir onde? Vamos colocar o pessoal no CIEP, para dormir no CIEP.” Muita gente não quis dormir no CIEP: “Dormir no CIEP, de colchonete? De jeito nenhum.” Eram pessoas, inclusive alguns negros que estavam no governo de Santa Catarina, tinham uma certa posição, e diziam: “O quê? Que negócio é esse?” Aí, pronto: Voltaram revoltados. Diziam: “O Rio de Janeiro não pode organizar mais nenhum sul-sudeste, porque o Rio de Janeiro só dá isso...”

V.A. – Mas houve três sul-sudeste. Um no Rio e os outros?

Y.F. – Outro em São Paulo. Aí em São Paulo: A mesma coisa.

V.A. – Mal organizado também?

Y.F. – Mal organizado. Discutiram...

O melhor de todos foi o de Vitória. O de Vitória, no Espírito Santo, foi bom por quê? Justamente porque teve apoio de empresários negros que bancaram, pelo menos, o local. Em termos de alimentação, de local, tudo foi bom. Só o que ficou ruim foi o transporte daqui para lá. O Caó se comprometeu com o transporte, aí, não deu o transporte. Só foi dar o transporte no outro dia. Mesmo assim, porque o pessoal foi lá no escritório dele – ele tinha um escritório lá na rua Franklin Roosevelt. Porque o que acontece é o seguinte: As pessoas ficaram esperando perto do escritório dele lá no Castelo. No IPCN tinha um outro ônibus, que saiu do IPCN, e outro da Baixada. Os dois ônibus – e tinha mais um ônibus fora o do IPCN –, então, os dois ônibus do IPCN... Encheu o primeiro, o segundo tinha vagas, o da Baixada deu para ir cheio, e as pessoas que ficaram perto do escritório do Caó esperando o ônibus, não tiveram ônibus. Era para o do IPCN passar por lá para ver, mais ou menos, para ir todo mundo junto. Mas o pessoal falou: “Vamos direto, depois a gente se encontra na estrada...” E não passou por lá. Então, foi praticamente vazio, o segundo ônibus, que podia pegar o pessoal de lá. E o pessoal que estava lá perto do escritório do Caó ficou lá até, mais ou menos, duas, três horas da manhã. Aí, o Januário passou por lá e falou: “Vamos dar um telefonema para o Caó...” Aí ligaram para o Caó e disseram: “Caó, o pessoal está aqui na rua. Você não conseguiu o ônibus.” Ele falou: “Então vou viabilizar...” Eles disseram: “Mas ninguém quer ficar mais na rua...” Ele falou: “Então eu vou mandar a chave do meu escritório, eles ficam lá no meu escritório esperando, porque eu vou viabilizar o ônibus.” Ele conseguiu viabilizar o ônibus para uma hora da tarde. Mesmo assim, o pessoal ficou “pau da vida”, quebraram as coisas no escritório dele... [riso] A Graça ficou com raiva, deu um soco na mesa e rasgou uma porção de coisas e ele, então, mandou o ônibus uma hora da tarde para levar o pessoal. O pessoal ficou meio revoltado, chegou lá... Então, esse foi o único senão do terceiro...

V.A. – E o que se fazia nesses encontros?

Y.F. – Uma das coisas era o seguinte: Tinha uns debates, os grupos... Veja bem, Qual era o tema?

A.P. – Cada encontro tinha um tema?

Y.F. – Tinha. Estou tentando lembrar os temas. Teve um tema até muito interessante nesse último encontro sul-sudeste. Bom, e lá então, formavam-se grupos e discutiam. Então discutia-se o Estado brasileiro, discussões políticas... Discussões políticas em todos os três encontros. No nordeste também, a mesma coisa...

[FINAL DA FITA 6-A]

Y.F. - ...No encontro norte-nordeste. E depois, então, se propôs, no terceiro, fazer um nacional, que foi o ENEN. Que foi outro desastre também.

V.A. – Em termos organizacionais?

Y.F. – Em termos organizacionais. Foi um verdadeiro desastre. Aquele foi ruim.

V.A. – Por quê? Muito ruim no Pacaembu?

Y.F. – Muito ruim no Pacaembu, a estadia, a alimentação, chegava cinco, seis horas da tarde o almoço, de quentinha. Eu, a Denise, o resto do pessoal falou assim: “Não me chame mais para encontro com quentinha. Tem quentinha? Não vou. Isso é mal...” Nunca mais. E realmente: Encontro de negros com quentinha, não me chame porque eu não vou. [riso] É ruim. Não dá. Duas ou três vezes, e sempre ruim, comida estragada...

A.P. – Ali eu descobri que em São Paulo, quentinha é marmitex. [riso]

Y.F. – Aí, no encontro de São Paulo, o MNU não participou da parte da organização porque discordou da forma organizacional. Eu também tinha discordado...

V.A. – Do ENEN? O senhor discordou porquê?

Y.F. – Teve até uma discordância entre eu e o Amauri, justamente por causa disso. Porque uma das coisas que foi feita, olha só: “Vamos fazer um Encontro Nacional. Vamos tirar delegados. Mas tirar delegados como? Das entidades. Mas se tirar delegados das entidades vai ser um encontro monstruoso. Não dá. Então, vamos criar o

fórum das entidades. Vamos criar o fórum das entidades em cada Estado, e no fórum vai ser discutido, vai ser feita uma assembléia do fórum e nessa assembléia do fórum tira-se os delegados.” Eu discordo do ponto de vista organizacional porque qualquer estrutura de organização só acaba se consolidando se você conseguir discutir essa organização em um fórum maior. Então, na verdade, o ENEN deveria ser para discutir essa forma organizacional que estava se dando antes da própria discussão do ENEN, que era a criação de fóruns nos Estados.

V.A. – E o fórum seria como?

Y.F. – Formado por todas as entidades.

V.A. – Cada entidade mandaria delegados para os fóruns?

Y.F. – Não. Cada entidade participaria do fórum. E lá no fórum discutia-se, por eleição, os delegados que o fórum...

V.A. – Para o ENEN?

Y.F. – Para o ENEN.

V.A. – Por Estado? O fórum seria por Estado?

Y.F. – Por Estado, cada Estado tinha um fórum.

V.A. – E cada fórum enviaria delegados para o ENEN, que seriam eleitos dentro daquele fórum.

Y.F. – Dentro daquele fórum.

V.A. – E o senhor discordava disso porquê?

Y.F. – Por várias coisas. Primeiro: Tinha as entidades nacionais. Isso passava por cima da autonomia das entidades nacionais, porque as entidades nacionais têm as suas representações estaduais. Como é que elas ficariam? Elas ficariam no fórum? Se elas ficam no fórum, então, praticamente ela anula a sua...

V.A. – Qual era a entidade nacional?

Y.F. – Tinha o APN (Agente Pastoral Negro), tinha o MNU...

A.P. – Nesse momento o senhor fazia parte...

Y.F. – Do MNU? Não. Nesse momento eu fazia parte do IPCN. APN, MNU, GRUCON, tudo entidade nacional.

A.P. – UNEGRO...

Y.F. – UNEGRO.

V.A. – Essas, então, não teriam representação nos fóruns porque elas não são estaduais, é isso?

Y.F. – Era a minha tese. Elas não poderiam ter. Por isso o MNU ficou fora, porque o MNU viu que passava sobre a autonomia do MNU. Se eles estivessem no fórum, eles estariam... Porque as deliberações do fórum, ficariam as deliberações, todos teriam que acatar. E como ficaria a deliberação nacional da entidade? Não é isso? Então, realmente... Para as entidades locais: Tudo bem, porque a entidade local poderia participar, por exemplo, o CEAP poderia participar, o IPCN, eles poderiam participar porque não tinha problema nenhum, porque eram entidades locais. Mas para as entidades nacionais criava um problema. Com isso, não dava.

V.A. – Se fosse um representante de cada entidade ia ficar muito grande o encontro, é isso? Se fosse diretamente, sem passar pela instância do fórum?

Y.F. – Ficava. Discutir isso no meio das entidades do Movimento Negro, para ir só um, seria a coisa mais difícil ainda.

V.A. – Não podia. De cada entidade ir só um, não dava.

Y.F. – Não dava. Seria um problema para as entidades.

V.A. – Entendi.

A.P. – Mas essas outras de âmbito nacional, as APNs, UNEGRO, GRUCON, participam do ENEM, ou não?

Y.F. – Elas foram para o ENEN. Hoje, os APNs já saíram, o GRUCON já saiu também, justamente por causa disso. Eles viram que estavam com essa dificuldade. O MNU nunca entrou, e a UNEGRO está para sair.

A.P. – Para sair do quê?

Y.F. – Do ENEN. Do CONEN, agora, Coordenação Nacional das Entidades Negras.

V.A. – Mas porque elas estão saindo? Porque continuou esse formato de fórum?

Y.F. – É, por causa disso.

V.A. – Agora, as estaduais estão dentro, continuam?

Y.F. – Algumas estaduais continuam.

V.A. – Mas outras saíram também?

Y.F. – Saíram, mas aí, por outras divergências. Agora, divergência por ponto de vista de estrutura de organização, justamente, de autonomia da organização, foram essas. APN e GRUCON saíram, e também a UNEGRO está para sair.

V.A. – Então a divergência principal é essa, da representação não ser regional, dessas entidades quererem uma representação nacional?

Y.F. – Não é que elas querem uma representação nacional, porque, na verdade, o seguinte: O MNU tem coordenações estaduais – as outras também – e tem uma coordenação nacional, e realiza o seu congresso. As deliberações do congresso são deliberações para serem cumpridas pela coordenação nacional e pelas coordenações estaduais. Muito bem. Se a coordenação estadual entra em um outro fórum de deliberação cuja deliberação, em algum momento, pode contrariar uma deliberação do congresso do MNU, ou qualquer deliberação da sua coordenação nacional, evidentemente, você está com um problema dentro da entidade. Então, fica difícil uma entidade nacional concordar que se entre, ou se participe do fórum das entidades, por conta disso. E isso eu tinha mostrado e o pessoal disse: “Esse é um problema sério.” Não dá para fazer isso, porque... O Flavinho levantou e disse o seguinte...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.P. – O senhor poderia explicar de novo o que o senhor estava falando agora?

Y.F. – Isso. Aqui, a coordenação nacional do ENEN, não é isso? Então, eles tinham o quê? Os fóruns estaduais. Todos os Estados do Brasil, praticamente, tinham fóruns estaduais. A entidade nacional tem o quê? A sua coordenação nacional e suas coordenações estaduais. O MNU tem 15, porque são 15 estados. O GRUCON, parece que são oito; a APN 10 ou 11, uma coisa assim; a UNEGRO também... O que acontecia? A proposta deles é que as coordenações estaduais tivessem que fazer parte dos fóruns estaduais, certo? Não dava soluções para as coordenações nacionais. E o que isso fazia? Isso desestruturava as entidades, porque essa aqui ficava isolada e essa aqui fazia parte dos fóruns estaduais. Descordava-se disso. Então, qual foi a proposta apresentada? Eu até apresentei a proposta. A proposta foi a seguinte: É que as coordenações nacionais, das entidades nacionais, participassem da CONEN, que é a coordenação nacional, todas elas participassem aqui. E continuaria a sua autonomia com sua própria estrutura. Essas aqui não participariam dos fóruns estaduais.

V.A. – Não participariam?

Y.F. – Não. Elas continuariam vinculadas à coordenação nacional. A coordenação nacional não participaria dos fóruns estaduais, evidentemente. Ia participar do quê? Da Coordenação Nacional das Entidades Negras, da CONEN. Aí sim, a CONEN teria representação nacional das entidades nacionais. Mas com isso eles não concordavam.

V.A. – Quem não concordou?

Y.F. – O pessoal da CONEN.

V.A. – Quem é o pessoal da CONEN?

Y.F. – O Ivanir, o Flavinho de São Paulo... Todos eles são de entidades locais. Então, eles não concordaram.

V.A. – São pessoas que são representantes de entidades locais e que estão alçados a esse cargo...

Y.F. – Exato. Lá em cima. Então, eles não concordaram. Eles acharam que teria maior força política, evidentemente, as coordenações nacionais participando da coordenação nacional da CONEN, claro. Porque teria o quê? Teria toda uma base. Então, eles não quiseram, discordaram. Então não foi possível. Então o MNU saiu, depois saíram os APNs, depois saiu o GRUCON, e agora está para sair a UNEGRO, justamente por questões de... A UNEGRO só ficou por questão partidária. Porque o partido achava interessante para eles continuar. Porque a UNEGRO é um braço do PC do B. Então era interessante ficar em uma entidade que reunia várias entidades de Movimento Negro nos mesmos locais. Mas eles, agora, fizeram um congresso e viram que vão ter que sair. Eles querem sair. Eles viram que estão perdendo força política.

V.A. – Quem está ganhando força política são as entidades estaduais que estão representadas aqui...

Y.F. – Claro, porque passa a ter mais força contando com uma entidade nacional lá. Mas o MNU já tinha visto isso e não ficou, e no primeiro ENEN o MNU foi e formou, então, uma plenária paralela. E na plenária paralela... O ENEN foi em 1991, me parece, aí, eu participei junto com o MNU na plenária paralela.

A.P. – Aí o senhor retorna ao MNU?

Y.F. – Em 1993, só. Eu só participei da plenária paralela, justamente, por divergir disso aqui, e não querer sair como delegado. Eu sairia como delegado do IPCN para lá, mas eu discordei, não quis ser delegado e fui para o ENEN, e lá então, na plenária paralela, nós formamos aqui com várias entidades que estavam lá: Entidades locais, entidades nacionais, aliás, entidade nacional era somente o MNU, porque as outras estavam participando da plenária do ENEN.

V.A. – E o senhor retornou ao MNU em 1993?

Y.F. – Somente em 1993.

V.A. – O senhor então, divergiu do MNU naquela reunião de nove de setembro de 1978 aqui no Rio, saiu do MNU, e foi voltar ao MNU aqui em 1991?

Y.F. – 1993.

V.A. – Nessa plenária em 1991, mas...

Y.F. – Não. Nessa plenária eu participei, mas sem pertencer ao MNU. Em 1993 é que eu vou voltar realmente para o MNU. Porquê? Porque um companheiro... O MNU fez um congresso, foi o X Congresso do MNU, foi em Goiânia. No X Congresso o tema foi: *Projeto político do povo negro para o Brasil*. Nos encontros estaduais, principalmente aqui no Rio de Janeiro, nós fizemos três encontros estaduais...

V.A. – Do MNU, não?

Y.F. – Não. Das entidades de Movimento Negro estaduais. Então, no último encontro, no terceiro encontro estadual, foi em 1989, me parece, uma das coisas que estávamos vendo, pelo menos eu e o Gil (Aderaldo), o que nós vimos foi o seguinte: “Realmente é uma dificuldade nesses encontros...” Uma dificuldade justamente na discussão política. Porquê? Porque são divergências até de formação política, de visão política. E nós vimos o seguinte: Os encontros deveriam ser com entidades do mesmo perfil ideológico, para poder dar certo – os encontros estaduais, estamos falando dos encontros estaduais, evidentemente, os encontros regionais também, mas só falamos para esses encontros estaduais. E uma das coisas que eu levantei foi o seguinte: “Nós temos que ter um objetivo concreto para a luta que nós implementamos contra o racismo, senão nós ficamos lutando, aí, a luta contra o racismo passa a ser uma abstração. Qual o objetivo concreto que nós queremos alcançar? Então nós temos que ter um objetivo da luta. Então, o objetivo da luta é que nós temos que ter um projeto político. Evidentemente que essa luta tem que ser por um projeto político. Aí entra o conceito de povo negro, evidentemente, para o Brasil, por várias razões...” Então, esse era um dos pensamentos. Nesse encontro nós ainda colocamos o seguinte: “Projeto político do Movimento Negro.” Então, o Movimento Negro tinha que ter um projeto político.

O MNU fez o seu congresso, e no congresso deles, eles avançaram mais porque eles falaram o seguinte: “Então, vamos ter um projeto político. Em vez de ser um projeto político do Movimento Negro, um projeto político do povo negro.” Então, passa a ser um projeto político da massa da população negra, e não um projeto político do Movimento Negro. Então avançaram para *Projeto político do povo negro para o Brasil*. Isso estava correto justamente pela questão que nós já colocamos do projeto político da elite brasileira para o Brasil. Então, um projeto político do povo negro para o Brasil.

Quando um companheiro que foi ao congresso me falou: “O MNU teve um congresso, e uma das coisas que eu vim aqui falar com você foi o seguinte: Foi deliberado de nós chamarmos todos os fundadores do MNU para retornarem para o MNU. E eu vim até conversar com você para você retornar, que nós vamos procurar todos para isso. Porque o MNU, depois desses anos todos, viu que as pessoas se afastaram... E principalmente, nós queremos chamar os fundadores...” Aí eu falei: “O meu problema é o seguinte: Você está falando sobre esse negócio de voltar para o MNU, e eu não estou a fim de voltar para coisa nenhuma. Até por que eu já estou

afastado do IPCN, já estou afastado disso tudo aí e não quero mais esquentar a cabeça com esse negócio aí.” Ele falou: “Não. Mas é interessante, porque as pessoas viram o seguinte: que é interessante a gente retornar agora com o MNU...” Eu falei: “Vem cá. No congresso, ao final de contas, vocês discutiram o quê?” Ele falou: “Lá o tema foi esse: *Projeto político do povo negro para o Brasil.*”

V.A. – No congresso de Goiânia?

Y.F. – De Goiânia. Aí eu falei: “Esta aí. Um tema interessante. Até que vocês avançaram em um tema.” Ele falou: “É um projeto político...” Eu falei: “Então, eu gostaria de ler, pelo menos, as resoluções do congresso. Aí, depois de ler as resoluções do congresso, eu posso dizer se eu volto ou não.” Aí eu fui ler as resoluções do congresso. Uma resolução muito bem feita... E lá na resolução do congresso tinha, justamente, o projeto político do povo negro para o Brasil, que era uma reivindicação na qual eu vinha pensando, e organização política. O MNU deveria se organizar politicamente a exemplo do ANC – isso é uma referência, não dizia se organizar como o ANC, ou como a OLP. Mas a resolução era que o MNU deveria ter uma representação política a exemplo do ANC e da OLP. Eu disse: “Está aí. Embora vocês não tenham discutido a questão de como seria essa representação política, mas, na verdade, eu acredito que deve ser uma estrutura, porque só pode ser representação se for realmente uma estrutura organizada para isso. Não é uma representação pura e simplesmente. Então, na verdade, o MNU vai se propor ser uma organização política?” Ele falou: “É por aí mesmo.” Eu disse: “Então, tudo bem. É projeto político do povo negro para o Brasil e organização política. Então, está aí. É interessante até entrar para discutir isso e ajudar a construir.” Foi por essa razão, então, que eu voltei.

Eu voltei, então consegui sensibilizar outros companheiros também para voltarem. Então, no Rio de Janeiro, que, praticamente, o MNU estava reduzido a três pessoas, o MNU acabou explodindo, com mais de... A gente chegou a ter 200 e poucas pessoas como filiados. Porque o pessoal do 20, que era da Baixada, o Aroldo, o pessoal trotkista... Eles não tinham sido do MNU, mas eles viram o seguinte: “Não adianta a gente ficar com entidade local. Importante será participar de uma entidade nacional. E como essa entidade nacional, o MNU, é interessante e está aí com uma proposta muito boa...” Volta naquilo que nós tínhamos colocado na assembléia, que o MNU tinha que

ser mobilizador, e não reivindicativo. Ora, se ele passa a ter projeto político, ele passa a ser propositivo e deixa de ser reivindicativo. Então, está dentro do que nós estávamos pensando...

V.A. – O senhor falou uma hora aqui, que nos encontros estaduais que surgiu essa idéia de que era necessário ter uma ideologia, ter ideologias afins nesses encontros estaduais...

Y.F. – Não. Nós discutimos, isso foi na avaliação feita... Umas pessoas que participaram dessa avaliação fomos eu, o Gil, Amauri, porque era realmente aquele grupo nosso. A gente sempre ajudava a organizar. E em uma avaliação o que nós vimos foi o seguinte: Veio no relatório, que nós chegamos à conclusão de que as entidades – isso foi eu e o Gil, os outros não –, deveriam existir encontros com as entidades de Movimento Negro de perfis ideológicos afins. Ou seja, que tivessem o mesmo pensamento político. Essa conclusão que nós tiramos, porque nós vimos o seguinte: “Não adianta fazer um encontro se um pensa de uma forma, um pensa de direita, outro pensa de esquerda, outro pensa de não sei o que mais...”

V.A. – Pois é. É que eu estou me lembrando daquele senhor que visitou o IPCN, que o senhor contou, que era do SNI. O senhor contou hoje mesmo. Que o senhor disse assim: “Não, aqui é uma casa a luta contra o racismo, independente se a pessoa é do SNI, se é de esquerda, de direita... Nós estamos aqui lutando contra o racismo.” Mas agora não é mais isso, não é? Porque é preciso haver uma afinidade ideológica, é isso?

Y.F. – Não... Há uma diferença: O Movimento Negro e as entidades, certo? Então, nós vimos o seguinte: Em determinados momentos... é questão de evolução. Nós não vamos ficar a vida toda só dizendo que “o negro, coitadinho, foi escravo...” não vamos ficar com esse discurso de “vitimologia”. Evidente que a gente tem que avançar. Nós estamos na luta contra o racismo... Uma coisa que eu falei em 1983, em uma das discussões, divergências com o Amauri, foi justamente isso, eu tinha dito: “Amauri, o movimento de 1971 até agora, saiu daquele estágio das pessoas não terem sentido de organização, não terem sentido de coisa nenhuma... Hoje as pessoas já pensam em entidades, já tem centenas de entidades, as pessoas já fazem até passeatas – nós já tínhamos feito a

marcha de 1983 –, então, eu creio que tem que avançar mais. Agora, precisa efetivamente é sistematizar essa nossa luta através de uma concepção teórica da luta que nós estamos nos propondo a fazer. Dando um objetivo concreto para a luta contra o racismo. Isso tem que ser feito teoricamente. Não tem outra alternativa.” A nossa divergência foi por conta de quê? Porque o Amauri falou: “Está certo. Mas eu só consigo elaborar tendo a prática, estando na prática.” Porque a gente fazia a elaboração juntos. Eu falei: “Mas eu discordo. Porque eu não consigo elaborar tendo prática, até porque essa prática pode estar errada. Então não dá. Ou eu paro e elaboro, ou faço a prática e não elaboro. Agora, fazer as duas, não dá.”

Então, isso envolveu todo o grupo na discussão e uma das propostas do Aderaldo, foi a seguinte: “Nós achamos que há um impasse para nós, enquanto grupo, então eu acho que... Yedo, você elabora sem prática, e o Amauri elabora com prática.” Eu falei: “Tudo bem. Mas não vamos caminhar porque não vai dar certo, porque vai chegar um ponto da reflexão. Não vamos ter condições de discutir. Porque, evidentemente, um deve estar mais adiantado que o outro na parte da reflexão. Aí vai ser difícil.” E foi o que realmente aconteceu, ficou difícil depois para a gente discutir. E eu me dediquei realmente para poder elaborar e o Amauri ficou na prática.

V.A. – Para avançar daquele primeiro...

Y.F. – Para dar um objetivo concreto da luta contra o racismo, para não ficar somente luta contra o racismo... Queremos acabar com o racismo, queremos o quê? Só isso? Tem que ter um objetivo. Objetivo em relação à sociedade.

V.A. – É aquela discussão que nós tivemos na primeira entrevista, que você contou para a gente.

Y.F. – Exato. Em relação à sociedade, então, não pode fugir disso. Conclusão: Por isso que o Amauri vai concorrer a eleição do IPCN, e eu discordo e não vou para eleição. Eu falei: “Não vamos mais pegar direção nenhuma. Não tem sentido mais pegar uma direção, inclusive, da entidade que já está na dificuldade. Vai acontecer o quê? Se nós pegarmos, nós vamos nos desgastar conforme nós nos desgastamos no final de 1979 para 1980 e poucos, embora tivesse sido outro momento. E não vamos avançar. Porque

de 1979 para 1983 nós ficamos na direção do IPCN e deixamos de fazer o jornal. Paramos de fazer o jornal porque nós ficamos envolvidos com o IPCN. Se nós nos envolvermos com o IPCN, nós vamos deixar de fazer qualquer outra coisa, porque vamos ficar envolvidos com o IPCN.” O IPCN estava vindo de uma crise com a saída do Januário. E o Amauri se candidatou, então realmente o grupo ideológico que tinha, nesse ponto, teve esse racha. Ficaram ele, a Cecília, Gil, Suzete, Azoilda, ficaram de um lado. Do outro lado ficamos eu, Veríssimo, a Denise, o Luís... Ficamos do outro lado. Eles deram continuidade.

Quando eu fui para o MNU, foi a Denise, foi todo mundo lá para o MNU. Então, na verdade, houve algumas divergências, principalmente por conta de discussões, de dificuldades teóricas.

A.P. – A gente pode pular mais para adiante?

V.A. – Pode.

Y.F. – Exato, por causa do tempo.

V.A. – Eu preciso de duas perguntas. Uma é sobre a lei de cotas. Porque na primeira entrevista o senhor disse para a gente que não concordava com as cotas. A gente ficou assim, pensando: “Temos que saber o porque o Yedo não concorda.”

Y.F. – Veja bem. Nós sabemos que o sistema de cotas é... Vamos colocar: Ação Afirmativa. Ação afirmativa é uma concepção dos Estados Unidos, foi o Kennedy que criou a ação afirmativa. E no bojo das ações afirmativas vinha também a questão de cotas. Muito bem. O que ficou demonstrado era uma ação de governo para resolver a questão étnica-social, e conseqüentemente era uma ação para negros, embora lá, quando eles fizeram, tivessem feito para negros, minorias, mulheres... Mas era uma ação para o negro, não era ação do negro. Era ação para o negro. Dar cotas para que ele possa ter condições... Tudo bem. A minha divergência está justamente nesse ponto. Uma coisa é você ter: Nós negros termos, pelo menos, uma concepção de luta para o poder e por conta disso então, quereremos qualificar o nosso pessoal para quando nós assumirmos o poder, ter o nosso pessoal qualificado. Isso é uma concepção. Conseqüentemente, então,

nós vamos pleitear cotas para colocar o nosso pessoal em determinado local, para que eles possam aprender e depois ter o poder... Isso é uma concepção. Em nenhuma parte foi feito isso porque, justamente, quando é uma ação do negro, ele nunca pensa pela metade. Ele nunca pensa por pouco. A reivindicação dele é sempre o total, por isso é uma questão de reparação. Então, a reparação é o que nós pensamos. Nós pensamos em termos de reparação. A reparação é um outro conceito...

[FINAL DA FITA 6-B]

Y.F. – ...É um outro conceito. A cota não. A cota é o governo que dá para atender determinado setor e qualificar aquele setor. Só que aquele setor, aquele grupo, ele se qualifica e ele não tem compromisso com coisa nenhuma. A não ser com a sua própria qualificação. Então, isso produz um Colin Powel, uma Condolisa Rice. Todos eles são produtos de cotas nos Estados Unidos. Produz isso aí, porque eles não tem compromisso com ninguém, não tem compromisso com coisa nenhuma. Apenas se formar. Se formaram, e vão para onde lhes darem mais.

Então, apenas, pura e simplesmente, para ascensão social. Eles não têm compromisso político nenhum. Sistema de cota, conforme está colocado no Brasil, é uma cota dos Estados Unidos. Então, nenhum negro que está comprometido na universidade com sistema de cotas tem compromisso com coisa nenhuma. Mesmo o EDUCAFRO do Frei Davi, eles não tem compromisso. Eles entram na universidade se formam e acabou. Ascensão social. Eles não têm nem compromisso com o Movimento Negro, e nem estão preocupados com isso.

A.P. – Mas como se daria essa reparação que o senhor propõe? Eu não entendi bem essa diferenciação.

Y.F. – Reparação é outro conceito.

A.P. – Então, como seria? O que seria?

Y.F. – Veja bem. Há uma confusão que as pessoas fazem. Uma coisa é ação afirmativa e sistema de cotas, certo? Então, sistema de cotas faz parte do conceito de ação afirmativa, que é uma ação do governo para minorias ou majorias também, não é?

Porque na África do Sul é para a maioria, ação afirmativa para a maioria, a ação afirmativa na Malásia também, na Índia também... São em quatro países para a maioria. Então, aqui no Brasil também seria para uma maioria, temos o negro como maioria. Então, uma ação do governo para a maioria, mas delimitando o número de pessoas que vão ser beneficiadas por essa ação do governo. Eles delimitam.

A reparação não. A reparação é uma exigência do negro por conta dos seus antepassados terem sofrido o escravismo, e ele exige ser reparado. De que forma? Ele cria o seu próprio conceito de reparação, e a partir do conceito de reparação ele vai lutar para ter aquele conceito dele aceito como a reparação que fazem em relação a ele. Isso foi feito com os judeus, foi feito com vários outros grupos étnicos. Com indígenas norte-americanos e outros mais.

A.P. – E quem falaria?

Y.F. – Na Conferência Mundial contra o Racismo que foi feita, pela primeira vez a Conferência Mundial levantou a questão do escravismo e do colonialismo, que até então não tinha levantado. Existia a luta pela reparação, já vem a luta pela reparação há muitos anos, onde? Nos Estados Unidos, nos países de expressão inglesa do Caribe, mas não era uma coisa mundial, nem tão pouco pegava a África. Na Conferência – isso é recente – a reparação veio a partir dos Estados Nacionais da África e do Caribe, exigindo a reparação pelo colonialismo, pelo escravismo e pelo tráfico transoceânico, que é a única diferenciação que dá em relação ao escravismo, porque teve escravismo também na zona do Índico, feito pelos árabes... Então a diferenciação está no tráfico transoceânico, no colonialismo e no escravismo nas Américas de um modo geral, embora tenha ido para...

Bom, pedindo para que isso fosse reparado. Sendo que, como as realidades são diferentes, evidentemente, cada país vai formular o seu próprio conceito de reparação. Porque a reparação, do ponto de vista conceitual, porque reparar é você reparar em um determinado momento... Na definição, no ponto de vista do conceito de reparação, ela tem a origem na reparação de guerra. A reparação humanitária, que é essa reparação que é feita, ela tem origem na reparação de guerra. E a reparação de guerra, como era feita? É uma reparação de guerra na qual o vencedor exige do vencido ser reparado. O Tratado de Versalhes foi isso, o Tratado de Ialta foi isso, o Tratado de Bagdá... Então,

exigências, certo? Na reparação de guerra, no Tratado de Ialta e no Tratado de Bagdá, alguns povos também foram beneficiados. Quais povos, por exemplo? Vamos ver: Os judeus. A Alemanha teve que reparar os judeus pelos crimes do nazismo. Os naturais da Austrália que foram submetidos à escravidão...

V.A. – Os aborígenes.

Y.F. – Os aborígenes, pelos japoneses, então, os japoneses se comprometeram a reparar. As mulheres coreanas que foram submetidas à prostituição... Os japoneses... eles ainda não pagaram, mas elas ainda estão pleiteando o pagamento, a reparação.

Então, diferentes reparações que foram feitas por conta de uma exigência do vencedor, através do seu Tratado, para que reparassem determinados povos que os vencidos tinham... O alemão, o japonês, principalmente os dois. O italiano não se vê nisso.

E se criou a reparação humanitária, ela vem da reparação de guerra. Por quê? Porque a reparação humanitária tem base nos Direitos Humanos. Por quê? Porque os Aliados, para julgar os nazistas, os juristas exigiram o seguinte: “Nós temos que ter uma base de Lei. Não podemos julgar as pessoas, por mais que vocês sejam generais... Mas nós somos juristas, temos que ter uma base de Lei. Se não tivermos uma base como é que nós vamos estabelecer julgamento...”

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

Y.F. - ...Que eles fizeram, foi em cima da Declaração de Independência dos Estados Unidos e nos Direitos do Homem e do Cidadão...

V.A. – Da Revolução Francesa.

Y.F. – De 1789, e a outra de 1776. Isso daqui, tanto a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, quanto a Declaração de Independência dos Estados Unidos, eles formaram, então, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Isso, então, foi a base jurídica para fazer os julgamentos. E o que diz nessa Declaração... Eles viram o seguinte: a preocupação deles é que os nazistas poderiam deixar passar o tempo e dizer:

“O crime estava prescrito”, e não ser julgado. Então, foi colocado que o crime é imprescritível. Que crimes são imprescritíveis? Justamente os crimes que os nazistas tinham praticados, então: Genocídio é imprescritível, extermínio é imprescritível, escravidão é imprescritível – porque eles tinham submetido os judeus ao escravidão. Então, se na Declaração dos Direitos Humanos são imprescritíveis esse crimes, então aconteceu o seguinte: Na Conferência levantou-se isso. O crime é imprescritível, então escravidão é imprescritível. Se o escravidão é imprescritível nós podemos exigir reparação pelo crime do escravidão. O extermínio também. Então, o que aconteceu? Na Conferência Regional da Ásia, os palestinos falaram: “Então nós vamos pedir ao Estado de Israel reparação porque nós estamos sofrendo extermínio.”

A partir de 2001 abriu-se um precedente de discussão, mas fortaleceu aqueles grupos dos Estados Unidos e do Caribe, que já vinham discutindo a questão da reparação pelo escravidão. Eles estavam baseando a reparação, anteriormente, no seguinte: Nos fundos de emancipação. O fundo de emancipação foi o quê? Fundo de emancipação é que os governos, principalmente o Brasil, o governo brasileiro indenizava os senhores de escravo que libertassem os escravos. Então tinha um fundo de emancipação. Então os senhores de escravos foram indenizados, mas o escravo não. Teve fundo de emancipação nas colônias inglesas também, então, os senhores de escravos foram indenizados, os escravos não. Nos Estados Unidos os senhores de escravos também foram indenizados pelo presidente Abraham Lincoln, os escravos não. O general [Sherman] levantou que deveriam, então, reparar alguns escravos também. Foi do general Sherman, que esteve na guerra com vários soldados negros, então, ele sugeriu que se desse uma mula e dez acres de terra para cada negro. O Lincoln morreu e o presidente que o sucedeu cortou isso e não deu. Por isso que já vem dos Estados Unidos há muito tempo a questão da discussão da reparação. E por conta disso, então, eles estão se baseando. Mas agora, com a Conferência, então passou a ser o quê? “Vamos em cima dos Direitos Humanos para fazer reivindicação da reparação.” E, evidentemente, se é uma exigência do vencido e se desvinculou, está praticamente desvinculado, a reparação humanitária da reparação de guerra, porque aí, nós não estamos sendo beneficiados por causa da Segunda Guerra Mundial. Estou dizendo, os negros quando estão reivindicando pela questão do escravidão, está reivindicando em cima da base jurídica dos Direitos Humanos, e os outros direitos que ele vai ter por

conta de terem sido indenizados os senhores de escravos, e os escravos não terem sido indenizados.

Com isto, então, o movimento pela reparação tomou um vulto bem maior a partir de 2001, uma vez que os Estados africanos passaram a se incorporar nessa luta, embora a Nigéria já viesse se incorporando na luta. Tanto assim, que ela fez uma conferência em 1991 e 1993, sobre reparação. Não teve grande repercussão, mas ela fez. E o que eu quero mostrar para vocês é que a reparação, então, fica da seguinte forma: O vencido vai dizer a forma pela qual ele acha que deve ser reparado. Então ele vai formular o conceito dele de reparação. Por exemplo: O país africano vai dizer o seguinte: “Nós queremos o perdão da nossa dívida externa...” foi o que eles já levantaram. “...queremos capitais para poder nos desenvolver porque, por questões do escravismo e do colonialismo, nós ficamos na miséria.”

Outros países também estão formulando seus conceitos de reparação. Como nós no Brasil, os negros do Brasil, aliados com os indígenas, farão o seu conceito de reparação. Terá que ser discutido, porque até agora ninguém tem na cabeça um conceito do que nós exigimos. É evidente que se nós formos discutir, tanto os indígenas quanto os negros juntos, a questão da reparação, em momento nenhum nós vamos propor cotas na universidade. Porque não fará sentido.

A.P. – Entendi, mas qual seria o fórum para essa discussão?

Y.F. – Teria que ser criado uma conferência ou um congresso, qualquer coisa.

A.P. – E essa declaração seria além...

Y.F. – Discutido... É isso que está se articulando. Já tem sido... Na verdade, o Brasil tem um problema muito sério. O nosso idioma, nós falamos Português, e, geralmente, não se fala mais em lugar nenhum a não ser entre nós mesmos, portugueses... Então, nós não participamos de muitos fóruns. A língua inglesa já facilita mais. Então, tem sido feito... No início do ano passado, acho, teve uma conferência em Trinidad e Tobago sobre reparação. Não foi ninguém do Brasil por dificuldade de dinheiro... Então, tudo bem. A maioria das pessoas não está voltada para a reparação. A maioria das pessoas está voltada para ação afirmativa. O Ivanir está voltado para ação afirmativa, ele não domina

a questão de reparação. Ele está preocupado com a ação afirmativa, em cima de cotas. Eu estou preocupado com a reparação. Então, ele não participa desses fóruns, e a maioria das pessoas não participa porque não tem condição de viajar. Mas esses fóruns estão se realizando e está se discutindo. Por quê? Porque os indígenas norte-americanos, baseados na constituição norte-americana, têm sido reparados, justamente quando sofrem questão de extermínio, quando suas aldeias eram invadidas. Então, os indígenas norte-americanos, por exemplo: em 1991, os indígenas do norte dos Estados Unidos foram reparados pelo governo canadense porque posseiros invadiram suas terras e alguns deles foram mortos. E a reparação deles, eles exigiram, em uma dessas, dinheiro, 50 milhões de dólares, mais a construção de uma universidade para os indígenas. O governo canadense construiu a universidade para os indígenas e deu, também, os 50 milhões de dólares para eles. Então, todos os outros tem sido... Tanto assim que nos Estados Unidos tem um departamento voltado para a reparação.

O Bush saiu da Conferência e foi embora, não quis discutir a reparação para negros, porque, evidentemente, para os indígenas o volume já é grande, se inclui os negros, os Estados Unidos iam se estourar. Então, ele realmente não queria. Ele discute cota. Isso ele concorda, porque é uma ação do governo, então eles podem fazer. Ação afirmativa ele faz. Agora, reparação, ele não quer.

Então, a diferença, do ponto de vista jurídico, entre reparação e cotas, está justamente nisso: A reparação tem como base Direitos Humanos. O sistema de cotas tem como base os Direitos Civis norte-americanos.

V.A. – Se o senhor tiver um pouquinho de paciência, eu tenho uma questão. Vamos ver se o senhor pode responder, se não a gente deixa para lá. Uma questão rápida sobre a sua formação em Matemática, o senhor completou a UFRJ?

Y.F. – Não. Não cheguei a completar. Deixa eu lhe explicar até porque. Uma das coisas que eu tinha colocado, parece que desde o início, não é? A partir de 1964, depois de eu ter sido afastado, aquele negócio todo, então, o período de 1964 depois da ditadura, tudo foi reprimido. Não se tinha envolvimento político em coisa alguma.

V.A. – O senhor estava naquele marasmo, e resolveu estudar. Isso o senhor contou.

Y.F. – Não tinha outra coisa a fazer, a não ser isso: Estudar. Eu fui estudar, não porque eu quisesse ser alguma coisa, eu fui estudar: “Então é melhor fazer o quê? Não é bom fazer essa parte de História porque está sendo muito reprimido, então vou fazer Matemática... Eu até gosto de Matemática, então vou fazer Matemática.” Então fui fazer Matemática. Quando é possível eu ter uma participação de movimento, aí já é o Movimento Negro, aí, vai 1972, 73, então vai se avolumando várias coisas para fazer, então eu disse: “Bom, aí já não faz mais sentido ficar aqui na universidade, eu vou embora e vou continuar fazendo Movimento Negro.” Por isso que eu saí.

V.A. – E o senhor continuou nos Correios?

Y.F. – Continuei, porque eu já era funcionário concursado há muitos anos, continuei lá.

V.A. – Continuou até se aposentar normalmente nos Correios?

Y.F. – É. Porque eu fui afastado, aí, quando chegou a Anistia em 1979, aí 1979... Em 1980 eu voltei. Aí voltei, mas não tinha mais Correio, não tinha mais nada, eu era apenas funcionário público federal. Aí, eles perguntaram: “Para onde você vai?” Aí eu nem sabia para onde eu ia, eu falei: “Para onde eu vou? Não sei.” Aí, por coincidência, o Gay, esse senegalês, o ministro da Educação na época, era o orientador da tese dele... Em uma conversa com ele, ele falou assim: “Yedo, sabe de uma coisa, o ministro me falou que a Rádio MEC vai ser reestruturada porque aí vai ser... De vez em quando a gente ouvia lá na África...” Aí, quando ele falou Rádio MEC, eu falei: “Está aí, rádio. Está aí. Eu acho que isso é interessante para mim. O Gay, você me deu uma boa sugestão. Eu não sabia para onde ir, acho que vou pedir para ir para a Rádio MEC. Então vou pedir para ir para o Ministério da Educação.” Ele falou: “É, porque é informação...” eu falei: “Está aí. Boa sugestão.” A sugestão dele. Aí eu fui lá, era o SIDE, não sei o quê de disponibilidade... Eu cheguei lá e falei assim: “Eu gostaria de ir para a Rádio MEC...” Ele me perguntou assim: “Você conhece alguém lá?” Eu disse: “Eu não conheço ninguém.” Ele disse: “Mas você sabe se tem vaga lá?” Eu falei: “Não sei. Eu vou lá saber...” Ele disse: “Então é melhor você saber...”

Eu fui lá falar com o diretor da Rádio MEC, e ele falou: “Tudo bem. Tem vaga sim, você pode vir para cá...” Eu disse: “Está legal.” Aí eu voltei e falei com eles, eles

falaram: “Então, tudo bem. Vamos mandar o requerimento para lá.” Aí me mandaram para lá. Aí me mandaram para o Ministério da Educação e me localizaram na Rádio MEC. Aí eu fui para a Rádio MEC.

V.A. – O que o senhor fez na Rádio MEC?

Y.F. – Nada. [riso] Porque não tinha nada para fazer. Porque, quando eu cheguei na Rádio MEC, eu encontrei... Tinha o chefe da transmissora da Rádio MEC, que fica ali na Avenida Brasil na altura da CEDAE, aquela coisa da CEDAE. Ali vocês vão ver quatro antenas. Ele falou: “Você é do Correio?” Eu falei: “Do Correio.” Ele falou: “Muito bem. Eu fui do Correio em 1940 e poucos... Aí, quando teve esse negócio de montar as antenas, eles me chamaram e perguntaram se eu não queria vir. Então eu vim e fiquei aqui na área.” Eu falei: “Legal.” Ele era do Ceará até. Ele falou: “Pois é, eu fiquei... e você?” Eu falei: “Eu estou vendo. Não sei se vou ficar aqui nesse estúdio...” O estúdio é aqui na Praça da República.

Ele falou: “Você faz questão de ficar no estúdio?” Eu falei: “Eu não faço questão de ficar em lugar nenhum, onde estiver...” ele falou: “Vamos comigo lá para a transmissora.” Eu falei: “Tudo bem.” Ele disse: “Lá é bom, cinco dias de folga...” Eu disse: “Ah bom! Então eu vou para lá mesmo.” [riso]

V.A. – Aí deu tempo para fazer o Movimento Negro.

Y.F. – Claro. De vez em quando a gente fazia reuniões lá também. [riso] O Amauri cansou de ir lá, e como tinha uma porção de mangueiras, o pessoal ia para lá ficava em baixo das mangueiras, chupava manga até não acabar mais... Fazia reuniões do Movimento Negro lá.

V.A. – Quer dizer, que quando o senhor foi para Chapecó e depois voltou para cá para São Cristóvão, o senhor foi realmente afastado, então?

Y.F. – Fui afastado.

V.A. – Foi caçado do... Foi licenciado. Licença obrigatória, digamos assim? Mas o senhor continuava recebendo os vencimentos?

Y.F. – Continuei recebendo, claro.

V.A. – Mas foi afastado recebendo os vencimentos.

Y.F. – Recebendo os vencimentos. Não entramos no plano de reestruturação de 1970 e poucos, não me lembro agora quando foi. Nós não entramos nisso. Ficamos fora, ficamos afastados. Aqueles poucos que eles não conseguiram afastar antes, por causa do mandado de segurança, que ficou atravessado na garganta deles, então, quando eles tiveram oportunidades, então nos afastaram. Aproveitaram o pretexto: “Bom, então vamos reestruturar o Correio. Afasta o pessoal.” Aí, nós não entramos na reestruturação. Também, nós não perdemos muito.

V.A. – Mas não era essa a pergunta. Essa era só a pergunta da UFRJ. A pergunta mesmo, que eu queria fazer para o senhor, era: O senhor contou a história do senhor, da vida, desde pequeno em Ipanema, brincando com aquele menino, o Paulo, que era o neto da dona Edite e tudo... E toda a história que o senhor contou para a gente não teve nenhum relato, a não ser a estória de Chapecó, de que o senhor tivesse sofrido na sua vida discriminação racial. O senhor não nos contou nada nesse sentido. Então, a gente queria saber, por exemplo, nessas brincadeiras com o menino Paulo que era da mesma idade do senhor, não é?

Y.F. – Meu contemporâneo, três anos mais novo do que eu.

V.A. – O senhor sofreu discriminação racial? Ou o senhor não vê isso como...

Y.F. – Na verdade, olha só, é preciso saber: No Brasil o negro não percebe quando é discriminado, porque não aparece, as pessoas não aparecem. Eu posso ter sido discriminado, mas nunca percebi. Entendeu? Porque não aparece. No Brasil, não aparece. Só depois, quando o sujeito para, o sujeito pensa: “Espera aí, sofri

discriminação. Isso foi discriminação.” Mas isso, quando o sujeito tem a consciência da discriminação. Se o sujeito não tiver a consciência da discriminação, ele não percebe.

A.P. – Mas, hoje, o senhor com essa consciência da questão racial, o senhor não percebe nenhum momento interessante de discriminação pelo qual o senhor passou?

Y.F. – Naquela época?

A.P. – É.

Y.F. – Claro. Aí percebo que os adultos realmente não concebiam que eu, aquele garoto negro, ficasse brincando com os outros garotos brancos. Mas eram apenas os adultos. Quando a gente brincava na rua, então não tinha problema nenhum. Se eu fosse brincar na casa deles, aí, evidentemente que eu não ia entrar na casa deles. Mas, como eu não tinha interesse de ir para lá porque a nossa brincadeira era jogar bola no meio da rua, então eu não sofria. Mas hoje eu tenho certeza, tenho essa consciência que se eu fosse para lá, evidentemente, não entraria. Porque se eu fosse entrar, eles iam me botar para fora, iam alegar qualquer coisa e eu sairia, teria que sair.

Então, esse que é o problema da discriminação no Brasil, que as pessoas as vezes dizem: “Eu nunca sofri.” Claro, ele nunca percebeu. Não sofreu, não. Ele não percebeu. Por exemplo: Certa vez eu peguei um trabalho... teve um congresso do Correio sobre Comunicação, aquele negócio todo. Então, tinha um companheiro, até comunista, aí, estávamos conversando... ele tinha feito a tese para o congresso de Comunicação, ele é até dentista. Eu falei para ele assim: “Eu peguei aquela tese que você fez e estou até lendo.” Ele falou: “Lendo? Conseguiu entender.” Eu falei: “É boa.” Ele disse: “Ah, sim...” Quero dizer, ele não acreditou que eu pudesse entender aquilo ali, uma coisa que ele fez. Entendeu? É uma forma de discriminação. Eu só fui perceber depois, eu falei: “Está aí, o Alcenir fez uma discriminação relativa a mim.”

V.A. – E o senhor acha que o seu momento em que o senhor começou a perceber esse tipo de coisa, começou a ter a consciência... aquilo que a gente estava falando.

Y.F. – O pessoal fala, consciência racial.

V.A. – Foi quando o senhor começou, lá no bandeirão da universidade, começou a se engajar nessa história do Movimento Negro?

Y.F. – É, no Movimento Negro. Exato, justamente engajado no Movimento Negro. Nisso eu já estava com trinta e poucos anos. Na universidade que eu vou então perceber, aliás, não é na universidade, no Movimento Negro, como outros... Quando esse companheiro falou para mim: “Você não quer se reunir... Você está estudando onde?” Eu falei: “Na universidade.” Ele falou: “Nós somos um grupo de negros...” Eu falei: “Tudo bem. Vamos lá...” Não fiz muita fé, mas fui lá para me reunir.

Igual ao Guerreiro Ramos, ele também falou, ele foi chamado pelo Abdias, ele falou: “Esse negro aí quer alguma coisa...” Depois é que ele foi ter consciência realmente da discriminação toda que existia. Mas ele não percebia. O Guerreiro Ramos foi perceber também depois.

Então, todos os negros... Por isso se você chegar em uma escola de samba e falar para o pessoal: “Vocês sofrem racismo?” Eles vão dizer: “Nós não sofremos.” Simplesmente porque... Isso é outro fenômeno, não é? Ele ocupa o espaço que foi dado para ele, entendeu? Ele trabalha no Cais do Porto, por exemplo. Do Cais do Porto ele vai para casa, ele mora lá no subúrbio. Lá no subúrbio ele vai para a escola de samba, toma sua cerveja, samba, depois vai para o trabalho, fica naquele... Quando é que ele vai sentir racismo ali? Ele não sente. Então, se você vai perguntar para ele, ele diz: “Eu não. Eu vou lá no meu samba, me divirto... Depois como bem, nós fazemos lá nossa feijoada... Depois no trabalho... Então, não tem, não existe o racismo. O Brasil é a democracia racial.” Mais um fenômeno que nós temos que perceber é justamente isso...

[FINAL DA FITA 7 – A]

Y.F. – A elite brasileira teve uma capacidade muito grande na dominação. Aí, dominação geral. E a dominação no Brasil criou departamentos para cada um. Ontem eu estava falando isso até para um companheiro nosso, ele é angolano. Eu estava falando: “No Brasil é assim.” Então, para o negro, ela criou um departamento. Os negros se manifestam através das manifestações culturais. Então, o negro sempre é visto na parte das manifestações culturais. Não vê o negro se manifestando politicamente, não tem

isso no universo da elite brasileira, ela não colocou isso. Então, o Gilberto Gil tem que chegar lá e tem que dançar... Tudo bem, aí está legal. Se o Gilberto Gil faz um discurso político dando uma posição da relação do Brasil com a África, que é representada... Aí os caras iam dizer: “Espera aí. Isso não. O cara está fora...” Porque não é dado para o negro fazer uma manifestação nesse teor. Porque daí, esses foram os instrumentos que a elite brasileira usou para dominar.

Então, você vai observar sempre: O estudante. O estudante tem que se preocupar só com o estudo. A UNE não pode falar em política. A UNE tem que falar sobre o estudo. Ficou reservado. Então, ela tem que falar somente: “A universidade está mal. Nós temos que melhorar o ensino...” Porque as pessoas que entram para a universidade também, se ela falar sobre a ALCA, também vão dizer: “Não é nada disso. Tem que falar que aqui o ensino está ruim, nós temos que ter professor...” porque as pessoas estão ali querendo estudar para ter a sua ascensão social. Então, não querem ela engajada em uma discussão política.

Os sindicatos: Reivindicação salarial. Então, o sindicato não pode ter nenhum envolvimento ideológico. Enquanto os sindicatos na Europa têm a luta ideológica, porque não pode ficar desvinculada a luta ideológica da econômica. Mas no Brasil é somente a luta pela reivindicação salarial, o sindicato não pode ter envolvimento político. Tanto é assim, que você vê que o sindicato não tem. Porque hoje já está cristalizado nele simplesmente a reivindicação salarial, não tem nenhuma discussão ideológica. Não se discute ideologicamente dentro do sindicato, como deveria. Certo?

V.A. – Eu queria só um balanço da sua atuação, o que o senhor vê? Porque outro dia a gente estava conversando aqui com o Ivanir e vendo que em pouco tempo...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

V.A. - ...Justamente isso. De 1970 para cá, como mudou isso, do Movimento Negro? Então eu queria fazer um balanço com o senhor. Dessas viagens que o senhor fazia para Brasília com um endereço no papelzinho, que perdia e aí ficava quatro dias na rodoviária, para hoje, onde tem uma SEPPIR no governo. Eu queria que o senhor fizesse um balanço porque o senhor é uma parte fundamental nesse processo. Que o senhor fizesse uma comparação então.

Y.F. – Na verdade, de lá para cá, o Movimento Negro, de um modo geral, houve realmente uma evolução no Movimento. Na luta, não tanto. Na luta, nós continuamos lutando como se nós estivéssemos lutando a 20, 30 anos atrás. Nós continuamos reivindicativos, continuamos na “vitimologia”. Mas o Movimento teve uma evolução. Porque, na verdade, na década de 1970 o movimento era restrito apenas a grupos de negros e algumas entidades de Movimento Negro. As comunidades negras rurais não faziam parte desse universo do Movimento Negro, hoje fazem.

V.A. – Até tem na Constituição as comunidades remanescentes de quilombos...

Y.F. – Entraram, justamente. Então, as comunidades remanescentes de quilombos e, inclusive, os quilombolas fazem parte, hoje, do Movimento Negro. Eles hoje são Movimento Negro.

Outra coisa: Sindicalistas negros também não faziam parte. Hoje os sindicalistas negros estão organizados como sindicalistas negros e fazem parte do Movimento Negro. Então, do ponto de vista de organização do Movimento, houve uma evolução, porque houve a incorporação de outros setores da sociedade no Movimento. Do ponto de vista estrutural de organização, não. Porque as entidades de Movimento Negro, praticamente a maioria se esvaziou. Restam poucas entidades locais. Os mais organizados, atualmente, são os sindicalistas negros e as comunidades negras rurais, as entidades nacionais, e surgiu um outro fenômeno no lugar das entidades locais, que são as ONGs negras. Então, as ONGs negras são um outro fenômeno que vai surgir agora no início desse milênio.

Então, do ponto de vista da luta política não avançou muito, continuamos reivindicativos. Do ponto de vista de ampliação do Movimento, houve um avanço, porque incorporou-se outros setores. E as entidades locais passaram a ser, efetivamente, ONGs, o que dá maior facilidade de locomoção para quem é das ONGs. Só que não está tendo retorno para o conjunto do Movimento Negro nem para a massa da população negra que ainda não conseguiu ser incorporada na luta contra o racismo. Por quê? Porque na verdade a massa da população luta por questões concretas, ela não luta para o racismo como abstração, que é o que eu falei na questão de se dizer o objetivo concreto. Por exemplo: Eu luto contra o racismo, mas eu sou favorável à reparação. Então eu vou lutar pela reparação, e isso se torna concreto para a massa da população: “O que você

querem?” “Nós queremos isso, isso...” Então são proposições concretas as quais a massa da população poderá ser incorporada. Então, a reparação será uma luta de massa, porque será uma luta da massa da população. Porque, isso é um conceito que eu vou formular do que eu quero – quando eu digo eu, eu sou o conjunto do Movimento, evidentemente – o que se quer como reparação. Evidentemente, o que se quer como reparação são as reivindicações da massa da população. Não tem outra reivindicação a se querer para reparar o crime da história, o escravismo, a não ser a reivindicação da massa: Emprego para essa massa, que ela tem que ter, desfavelização, e outras coisas mais. Então há, realmente, uma evolução. Só que não estão preparados hoje para a luta pela reparação. Pelo que eu estou dizendo, as ONGs ainda estão no universo da luta reivindicativa. Não estão no universo de se tornarem propositivas, de fazerem proposições. A reparação é uma proposição, eles não estão voltados para isso. E continuam com dificuldades de se organizar politicamente e de fazer a luta contra o racismo como uma luta política. Não se faz a luta contra o racismo como uma luta política. Faz-se a luta contra o racismo como uma luta de reivindicações, praticamente, até no âmbito cultural. Sempre se encaminha mais para a parte da cultura do que para a parte da política. Grandes diferenças. Outras que existem também, infelizmente. Então, o Movimento tem todas essas dificuldades.

V.A. – Perfeito. Então não vou fazer mais perguntas. [risos]

Y.F. – Tudo bem. Querendo fazer outras, pode fazer. Deixe-me dizer, até para dar um informe. O MNU, felizmente, conseguiu um espaço para ser a sede dele.

A.P. – Aqui no Rio?

Y.F. – Aqui no Rio. Aqui no Centro. Vai ser na rua Regente Feijó 55. É um prédio, por coincidência, como sempre, Marx dizia que o acaso na História... O prédio é de 1888. Está lá escrito 1888. [riso] Coincidência, não é? O prédio é de 1888, e o prédio foi a primeira experiência no Brasil, de construção de casa coletiva. Então é um prédio que tem na frente, e nos fundos tem oito casinhas. Na rua Regente Feijó, bem ali no Centro da cidade. E a sede do MNU, uma das coisas que nós queremos fazer, é que tenha um espaço, não só para discussão política, mas para conversas. Para as pessoas sentarem lá,

tomarem um chocolate ou qualquer coisa, e ficarem conversando, conforme nós estamos conversando aqui e sabendo as notícias e também, o pensamento um do outro. Esse também é um dos objetivos.

A.P. – Regente Feijó 55.

Y.F. – A Petrobrás se comprometeu a ajudar, porque vai ter fazer a reforma. A Petrobrás, Furnas, várias empresas se comprometeram, porque é patrimônio histórico, é patrimônio tombado que está utilizado. Eu tenho umas discussões com alguns companheiros porque as casas estão sendo ocupadas. Foram ocupadas porque o Estado, que é o proprietário, alocou as casas. Eu tenho dito: “Eles têm que desocupar porque é um bem tombado.” Eu entrei em uma das casas, o cara fez uma oficina, puxa... Depredou tudo. Fez uma oficina, tudo bem. Faz lá a solda dele, faz não sei o que lá mais. Eu falei: “Como é que nós vamos achar que eles devam continuar ali?” Por mais que sintam, eles têm que sair, senão não vai ser possível ser recuperado aquele prédio. E ele tem que ser. E o Estado tem que, pelo menos, colocar as pessoas que estão ali, em outro local. Pelo menos aquilo. Mas alguns companheiros dizem: “Não... A gente vai contribuir para as pessoas serem...” Eu disse: “Não. Nós não estamos contribuindo para botar as pessoas na rua. Nós estamos querendo que o Estado dê um outro local, porque aquilo também é um bem tombado.” Está lá: 1888. É uma data, para nós, histórica.

[FINAL DO DEPOIMENTO]